

**PLANO MUNICIPAL DA DEFESA DA
FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS - ANSIÃO**

CADERNO II

2019-2028



Elaborado por Associação Florestal de
Ansião
Gabinete Técnico Florestal
Município de Ansião



ÍNDICE

CADERNO II – PLANO DE AÇÃO	6
1. ENQUADRAMENTO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS	6
2. ANÁLISE DO RISCO E VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS	13
2.1. Modelo de Combustíveis Florestais	13
2.2. Cartografia de Risco de Incêndio Florestal	15
2.2.1. Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal.....	16
2.2.2. Carta de Risco de Incêndio Florestal	19
2.3. Carta de Prioridade de Defesa	22
2.4. Novas edificações em espaço florestal e rural	23
3. OBJECTIVOS E METAS DO PMDFCI	25
3.1. Identificação da tipologia do concelho de Ansião	25
3.2. Objetivos e metas do PMDFCI	25
4. EIXOS ESTRATÉGICOS.....	27
4.1. 1.º Eixo estratégico: Aumento da resiliência do território dos incêndios florestais	28
4.2. 2.º Eixo estratégico: Redução da incidência dos incêndios	49
4.2.1. Avaliação	50
4.3. 3º Eixo estratégico: Melhoria na eficácia de ataque e de gestão dos incêndios.....	61
4.3.1. Avaliação	61
• Prevenção	62
4.4. 4.º Eixo estratégico: Recuperar e reabilitar ecossistemas.....	72
4.5. 5.º Eixo estratégico: Adotar uma estrutura orgânica funcional e eficaz.....	76
5. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI	83
6. BIBLIOGRAFIA	84

Índice de Figuras

Figura 1 - Instrumentos de Gestão territorial, classificados por tipologia	7
Figura 2 - Diferentes níveis das faixas de gestão de combustível.....	30

Índice Quadros

Quadro 1- Classes de uso de solo florestal no PDM de Ansião	11
Quadro 2 - Descrição das tipologias de modelos de combustível	14
Quadro 3 - Grupo e Tipologias de Modelos de Combustíveis	15
Quadro 4 - Classes de Perigosidade de Incêndio no Concelho de Ansião	17
Quadro 5 - Valores de referência para vulnerabilidade e valor económico.....	20
Quadro 6 - Valores de vulnerabilidade e valor económico considerados na elaboração da Carta de Risco Florestal, para as áreas agrícolas.....	20
Quadro 7- Classes de Risco de Incêndio no Concelho de Ansião.....	21
Quadro 8 – Objetivos e metas área o período de 2019-2028	26
Quadro 9 - Objetivos estratégicos e ações a desenvolver no âmbito do Eixo 1	28
Quadro 10 – Códigos das Redes Secundárias de Gestão	30
Quadro 11 – Área das faixas de gestão de combustível, por freguesia e tipologia	32
Quadro 12 - Distribuição da rede viária florestal por freguesia	35
Quadro 13 - Pontos de água, por funcionalidade, no Concelho de Ansião	37
Quadro 14 – Apresentação da área de fgc com e sem intervenção, e dos responsáveis, para o período de vigência do plano.....	41
Quadro 15 - Intervenções (manutenção) da rede viária para o período de 2019-2028. ...	45
Quadro 16 - Intervenções (manutenção) da rede de pontos de água (Reservatórios DFCI), por freguesia para o período 2019-2028.	46
Quadro 17 – Metas e Indicadores para a rede DFCI, para o período de vigência do plano.....	47
Quadro 18 – Orçamento e responsáveis para a rede DFCI, para o período de vigência do plano.....	48
Quadro 19 - Objetivos e ações para a redução da incidência dos incêndios.....	50
Quadro 20 – Comportamentos de Risco	51
Quadro 21 . Fiscalização – Processos de contraordenação efetuados pelo Município no ano de 2018.....	52

Quadro 22 – Proposta de ações de sensibilização e educação a realizar na vigência deste Plano.....	54
Quadro 23 – Metas e indicadores – Sensibilização da população e Fiscalização.....	59
Quadro 24 – Orçamento e responsáveis – Sensibilização da população e Fiscalização ...	60
Quadro 25 – Objetivos e ações para a melhoria da eficácia do ataque e gestão dos incêndios.....	61
Quadro 26 – Postos de Vigia.....	63
Quadro 27 – Índice entre o número de incêndios e equipas de vigilância e deteção (2016-2018).....	65
Quadro 28 - Equipas de sapadores florestais afetas à vigilância móvel	66
Quadro 29 - Índice entre o número de incêndios e equipas de 1ª intervenção (2016-2018).....	66
Quadro 30 – Metas e indicadores para a melhoria da eficácia do ataque e gestão dos incêndios, para o período de 2019-2028	70
Quadro 31 – Estimativa de orçamento para a melhoria da eficácia do ataque e gestão dos incêndios, para o período de 2019-2028.....	71
Quadro 32 – Objetivos do 4.º eixo estratégico	72
Quadro 33 – Objetivos do 5º eixo estratégico	77
Quadro 34 – Necessidades de Formação.....	78
Quadro 35 – Programa de formação a implementar para o período de vigência do plano.....	79
Quadro 36 – Entidades responsáveis pelas ações definidas para cada eixo	81
Quadro 37 – cronograma anual de reuniões da CMDF.....	82
Quadro 38 – Estimativa orçamental para a implementação do PMDFCI.....	83

Índice de Mapas

Mapa 1- Modelos de combustível florestal e sua distribuição no concelho de Ansião, com descrição da tipologia de combustível responsável pela sustentação da propagação	13
Mapa 2 - Distribuição da perigosidade de incêndio florestal no concelho de Ansião	18
Mapa 3 - Mapa com distribuição do risco de incêndio florestal no concelho de Ansião	22
Mapa 4 - Mapa com as Prioridades de Defesa do Concelho de Ansião	23
Mapa 5 – Mapa das Faixas de Gestão de Combustível.....	32
Mapa 6 - Mapa com a rede viária florestal do Concelho de Ansião	36
Mapa 7 - Mapa com a rede de pontos de água do Concelho de Ansião.	38
Mapa 8 – Carta de Silvicultura no âmbito do DFCI.....	39

Mapa 9 – FGC a implementar no período de vigência do plano	41
Mapa 10 – Carta de fiscalização do concelho de Ansião	56
Mapa 11 – Carta de Vigilância e Detecção no concelho de Ansião	64
Mapa 12 – Carta da 1.ª intervenção terrestre no concelho de Ansião	67
Mapa 13 – Carta de Estabilização de Emergência no concelho de Ansião	74
Mapa 14 – Carta de Reabilitação de Ecossistemas no concelho de Ansião	76

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Valor médio do tempo de chegada da 1.ª intervenção, por freguesia	68
Gráfico 2 - Número de reacendimentos, por ano desde 2002	69

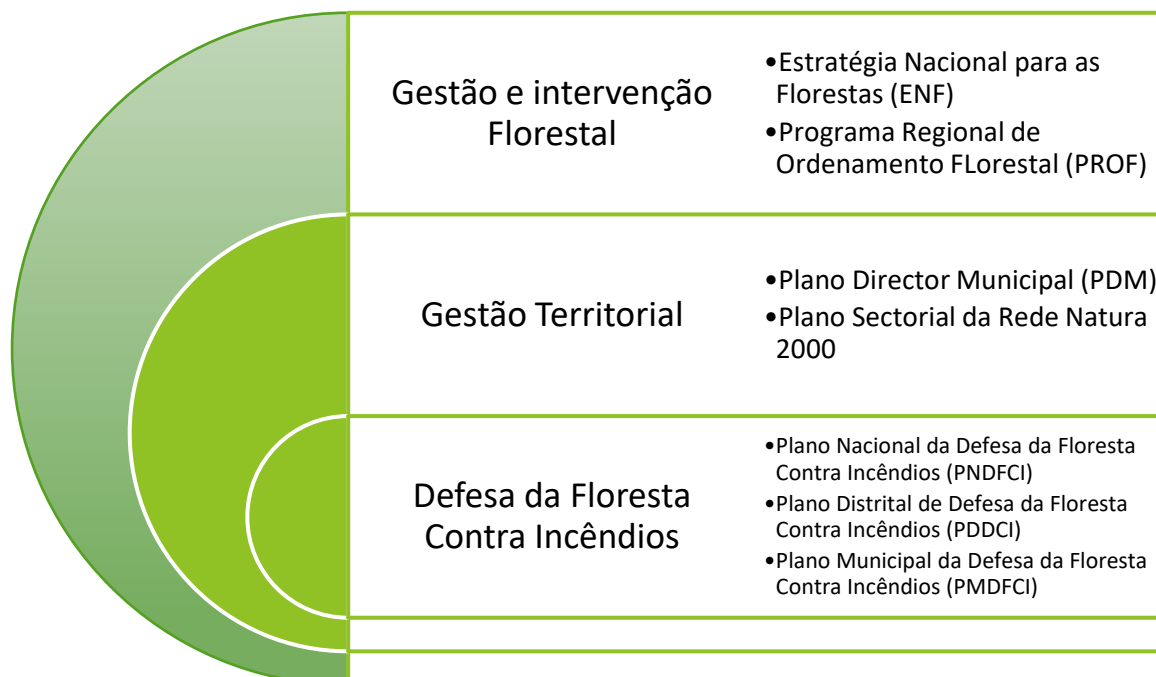
CADERNO II - PLANO DE AÇÃO

1. ENQUADRAMENTO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

O Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI) estabelece as medidas e ações de articulação institucional, de planeamento e de intervenção relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios, nas vertentes da compatibilização de instrumentos de ordenamento, de sensibilização, planeamento, conservação e ordenamento do território florestal, silvicultura, infraestruturação, vigilância, deteção, combate, rescaldo, vigilância pós-incêndio e fiscalização, a levar a cabo pelas entidades públicas com competências na defesa da floresta contra incêndios e entidades privadas com intervenção no setor florestal.

O presente plano tem como objetivo estabelecer a estratégia municipal de defesa da floresta contra incêndios (DFCI), através da definição de medidas adequadas para o efeito e do planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades. São definidos objetivos, metas, calendarizações, e orçamentos, bem como indicadores de desempenho. As medidas propostas deverão estar em consonância com os diferentes instrumentos de gestão territorial existentes, contribuindo também para o cumprimento dos objetivos definidos nos mesmos.

Figura 1 - Instrumentos de Gestão territorial, classificados por tipologia



Estratégia

Nacional para as Florestas (ENF)

A Estratégia Nacional para as Florestas (ENF), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro e atualizada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro de 2015, constitui um elemento de referência das orientações e planos de ação públicos e privados para o desenvolvimento do setor florestal. Esta estratégia poderá incentivar a criação de valor associado à exploração do binómio Economia e Ambiente, promovendo o crescimento verde, através da realização de ações que promovam uma utilização criteriosa, responsável e eficiente dos recursos e a aplicação das melhores práticas, nomeadamente no que respeita à boa aplicação das regras de ordenamento que minimizem a exposição aos riscos, designadamente, cheias, erosão ou incêndios florestais.

A ENF, com objetivo de reduzir os efeitos indesejáveis dos incêndios florestais, preconiza a operacionalização da estratégia de defesa da floresta contra incêndios desenvolvendo os seguintes objetivos específicos:

- A.1 - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- A.2 - Redução da incidência dos incêndios;
- A.3 - Garantir o cumprimento do PNDFCI.

Programa Regional de Ordenamento Florestal

Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), são instrumentos de gestão territorial sectoriais, previstos na Lei de Bases da Política Florestal, aprovada pela Lei nº 33/96, de 17 de agosto, que estabelecem normas específicas de utilização e exploração dos espaços florestais, com a finalidade de garantir a produção sustentada do conjunto de bens e serviços a eles associados.

Os PROF desenvolvem, a nível regional, as opções e os objetivos da Estratégia Nacional para as Florestas (ENF), definindo as respetivas normas de execução, a expressão da política definida e articulam-se com os restantes instrumentos de gestão territorial.

Os PROF têm como objetivos gerais (nº3 do Artigo 5o da Lei nº 33/96, de 17 de agosto):

- Avaliar as potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes;
- Definir o elenco de espécies a privilegiar nas ações de expansão e reconversão do património florestal;
- Identificar os modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados;
- Definir áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade a erosão e da importância ecológica, social e cultural, bem como das normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada dos recursos a aplicar a estes espaços.

Os PROF encontram-se atualmente em revisão, determinada pela ocorrência de factos relevantes constantes da Portaria n.º 78/2013, de 19 de fevereiro, é da responsabilidade do ICNF, I. P., tendo a abrangência geográfica destes agora denominados, Programas Regionais de Ordenamento Florestal, sido também alterada.

O concelho de Ansião pertencia ao PROF do Pinhal Interior Norte, Aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 9/2006, de 19 de julho, estando inserido na sub-região homogénea Sicó-Alvaiázere (maioria do concelho), e na sub-região Floresta da Beira Serra (pequena área na freguesia de Avelar).

Nos PROF que se encontram em revisão, o concelho de Ansião pertence ao PROF do Centro Litoral. Este documento esteve em consulta pública até ao dia 21 de Novembro em Consulta Pública, e encontra-se atualmente a aguardar a sua publicação em Diário da Republica.

À luz do novo PROF, que estará em vigor durante o período de implementação do presente plano, o concelho de Ansião está integrado na sub-região homogénea Sicó e Alvaiázere que

tem como funções principais (sem diferença de prioridade entre si): Produção, Proteção e Conservação.

Segundo a proposta de PROF – Centro Litoral, para esta SRH está definido que a expansão de áreas florestais deverá incidir prioritariamente sobre o carvalho-português, a azinheira, a nogueira, o sobreiro, com aproveitamento do medronheiro e nas espécies associadas à galeria ripícola, uma vez que apresentam boa aptidão produtiva em, respetivamente, (97,4%) carvalho-português, (34,1%) azinheira, (34,1%) nogueira, (35,2%) sobreiro e (65,2%) medronheiro. A perigosidade de incêndio florestal (aqui representando o risco) era elevada ou muito elevada em 59% do território da SRH em 2016, sendo que apenas 0,83% deste território foi afetado pelos incêndios de 2017.

Esta SRH tem gestão agrupada por ZIF em 8% do seu território (PTZIF041 Pousaflores; PTZIF148 Soure-Sicó; PTZIF183 Coimbra Este), o que releva a necessidade acrescida do estímulo dessas modalidades de gestão.

A Rede Natura 2000 ocupa 27,7% da superfície da SRH (PTCON0041 Sicó e Alvaiázere).

O cedro-do-Buçaco e o cipreste-comum apresentam aptidão produtiva regular numa fração importante da SRH, podendo ser relevantes para a diversificação dos povoamentos e da produção florestal na SRH.

A remuneração dos serviços dos ecossistemas é um tema central nesta SRH, uma vez que alguns dos sistemas a privilegiar tenderão a ser mais viáveis num contexto de remuneração desses serviços, pelo que é mencionada e contextualizada a sua importância relativa na viabilização destes sistemas. A relevância do apoio público ao investimento é também mencionada, uma vez que, também na componente de investimento à instalação ou melhoria dos povoamentos e das atividades associadas o apoio público será determinante da viabilidade.

Plano Sectorial Rede Natura 2000

O Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) é um instrumento de gestão territorial, que visa a salvaguarda e valorização dos Sítios e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade.

O concelho de Ansião tem cerca de 47% do seu território inserido em Rede Natura 2000 – Sítio Sicó-Alvaiázere (PTCON0045). O Plano Sectorial da Rede Natura 2000, refere para este SIC que os principais fatores de ameaça são aspetos relacionados com a construção urbana

e industrial, a construção de infraestruturas, o corte do carvalho cerquinho para lenha, a extração de inertes, os incêndios, o corte de vegetação ribeirinha, a poluição dos cursos de água, a florestações com espécies alóctones, a pressão turística e a perturbação das grutas. Das orientações de gestão para este Sítio são de destacar as que visam a conservação dos carvalhais e azinhais sendo que um acompanhamento técnico das ações de ordenamento e gestão florestal se torna fundamental. Para a restante vegetação associada ao substrato calcário, habitats rupícolas, assim como os prados calcícolas, bem como a flora calcícola e rupícola, realça-se a necessidade de manter e promover o pastoreio extensivo adequando o manejo às necessidades de conservação dos valores em presença, nos quais se incluem as diferentes espécies de morcegos que aqui ocorrem.

Destacam-se igualmente as orientações de gestão para a conservação das espécies piscícolas com especial relevo para a lampreia-de-riacho e habitats associados, promovendo a preservação das suas áreas vitais, bem como a recuperação da galeria ripícola em zonas anteriormente ocupadas pela espécie.

A conservação das linhas de água deverá passar pelo condicionamento de intervenções nos seus leitos e margens e pela manutenção de uma boa qualidade da água, nomeadamente condicionando o uso de agroquímicos na agricultura.

Verificando-se que as áreas de grande importância para a conservação dos valores que motivaram a classificação deste Sítio constituem áreas solicitadas para a instalação de diversos tipos de infraestruturas, nomeadamente, parques eólicos, antenas de telecomunicações e linhas de transporte de energia ou ainda construção e ou alargamento de infraestruturas viárias, sublinha-se a necessidade de compatibilizar a sua instalação com a manutenção dos valores envolvidos.

De forma a garantir a conservação dos valores relevantes deste Sítio importa ainda, assegurar o mosaico de habitats, ordenar a atividade de extração de inertes, sendo ainda de grande importância fomentar medidas no sentido de incrementar a sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação da natureza.

Plano Director Municipal (PDM)

O Plano Director Municipal é de elaboração obrigatória e “estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integra e articula as orientações estabelecidas

pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal".

A Revisão do PDM (Plano Diretor Municipal) de Ansião foi publicada em Diário da República (Aviso n.º 13507/2015), tendo entrado em vigor a 26 de Novembro de 2015.

No PDM de Ansião, para o solo rural, mais concretamente para o uso florestal foram considerados os seguintes usos de solo, com as seguintes características:

Quadro 1- Classes de uso de solo florestal no PDM de Ansião

Classificação do Espaço	Caraterísticas
Espaço Florestal de Conservação	quando sobre o espaço florestal incide a condicionante da Rede Natura ou a Áreas de Risco de Erosão constante da Reserva Ecológica Nacional. Integram ainda o Espaço Florestal de Conservação os Corredores Ecológico propostos pelo PROF PIN e pelo PROT
Espaço Florestal de Produção	restantes espaços florestais
Espaço Natural	zonas do território municipal sensíveis dos pontos de vista ecológico, paisagístico e ambiental, nas quais se privilegiam a proteção, a conservação, a gestão racional, a capacidade de renovação dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores paisagísticos. O Espaço Natural integra as áreas da Rede Natura 2000 (Sítio Sicó-Alvaiázere PTCON0045) que não evidenciam um uso e uma ocupação consolidada e concreta.

NO PDM também já foram identificados alguns constrangimentos verificadas no território, no que se refere à gestão florestal, nomeadamente o regime de propriedade e a necessidade de se caminhar para a gestão florestal conjunta.

O PDM em vigor, integra já a classificação de perigosidade elaborado no anterior Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio, preconiza uma implementação articulada e estruturada em cinco eixos estratégicos de atuação:

- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- Redução da incidência dos incêndios;
- Melhorar a eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas;

- Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

É estabelecido um quadro de responsabilidades muito claro e comete a responsabilidade das ações de prevenção ao ICNF, IP, a vigilância, deteção e fiscalização à Guarda Nacional Republicana (GNR), o combate à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e a sua ligação funcional ao nível do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).

Aos municípios compete o reforço do planeamento DFCI e operacionalização do mesmo com a elaboração e cumprimento do Plano Municipal DFCI.

Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI)

O PDDFCI, visa estabelecer a estratégia distrital de DFCI, através da definição de medidas adequadas para o efeito e do planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades, de acordo com os objetivos estratégicos decorrentes do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI) e em consonância com o Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF), conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 3.º-B do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei nº76/2018 de 17 de Agosto.

O PDDFCI procura ainda desempenhar a função de figura de planeamento de DFCI de escala intermédia, entre o PNDFCI e o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI). As faixas de rede primária são definidas neste documento, não tendo sido definidas nenhuma das faixas desta tipologia para o concelho de Ansião.

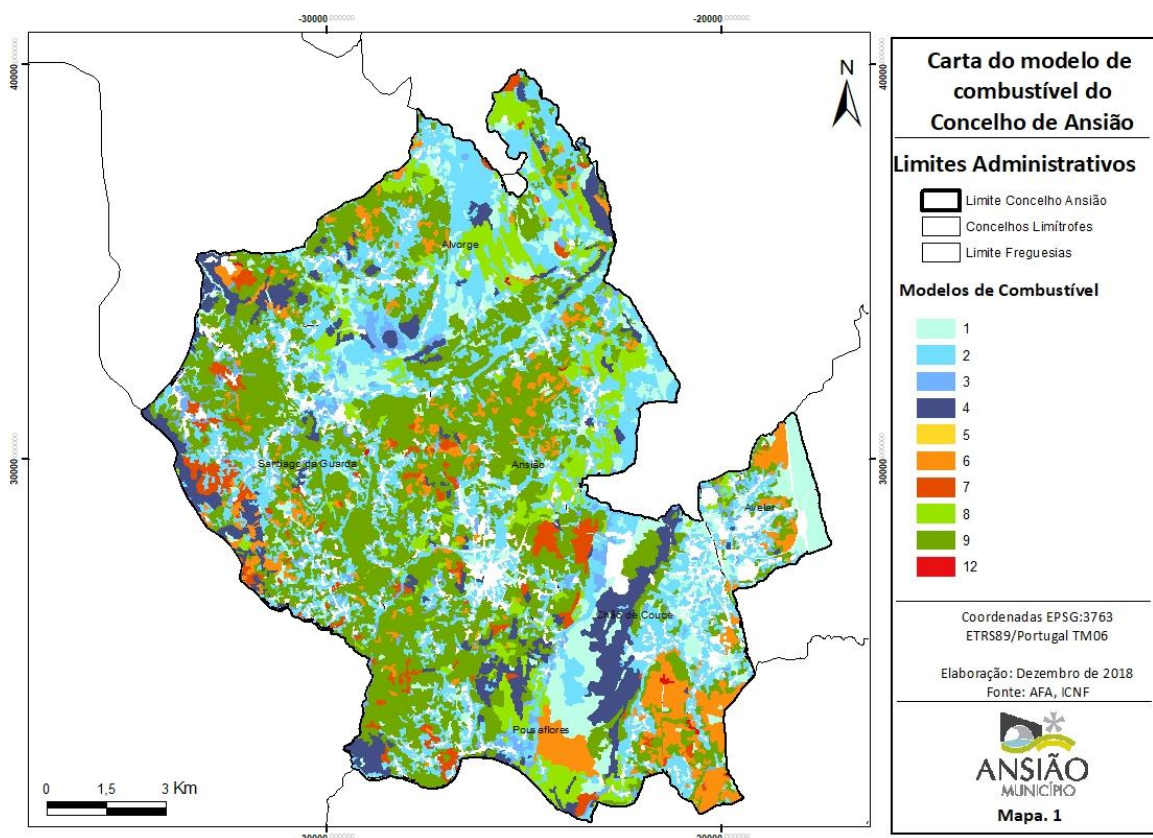
2. ANÁLISE DO RISCO E VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS

2.1 Modelo de Combustíveis Florestais

A caracterização e cartografia das estruturas de vegetação, segue a classificação criada pelo Northern Forest Fire Laboratory (NFFL), com a descrição de cada modelo à qual foi adicionado uma orientação da aplicabilidade ao território continental desenvolvida por Fernandes, P. M.

A carta de modelo de combustíveis (Mapa 1) é uma adaptação da carta de ocupação de solo, com recurso à atribuição de um modelo de combustível existente a uma determinada mancha de vegetação com características mais ou menos homogéneas (Quadro 2).

Mapa 1- Modelos de combustível florestal e sua distribuição no concelho de Ansião, com descrição da tipologia de combustível responsável pela sustentação da propagação



Quadro 2 - Descrição das tipologias de modelos de combustível

Grupo	Modelo	Descrição
Herbáceo	1	Presença de vegetação fina, seca e baixa, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino, uma vez que é uma área agrícola.
	2	Vegetação contínua, fina, seca e baixa, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 a 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto fino. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio.
	3	Vegetação contínua, espessa e (≥ 1 m) 1/3 ou mais do pasto deverá estar seco. Os incêndios são mais rápidos e de maior intensidade.
Arbustivo	4	Matos ou árvores jovens muito densos, com cerca de 2 metros de altura. Continuidade horizontal e vertical do combustível. Abundância de combustível lenhoso morto (ramos) sobre as plantas vivas. O fogo propaga-se rapidamente sobre as copas dos matos com grande intensidade e com chamas grandes. A humidade dos combustíveis vivos tem grande influência no comportamento do fogo.
	6	Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas compreendidas entre os 0,6 e os 2 metros de altura. Os combustíveis vivos são mais escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.
	7	Mato de espécies muito inflamáveis, de 0,6 a 2 metros de altura, que propaga o fogo debaixo das árvores. O incêndio desenvolve-se com teores mais altos de humidade do combustível morto do que no outros modelos, devido à natureza mais inflamável dos outros combustíveis vivos.
Manta Morta	8	Constituída por folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas sem mato. A folhada forma uma camada compacta. Os fogos são de fraca intensidade, com chamas curtas. Apenas condições meteorológicas muito desfavoráveis podem tornar este modelo perigoso. (eucaliptal jovem, ripícolas, medronhal, Quercus).
	9	Constituída por bosque denso de coníferas e folhosas sem sub-bosque, que se diferencia do modelo 8, por formar uma camada pouco compacta e arejada. Os fogos são mais rápidos e com chamas mais compridas do que as do modelo 8. (carvalhais, pinhais e eucaliptais).
Resíduos Lenhosos	12	Resíduos de exploração com $\varnothing > 7,5$ cm, formando uma capa contínua de maior altura (até 60 cm). Mais de metade das folhas ainda estão presas aos ramos sem terem secado completamente. Não existem combustíveis vivos que influenciem no fogo. Os incêndios têm intensidades elevadas e podem originar fagulhas incandescentes.

O quadro 3 mostra a percentagem de grupo de modelos de combustível no Concelho de Ansião. Constata-se que os grupos com maiores percentagens são o Herbáceo e o Manta Morta.

O herbáceo devido à elevada área agrícola que ainda existe no Concelho e o Manta Morta, devido às áreas florestais pouco intervencionadas e às áreas agrícolas que se encontram em processo de abandono. Com menor percentagem encontram-se o grupo Arbustivo (19.71%) e os Resíduos Lenhosos (0.078%).

Quadro 3 - Grupo e Tipologias de Modelos de Combustíveis

Concelho	Grupo de modelos de combustível	% total do Grupo	Modelos de combustível	% total do Modelo
Ansião	Herbáceo	35,7%	1	9,3%
			2	24,4%
			3	2,5%
	Arbustivo	19,7%	4	7,3%
			6	6,4%
			7	2,8%
	Manta Morta	37,0%	8	7,2%
			9	32,1%
	Resíduos Lenhosos	0,08%	12	0,08%
	Não combustível	7,5%	0	7,9%

As tipologias de modelo de combustíveis que mais se destacam são o modelo 2 (vegetação contínua) do grupo Herbáceo e o modelo 9 do grupo Mata Morta (carvalhais, eucaliptais e pinheiro bravo).

As estruturas de vegetação que apresentam maior potencial a desenvolverem um incêndio com propagação rápida, com intensidade e chamas compridas (Modelo 9), encontram-se principalmente nas freguesias de Ansião, Santiago da Guarda e Alvorge.

2.2 Cartografia de Risco de Incêndio Florestal

No sentido de fazer cumprir o disposto em termos de planeamento das diferentes ações DFCI (Defesa da Floresta contra Incêndios), bem como otimizar recursos e infraestruturas disponíveis para a defesa e o combate aos incêndios florestais, a Cartografia de Risco de Incêndio Florestal surge como uma ferramenta imprescindível. Mas, não basta ter o mapa da Cartografia de Incêndio. É necessário que este seja produzido com recurso a cartografia temática mais atualizada possível, uma vez que a cartografia a nível da ocupação do solo de uma determinada área se encontra sujeita a constantes alterações, da pressão urbana que se faz sentir e das elevadas extensões de áreas afetadas por incêndios florestais, requer uma atualização periódica.

A cartografia do risco (mapa de perigosidade e mapa de risco) apresentada, foi efetuada utilizando a metodologia adotada pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Guia Técnico para a Elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

2.2.1. Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal

A perigosidade é o produto da probabilidade e da suscetibilidade.

A probabilidade traduz a verosimilhança de ocorrência de um fenómeno num determinado local em determinadas condições. A probabilidade far-se-á traduzir pela verosimilhança de ocorrência anual de um incêndio em determinado local, neste caso, um pixel de espaço florestal. Para cálculo da probabilidade atender-se-á ao histórico desse mesmo pixel, calculando uma percentagem média anual, para uma dada série de observações, que permitirá avaliar a perigosidade no tempo, respondendo no modelo desta forma: “Qual a probabilidade anual de ocorrência do fogo neste pixel?”

A suscetibilidade de um território – ou de um pixel – expressa as condições que esse território apresenta para a ocorrência e potencial de um fenómeno danoso. Variáveis lentas como as que derivam da topografia, e ocupação do solo, entre outras, definem se um território é mais ou menos suscetível ao fenómeno, contribuindo melhor ou pior para que este se verifique e, eventualmente, adquira um potencial destrutivo significativo. A suscetibilidade define a perigosidade no espaço, respondendo no modelo desta forma: “Qual o potencial de severidade do fogo neste pixel?”

Os componentes a calcular serão os seguintes:

Probabilidade

Propõe-se efetuar o cálculo com base no registo de uma série de ocorrências (10 anos), ou seja, avaliar-se-á a perigosidade no tempo.

A probabilidade anual será determinada, para cada pixel, através da seguinte fórmula:

$$\frac{f \cdot 100}{\Omega}$$

Onde f representa o número de ocorrências registadas e por seu turno Ω representa o número de anos da série. Para se trabalhar com valores inteiros, uma vez que se está a trabalhar em formato

raster, multiplica-se f por 100 utilizando-se somente a parte inteira dos números. Será efetuada a reclassificação do raster resultante de modo a que todas as áreas que arderam apenas uma só vez sejam igualadas às que nunca arderam. Com este procedimento visa isolar-se os fenómenos sem recorrência que terão sido casuais. As áreas que nunca arderam serão reclassificadas de zero para um, uma vez que o zero é o elemento absorvente.

Suscetibilidade

Para o cálculo da suscetibilidade (condições que o território apresenta para a ocorrência e potencial de um fenómeno danoso) é proposta a derivação de uma carta de declives a partir do modelo digital do terreno.

Para cálculo da suscetibilidade teremos que ter para além da informação base dos declives a informação do uso e ocupação do solo. As variáveis lentas, declive e ocupação do solo, é que vão definir se o território é mais ou menos suscetível ao fenómeno fogo e contribuem com maior ou menor intensidade para um potencial destrutivo, definindo a perigosidade no espaço, respondendo à questão "Qual o potencial de severidade do fogo neste pixel?". A suscetibilidade será produto dos dois raster: declives e ocupação do solo.

Perigosidade

Por definição, a perigosidade é “a probabilidade de ocorrência, num determinado intervalo de tempo e dentro de uma determinada área, de um fenómeno potencialmente danoso” (Varnes, 1984). Para o seu cálculo será efetuada a multiplicação do raster de probabilidade pelo raster de suscetibilidade. Será efetuada uma reclassificação do raster resultante, em cinco classes (Muito Baixa, Baixa, Média, Alta e Muito Alta) pelo método dos quantis.

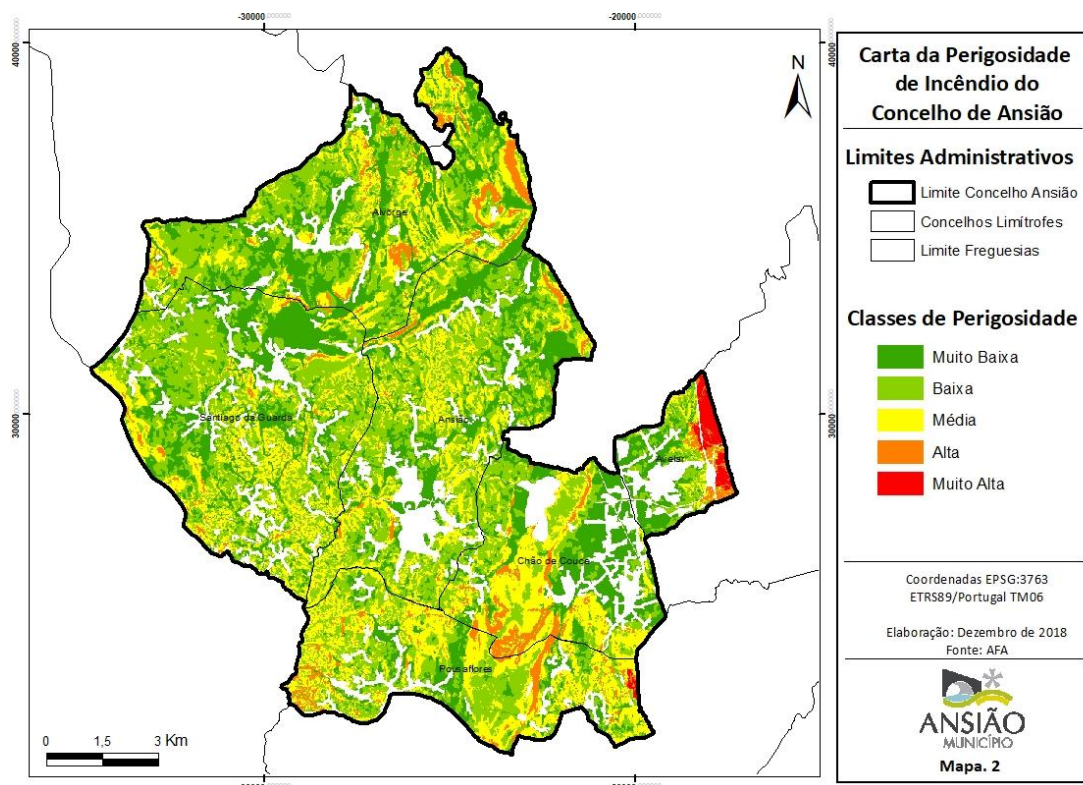


Quadro 4 - Classes de Perigosidade de Incêndio no Concelho de Ansião

Classes de Perigosidade	Área (ha)	Percentagem (%)
Muito Baixo	4141,23	27%
Baixo	6061,29	39,5%

Médio	4224,91	27,5%
Alto	783,68	5%
Muito Alto	116,67	1%

Mapa 2 - Distribuição da perigosidade de incêndio florestal no concelho de Ansião



Após análise da tabela presente no quadro 4 e do mapa 2, verificamos que a classe de perigosidade de incêndio florestal com maior representatividade no Concelho é a Baixa (39,5%), seguindo-se a classe Média com 27,5%.

As classes de perigosidade Alta e Muito Alta representam uma percentagem de 6% do território classificado e encontra-se principalmente na parte Este do Concelho.

Isto deve-se principalmente ao facto de termos declives pouco acentuados, menor concentração de incêndios nos últimos 18 anos, e uma ocupação de solo com uma elevada % de área agrícola.

Esta carta é de particular importância pois traduz o grau de possibilidade de afetação de um determinado local por via de um incêndio florestal, isto é, indica-nos as zonas com maior perigo de ocorrer um incêndio florestal.

2.2.2. Carta de Risco de Incêndio Florestal

O risco é o produto da perigosidade pelo dano potencial, ou, de forma mais desagregada, o produto probabilidade x suscetibilidade x vulnerabilidade x valor.

O risco pode definir-se por “probabilidade de uma perda, o que depende de três coisas; perigosidade, vulnerabilidade e exposição. Se algum destes três elementos do risco subir ou descer, então o risco sobe ou desce respetivamente”. Numa aplicação direta aos incêndios florestais, o risco é “a probabilidade de que um incêndio florestal ocorra num local específico, sob determinadas circunstâncias, e as suas consequências esperadas, caracterizadas pelos impactes nos objetos afetados”.



Dano Potencial

O dano potencial de um elemento é o produto do seu valor económico pela vulnerabilidade que lhe é intrínseca. Um elemento que tenha elevado valor económico mas seja totalmente invulnerável, terá um dano potencial nulo, no entanto não será afetado pelo fenómeno. Inversamente, o dano potencial será tanto maior quanto a vulnerabilidade seja próxima de um e o seu valor económico elevado. Propõe-se para o cálculo do Dano Potencial efetuar a multiplicação do *raster* do valor económico com o *raster* da vulnerabilidade.



Vulnerabilidade

Por definição, a vulnerabilidade expressa o grau de perda a que um determinado elemento em risco está sujeito. A vulnerabilidade é expressa numa escala de valores que oscila entre

zero (0) e um (1). Quando o valor é de zero (0) não ocorre qualquer dano; quando o valor é de um (1) o dano é total, resultando na destruição do elemento em risco.

Valor Económico

Por valor económico entende-se valor de mercado em euros aplicável ao local dos elementos em risco. Este valor permite-nos saber o investimento necessário para recuperar determinado elemento, em função da sua própria vulnerabilidade, depois da destruição ou perda de performance após exposição a determinado fenómeno danoso. Para os espaços florestais os valores estão presentes na Estratégia Nacional para as Florestas.

De seguida são apresentadas duas tabelas consideradas para a vulnerabilidade e valor económico. A primeira é retirada do Guia Técnico para a Elaboração de PMDFCI. No entanto como não se encontra valores de referência nesta tabela para as áreas agrícolas, optou-se por utilizar os valores referidos na “Metodologia da carta de risco de incêndio florestal para a região do Algarve”.

Quadro 5 - Valores de referência para vulnerabilidade e valor económico

Elementos em risco	Vulnerabilidade	Valor Económico
Produção Lenhosa		
Pinheiro bravo		
- Nascedio/Novedio	1,00	93€/ha
- Bastio/Fustadio/Alto Fuste	0,75	
Outras resinosas	1,00	90€/ha
Eucalipto	0,75	137€/ha
Multifuncional		
Sobreiro	0,50	618€/ha
Azinheira	0,50	112€/ha
Castanheiro	0,70	849€/ha
Medronheiro	0,50	191€/ha
Pinheiro Manso	0,70	497€/ha
Alfarroba	0,70	781€/ha
Conservação		
Carvalhos	0,60	87€/ha
Outras folhosas	0,50	1553€/ha
Acácia e incenso	0,30	0€/ha
Matos	0,40	53€/ha
Edificado para Habitação		
Zona III	0,75	587,2€/ha
Edificado para Indústria, Serviços e Comércio	0,75	352€/ha
Rede Viária	0,25	60€/ha

Quadro 6 - Valores de vulnerabilidade e valor económico considerados na elaboração da Carta de Risco Florestal, para as áreas agrícolas

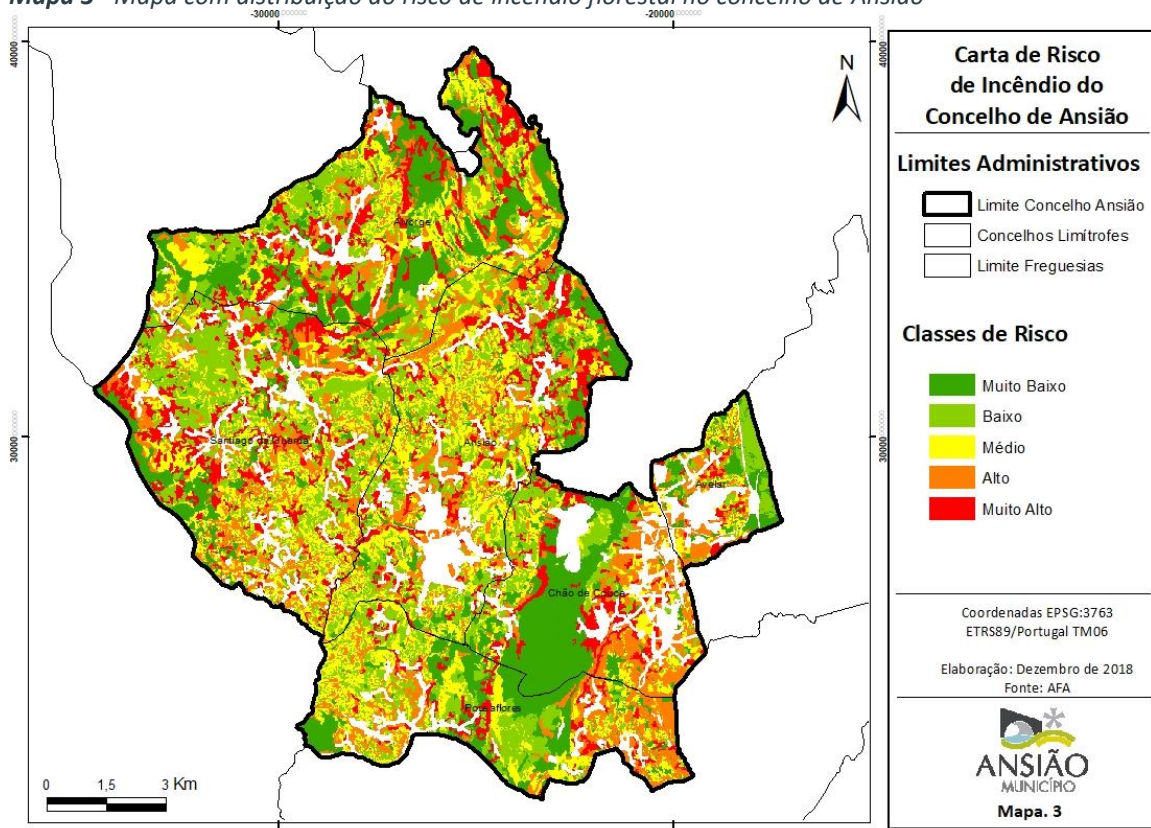
COSN5	Designação	Vulnerabilidade	Valor Económico
1	Territórios artificializados	0	0€/ha
2.1.1.01.1	Culturas temporárias de sequeiro	0,5	350€/ha
2.1.1.02.1	Estufas e Viveiros	0,5	350€/ha
2.1.2.01.1	Culturas temporárias de regadio	0,25	2600€/ha
2.2.1.01.1	Vinhas	0,25	2700€/ha
2.2.2.01.1	Pomares de frutos frescos	0,25	2600€/ha
2.2.2.01.6	Outros pomares	0,25	2600€/ha
2.2.2.02.1	Pomares de frutos frescos com vinha	0,25	2600€/ha
2.2.3.01.1	Olivais	0,75	2200€/ha
2.2.3.01.1	Pastagens permanentes	0,5	200€/ha
2.3.1.01.1	Culturas temporárias de sequeiro associado a vinha	0,5	350€/ha
2.4.1.01.1	Culturas temporárias de regadio associado a vinha	0,25	2600€/ha
2.4.1.02.1	Culturas temporárias de regadio associadas a olival	0,75	2600€/ha
2.4.1.02.3	Pastagens associadas a olival	0,5	200€/ha
2.4.1.03.3	Sistemas culturais e parcelares complexos	0,25	2600€/ha
2.4.2.01.1	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	0,25	2600€/ha
2.4.3.01.1	SAF de outros carvalhos com culturas temporárias de sequeiro	0,6	87€/ha
2.4.4.01.3	SAF de outras espécies com culturas temporárias de sequeiro	0,5	350€/ha
2.4.4.01.4	SAF de outras misturas com culturas temporárias de sequeiro	0,5	350€/ha
2.4.4.02.3	SAF de outros carvalhos com culturas temporárias de regadio	0,6	87€/ha
2.4.4.02.4	SAF de outras espécies com culturas Temporárias de regadio	0,25	2600€/ha
2.4.4.02.6	SAF de outras misturas com culturas temporárias de regadio	0,25	2600€/ha

De seguida, no quadro 3, apresenta-se a área do concelho distribuída pelas diferentes classes de risco de incêndio.

Quadro 7- Classes de Risco de Incêndio no Concelho de Ansião

Classes de Risco	Área (ha)	Percentagem (%)
Muito Baixo	2142,62	13,89%
Baixo	2966,40	19,23%
Médio	3173,34	20,57%
Alto	3450,45	22,37%
Muito Alto	3594,96	23,30%

Mapa 3 - Mapa com distribuição do risco de incêndio florestal no concelho de Ansião

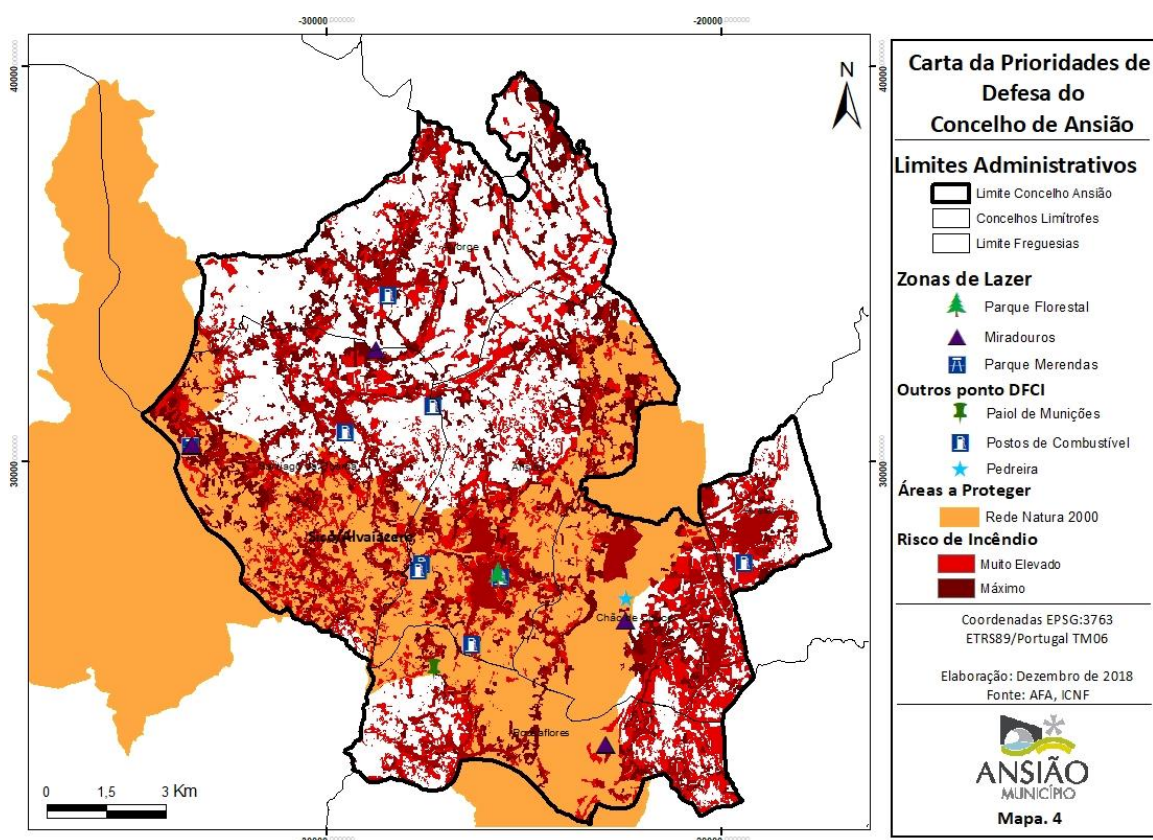


Da análise do quadro 7 e do mapa 3 constata-se que aproximadamente 45% do Concelho está classificado com risco Máximo e Muito Elevado. A classe de risco menos representada é o Muito Baixo com 13% do território.

2.3 Carta de Prioridade de Defesa

O Mapa de Prioridade de Defesa tem como objetivo identificar as áreas dos Concelhos de maior interesse para proteger, constituindo para este fim prioridades de defesa, e onde existe maior necessidade de vigilância contra os incêndios florestais. Para a sua elaboração foram identificadas as zonas de risco de incêndio alto e muito alto do Mapa de Risco de Incêndio (mapa 3), zonas críticas, espaços florestais de recreio, tendo em conta a preservação e salvaguarda de áreas florestais, urbanas e outras áreas a proteger do fogo. As áreas consideradas no Concelho de Ansião quanto às prioridades de defesa são essencialmente os espaços florestais e de recreio como a mata municipal, parques de merenda e miradouros, os locais considerados na carta de perigosidade com nível alto e muito alto e as áreas de Rede Natura 2000.

Mapa 4 - Mapa com as Prioridades de Defesa do Concelho de Ansião



2.4 Novas edificações em espaço florestal e rural

1 - Fora das áreas edificadas consolidadas não é permitida a construção de novos edifícios nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida no PMDFCI como de alta e muito alta perigosidade, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 - No âmbito dos planos municipais ou intermunicipais de ordenamento do território, podem ser previstas novas áreas para as finalidades identificadas nos n.ºs 10 e 13 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, bem como a ampliação de áreas já existentes com esses fins.

3 - A construção de novos edifícios ou a ampliação de edifícios existentes, apenas são permitidas fora das áreas edificadas consolidadas, nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural como de média, baixa e muito baixa perigosidade, e cumpram, cumulativamente, os seguintes condicionalismos:

- a) Quando confinantes com terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais observem o disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, o qual determina que na sua implantação no terreno deve ser garantida, a distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 metros, medida a partir da alvenaria exterior da edificação;
- b) Quando inseridas em espaço rural que não o florestal, a faixa mencionada no número anterior reduz-se para 10 metros;
- c) Sejam adotadas medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos;
- d) Existência de parecer favorável da CMDFC.

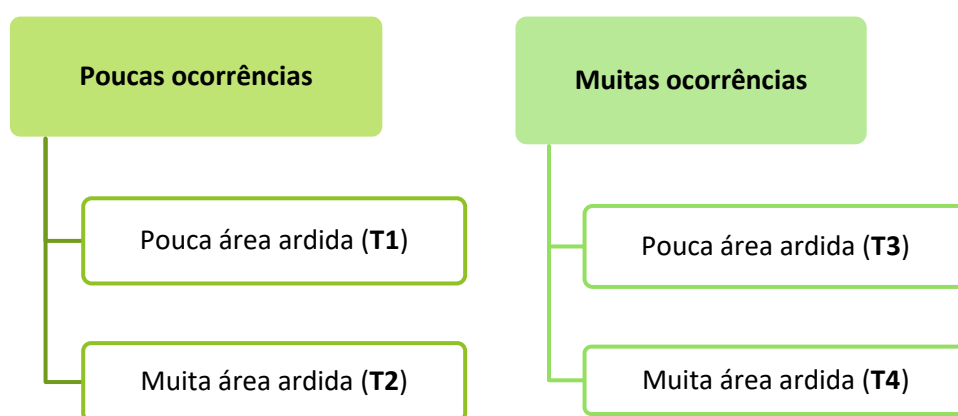
4 - Para efeitos do disposto no número anterior, quando a faixa de proteção integre rede secundária ou primária estabelecida, infraestruturas viárias ou planos de água, a área destas pode ser contabilizada na distância mínima exigida para a faixa de proteção mencionada no número anterior.

5 - Para efeitos dos números anteriores aplicam-se as definições previstas no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a redação dada pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto.

3. OBJECTIVOS E METAS DO PMDFCI

3.1 Identificação da tipologia do concelho de Ansião

A tipologia dos concelhos surge da tipificação definida pelo ICNF com base no número de ocorrências e área ardida em cada concelho, para distinguir os vários tipos de problemas/soluções associados à incidência do fogo. Deste modo, os municípios do território Continental foram divididos em quatro modelos de tipologias:



Com base no diagnóstico realizado no Caderno I, o município de Ansião enquadra-se na tipologia **T1** que se traduz num registo histórico de **poucas ocorrências e pouca área ardida**.

3.2 Objetivos e metas do PMDFCI

Sendo o concelho de Ansião caracterizado com tipologia 1 devido a reduzida área ardida e baixo número de ocorrências, acumulando, no período 2000-2018, 449 ocorrências e 883ha ardidos, entre povoamentos florestais (592,2ha) e matos e pastagens (283,1ha).

A realização dos objetivos deste plano municipal depende em larga escala do empenho e do compromisso dos agentes de Proteção Civil e demais entidades presentes na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio para implementar o presente plano sem nunca poder descurar a importância dos cidadãos de prossecução dos objetivos da Proteção Civil em geral.

Desta a forma definem-se os objetivos e metas neste Plano, conducentes ao cumprimento das estratégias DFCI definidas nos níveis distrital e nacional, conforme exposto no quadro seguinte.

Quadro 8 – Objetivos e metas área o período de 2019-2028

Objetivos	Metas									
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Sensibilização da população: - Implementação do projeto Ansião: comunidade consciente, floresta resiliente - Implementação do programa “Aldeias Seguras, Pessoas Seguras”	As ações de sensibilização serão definidas, anualmente, na reunião da CMDFCI de Ansião, de acordo com os objetivos que se considerem relevantes									
Redução do número de ocorrências: - Reforço da Fiscalização e da Vigilância Armada como medidas dissuasoras de comportamentos de risco em espaço florestal	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
Redução da Área Ardida (relativo ao ano anterior): - Melhoria na eficácia da deteção e 1ª intervenção (reforço de equipas de primeira intervenção, implementação LEE, criação de Posto de Vigia, reforço do patrulhamento através de Voluntariado Jovem e outros)	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
Eliminação de ocorrências com mais de 100 ha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

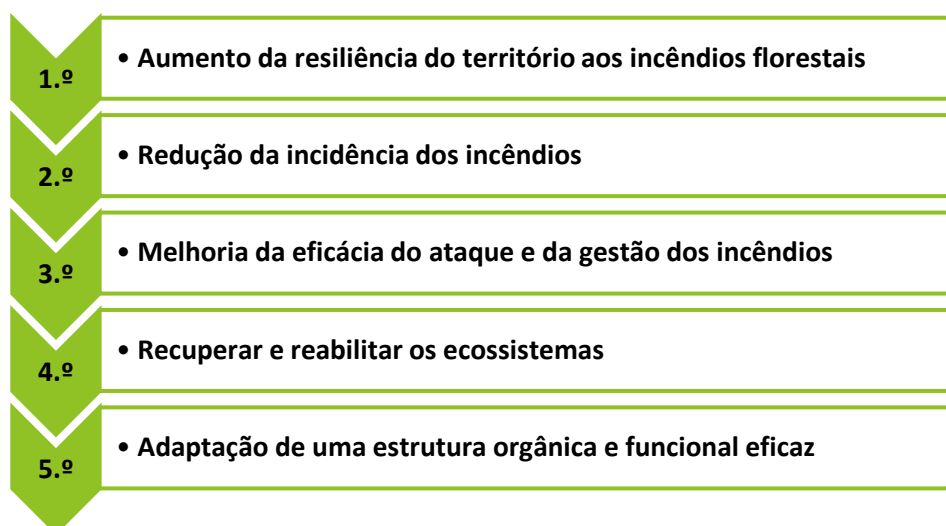
O êxito dos objetivos e metas propostos dependerá da capacidade de aplicação deste PMDFCI designadamente, com o sucesso obtido nas atividades previstas nos cinco eixos estratégicos definidos no PNDFCI, apresentados nos próximos capítulos. As concretizações das ações previstas neste Plano só serão possíveis, através da concertação dos esforços dos vários agentes DFCI envolvidos

4. EIXOS ESTRATÉGICOS

Com a integração e compatibilização deste plano com os instrumentos de planeamento florestal de nível superior, designadamente o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e os restantes instrumentos de planeamento, é possível definir quais os objetivos estratégicos, bem como todas as ações a desenvolver, para um período de 10 anos.

São definidas quais as metas a atingir e, qual o papel dos vários intervenientes na defesa da floresta contra incêndios, de forma a funcionarem coordenadamente para maximizar a sua eficácia.

A proposta de medidas práticas no âmbito da defesa da floresta contra incêndios define-se territorialmente numa lógica articulada com as estratégias de nível regional e nacional. O Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios preconiza um planeamento concertado e estruturado em cinco Eixos Estratégicos de atuação, nomeadamente:



O plano de ação de defesa da floresta contra incêndios no concelho da Ansião assenta nestes cinco eixos estratégicos, procurando satisfazer os objetivos e metas neles preconizados.

Importa ressaltar que o planeamento efetuado tem como base a situação atual do concelho, efetuada no caderno I- Diagnóstico, tratando-se este plano de um documento dinâmico, que pode ser alterado se se verificarem situações no terreno que o justifiquem.

A monitorização das diferentes infraestruturas DFCI indicadas e das ações efetuadas pelos diferentes intervenientes no território, revela-se de extrema importância para garantir que se cumpram os objetivos definidos.

4.1 1.º Eixo estratégico: Aumento da resiliência do território dos incêndios florestais

Este eixo estratégico encontra-se intimamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, tendo como objetivo a promoção da gestão florestal e a intervenção preventiva em áreas estratégicas, com prioridade para a proteção das zonas de interface urbano-florestal (IUF) e para a implementação de um programa de redução de combustíveis florestais.

Neste eixo, serão definidos os espaços de gestão obrigatória de combustíveis associados às diferentes infraestruturas presentes, operacionalizando-se ao nível municipal a rede secundária de faixas de gestão de combustíveis.

Serão também definidas as regras que as novas edificações têm de salvaguardar na sua implantação no terreno, no espaço florestal fora das áreas edificadas consolidadas.

Quadro 9 - Objetivos estratégicos e ações a desenvolver no âmbito do Eixo 1

Objetivos Estratégicos
• Promoção da gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas
Objetivos Operacionais
• Protecção das zonas de interface urbano/floresta. • Implementação de programa de redução de combustíveis
Ações
• Criar e manter as redes de faixas de gestão de combustíveis, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios • Promover acções de silvicultura no âmbito da DFCI • Manter redes de infraestruturas (rede viária florestal e rede de pontos de água)

4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

4.1.1.1. Rede de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível

A gestão dos combustíveis existentes nos espaços rurais é realizada através de faixas e de parcelas, situadas em locais estratégicos para a prossecução de determinadas funções, onde se procede à modificação e à remoção total ou parcial da biomassa presente.

O redesenho da paisagem através do estabelecimento de descontinuidades na estrutura das formações vegetais constitui uma das principais componentes da reestruturação dos espaços florestais, a par da alteração da composição e estrutura dos povoamentos ou do uso do solo.

Existem duas estratégias complementares de intervenção na modificação dos combustíveis quanto ao seu arranjo: faixas de gestão de combustível (FGC), numa lógica de “contenção ativa” do fogo em bandas que definem compartimentos mais ou menos vastos, e parcelas de gestão de combustível, que atuam numa lógica de modificação do comportamento do fogo, em áreas dispersas de grande dimensão, permitindo a adoção de um mais variado leque de táticas de supressão.

As faixas de gestão de combustíveis constituem redes primárias, secundárias e terciárias de acordo com a função que desempenham:

Figura 2 - Diferentes níveis das faixas de gestão de combustível

Faixas de gestão de combustível		
Rede Primária	Rede secundária	Rede terciária
<u>nível sub-regional</u>	<u>nível municipal</u>	<u>nível local</u>
- delimita compartimentos com determinada dimensão, para cumprir a função de diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios. - Facilita o combate/intervenção directa na frente de fogo ou nos seus flancos, mas desempenhando igualmente as restantes.	- serve para proteger habitações e outras infra-estruturas sociais. - Tem a função de reduzir os efeitos da passagem de incêndios. - Protege de forma passiva, zonas edificadas, vias de comunicação, infra-estruturas e povoamentos florestais	- apoiada nas redes viária, eléctrica e divisional (aceiros, aceiros perimetrais e arrifes) das explorações agroflorestais - desempenha essencialmente a função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

As faixas de gestão de combustíveis da rede primária são definidas pelo Instituto de Conservação da Natureza e Floresta – ICNF, no âmbito do planeamento regional de defesa da floresta contra incêndios e obrigatoriamente integradas no planeamento municipal e local de defesa da floresta contra incêndios. No concelho de Ansião não foram definidas faixas desta tipologia.

Numa estratégia municipal de defesa da floresta contra incêndios, neste plano foram apenas definidas redes secundárias de gestão de combustíveis, apresentando-se a sua descrição com base no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a nova redação dada pela Lei nº 76/2017 de 17 de Agosto:

Quadro 10 – Códigos das Redes Secundárias de Gestão

Código da Faixa	Descrição
002	Faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 100 metros, nos aglomerados populacionais, inseridos ou confinantes com espaços florestais.
003	Faixa envolvente com largura mínima não inferior a 100 metros, nos parques de campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais, plataformas de logística e aterros sanitários, inseridos ou confinantes com espaços florestais.

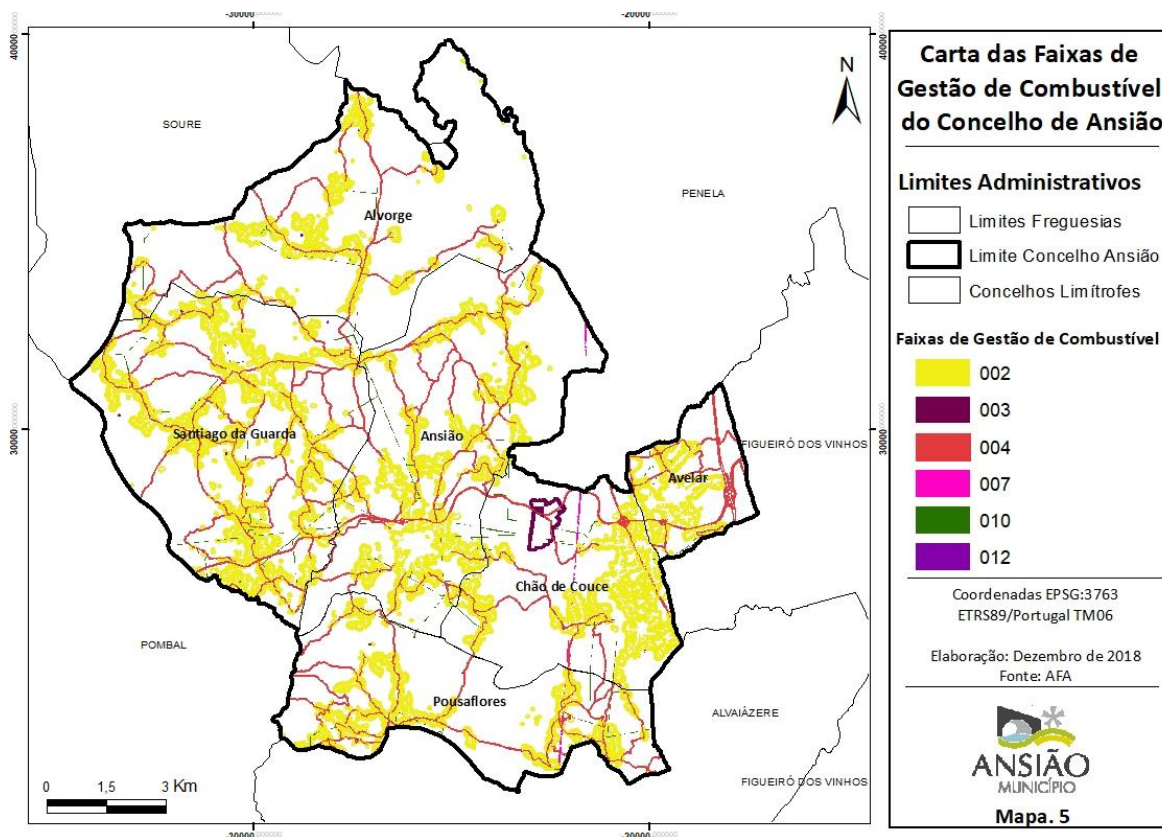
004	Faixa lateral de terreno confinante à rede viária florestal numa largura não inferior a 10 metros, nos espaços florestais.
007	Faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores das linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em muito alta tensão, acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 10 metros para cada um dos lados, nos espaços florestais.
010	Faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores das linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em média tensão, acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 7 metros para cada um dos lados, nos espaços florestais.
012	Faixa de proteção imediata, sem obstáculos, aos pontos de água, num raio mínimo de 30 metros, contabilizados a partir do limite externo dos mesmos.

A descrição das faixas de gestão de combustíveis apresenta todas as faixas existentes, independentemente das suas necessidades de intervenção. Salienta-se a inclusão das faixas de gestão de combustíveis de todos os aglomerados populacionais delimitados no concelho, embora atualmente alguns deles não confinem com cargas combustíveis muito elevadas, considera-se que devem ser os espaços com maiores prioridades de defesa. Para além disso, a velocidade com que os espaços vão sendo sujeitos ao abandono e a uma progressiva acumulação de combustíveis é tão elevada, que é possível prever, no horizonte temporal do plano, a necessidade de intervenção em algumas das áreas que hoje se consideram sem intervenção.

Relativamente à rede viária, foram delimitados os caminhos que servem os interesses de DFCI nas várias freguesias, ou seja aqueles que têm como principal propósito criar descontinuidades em grandes manchas florestais e garantir a proteção dos meios de combate. As fgc associadas à rede viária foram planeadas não só com o objetivo de criar descontinuidades, e zonas onde a circulação seja mais segura, mas também como complemento às fgc associadas aos aglomerados populacionais.

No mapa seguinte é possível consultar a distribuição espacial das faixas de combustível.

Mapa 5 – Mapa das Faixas de Gestão de Combustível



No quadro abaixo encontra-se a distribuição das faixas de gestão de combustível, divididas por freguesia e por tipologia.

Quadro 11 – Área das faixas de gestão de combustível, por freguesia e tipologia

FREGUESIA	CÓDIGO DA DESCRIÇÃO DA FAIXA	DESCRIÇÃO DA FAIXA	ÁREA (HA)	%
Alvorger	002	Aglomerados Populacionais	386,2	9,89
	004	Rede Viária Florestal	64,88	1,66
	010	Rede Elétrica de Média Tensão	8,87	0,23
	012	Pontos de água	0,99	0,03
	Sub-Total		460,94	11,81
Ansião	002	Aglomerados Populacionais	727,84	19,03
	004	Rede Viária Florestal	107,1	2,80
	007	Rede Elétrica de Muito Alta Tensão	3,57	0,09
	010	Rede Elétrica de Média Tensão	23,09	0,60
	012	Pontos de água	1,7	0,04
	Sub-Total		863,3	22,56
	002	Aglomerados Populacionais	221,1	26,02

Avelar	004	Rede Viária Florestal	43,42	5,11
	010	Rede Elétrica de Média Tensão	3,65	0,43
	Sub-Total		268,17	31,56
Chão de Couce	002	Aglomerados Populacionais	531,09	22,32
	003	Parques e Polígonos Industriais	43,48	1,83
	004	Rede Viária Florestal	49,98	2,10
	007	Rede Elétrica de Muito Alta Tensão	11,35	0,48
	010	Rede Elétrica de Média Tensão	19,55	0,82
	012	Pontos de água	0,69	0,03
	Sub-Total		656,14	27,58
Pousaflores	002	Aglomerados Populacionais	466,62	18,46
	004	Rede Viária Florestal	89,42	3,54
	007	Rede Elétrica de Muito Alta Tensão	5,96	0,24
	010	Rede Elétrica de Média Tensão	13,09	0,52
	012	Pontos de água	1,72	0,07
	Sub-Total		576,81	22,83
Santiago da Guarda	002	Aglomerados Populacionais	950,99	37,63
	004	Rede Viária Florestal	141,77	5,61
	010	Rede Elétrica de Média Tensão	26,35	1,04
	012	Pontos de água	2,46	0,10
	Sub-Total		1121,57	44,38
TOTAIS		002	3283,84	83,2
		003	43,48	1,1
		004	496,57	12,6
		007	20,88	0,5
		010	94,6	2,4
		012	7,56	0,2
		FGC	3946,93	100

As FGC definidas neste Plano, que se encaixam na Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível, conforme definido do SDFCI, de interesse municipal e no âmbito da proteção civil de populações e infraestruturas, desenvolvem-se sobre a rede viária, rede das linhas de transporte e distribuição de energia elétrica (alta e média tensão), aglomerados populacionais, parques de campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais e aterros sanitários, inseridos ou confinantes com espaços florestais, em que a execução das mesmas é da responsabilidade das entidades gestoras. Sempre que estas se intersectem com outras, são estas entidades que têm a responsabilidade da gestão de combustível.

4.1.1.2. Rede viária florestal

Segundo o glossário do Plano Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios a rede viária florestal é definida “como um conjunto de vias de comunicação integradas nos espaços florestais que servem de suporte à sua gestão. As suas funções incluem a circulação para o aproveitamento dos recursos naturais, para a constituição, condução e exploração dos povoamentos florestais e das pastagens, e ainda para o passeio e fruição da paisagem. A RVF assume também, por vezes, uma importância fundamental para o acesso a habitações, aglomerados urbanos e equipamentos sociais integrados ou limítrofes aos espaços florestais.

Do ponto da gestão florestal, a rede viária subdividia-se em rede viária florestal de 1º, 2º e 3º ordem. Em função do regime de propriedade do terreno a rede viária florestal ou é do Estado, municipal ou privada”.

A RVF deverá conseguir suportar as operações inerentes ao controlo de incêndios, nomeadamente, o ataque inicial rápido aos focos de incêndio, mas também a ancoragem de manobras de controlo de incêndios em ataque inicial e ampliado. Adicionalmente, deve permitir também acesso rápido aos pontos de água para abastecimento.

Considerou-se que apesar da qualidade da rede viária é fundamental intervir na rede viária complementar através de limpeza das bermas, construção e melhoria de sistemas de drenagem, alargamento e melhoria do piso, construção de zonas de viragem e de cruzamento de viaturas, assim como, sinalizações, nomeadamente nos espaços florestais sem saída.

De acordo com o guia técnico a rede viária florestal pode ser classificada da seguinte forma:

- **Rede Viária de 1.º Ordem**

Rede de auto-estradas e estradas nacionais e municipais, com largura igual ou superior a 6m, onde é possível o cruzamento de veículos na generalidade da sua extensão, sem qualquer tipo de barreiras à progressão e transitáveis por todo o tipo de veículos. Densidade deve ser na ordem de 0.25 a 1 km por cada 100ha.

- **Rede Viária de 2.ª Ordem**

Rede de estradas municipais, com largura igual ou superior a 4 m na generalidade da sua extensão, com zonas de cruzamento espaçadas entre si no máximo 500 m, sem barreiras à

progressão e com piso pavimentado ou em terra batida. Deve ter densidade entre 1 e 3 km por cada 100ha.

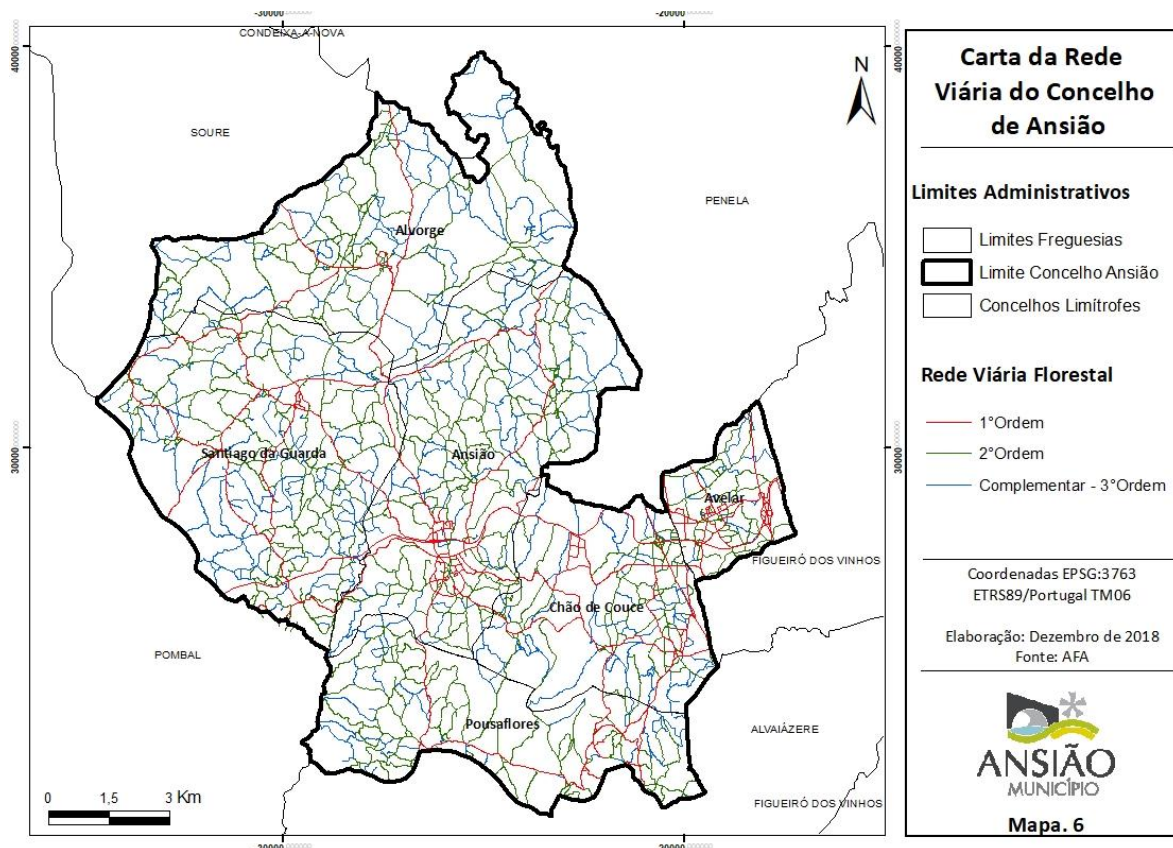
- **Rede Viária Complementar (3º Ordem)**

Rede de caminhos florestais, incluindo estradões e trilhos, geralmente com piso em terra batida e largura inferior a 3,5 metros, e que permite o cruzamento de veículos em alguns locais da sua extensão. Os estradões permitem a circulação sem restrições durante todo o ano só a veículos todo-o-terreno. Os trilhos não têm existência permanente e servem geralmente para circulação a pé, de trator, máquinas florestais e veículos todo-o-terreno.

Quadro 12 - Distribuição da rede viária florestal por freguesia

Freguesias	Tipologia	Comprimento (km)	Total (km)
Alvorze	1º Ordem	14,0	147,9
	2º Ordem	68,9	
	3º Ordem	64,9	
Avelar	1º Ordem	27,1	58,5
	2º Ordem	23,5	
	3º Ordem	7,9	
Ansião	1º Ordem	45,1	212,1
	2º Ordem	101,0	
	3º Ordem	65,9	
Chão de Couce	1º Ordem	36,6	123,4
	2º Ordem	43,1	
	3º Ordem	43,7	
Pousaflores	1º Ordem	18,0	114,9
	2º Ordem	70,7	
	3º Ordem	26,2	
Santiago da Guarda	1º Ordem	42,3	208,9
	2º Ordem	92,5	
	3º Ordem	73,8	
Total			865,5

Mapa 6 - Mapa com a rede viária florestal do Concelho de Ansião



A densidade da rede viária é boa pelo que se considera não existir necessidade da construção de novos caminhos em espaço florestal devendo incidir as intervenções a realizar na beneficiação dos existentes de modo permitindo em alguns casos a conversão em rede viária de 2ª ordem.

De realçar que a Câmara Municipal executou na totalidade as Faixas de Gestão de Combustível associadas à rede viária de 1ª, 2ª e Complementar de cariz municipal de modo a garantir a aplicação do exposto no decreto-lei 124/06 na sua atual redação e assim assegurar a evacuação das populações em caso de necessidade sem qualquer risco ou perigo.

4.1.1.3. Rede de pontos de água

A rede de pontos de água é constituída por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, de planos de água acessíveis e de pontos de tomada de água, com funções de apoio ao reabastecimento dos equipamentos de luta contra incêndios.

Estas estruturas devem ser sujeitas a uma verificação periódica, dado que passado um ano, podem tornar-se totalmente inoperacionais. Assim, os pontos de água devem estar sempre perfeitamente operacionais e os seus utilizadores devidamente informados quanto à sua operacionalidade, sendo que a eficácia no combate aos incêndios florestais depende, em larga medida do conhecimento do terreno.

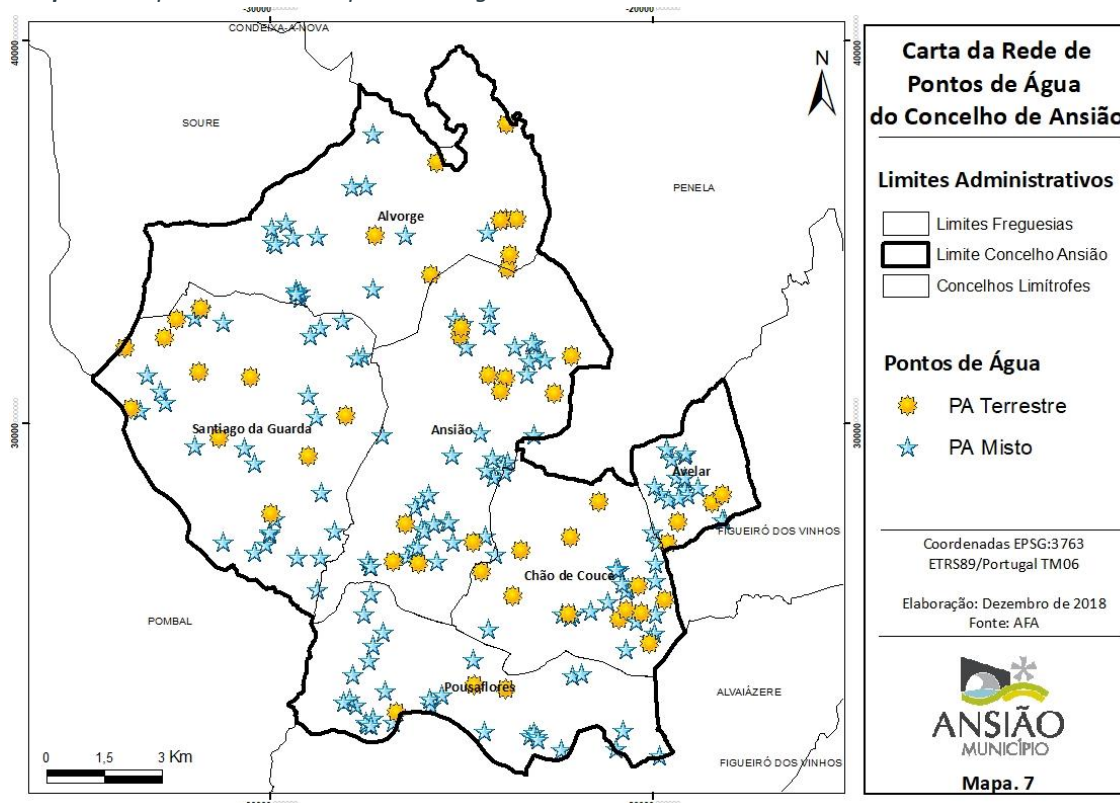
Quadro 13 - Pontos de água, por funcionalidade, no Concelho de Ansião

Tipologia PA	Misto	Terrestres	Total	Volume Máximo (l)
111 - Reservatório DFCI	23	-	23	4140
113 - Piscinas	132	-	132	11880
114 - Tanque de Rega	-	3	3	60
115 - Outros	-	23	23	230
221- Lagoa	-	22	22	2526

Nota 1: Os valores utilizados para calcular o volume máximo das tipologias PA 113, 114, 115 e 221 são valores aproximados.

No mapa seguinte (mapa 7), encontra-se a distribuição da rede de pontos de água, por tipologia, no Concelho de Ansião.

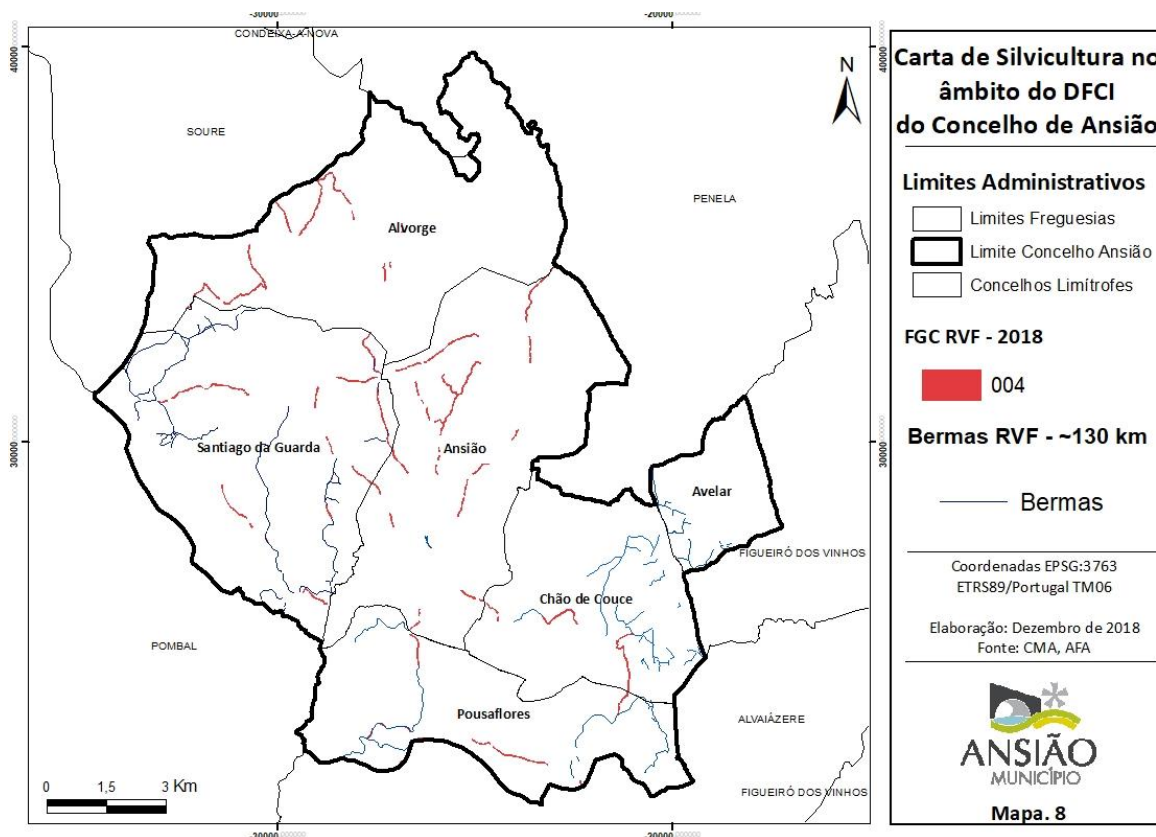
Mapa 7 - Mapa com a rede de pontos de água do Concelho de Ansião.



4.1.1.4. Silvicultura no âmbito da DFCI

O mapa 8 representa as parcelas sujeitas a silvicultura no âmbito da DFCI, executadas no último ano. A médio prazo pretende-se a gestão dos combustíveis nas áreas definidas pelos mapas, no anexo referente à cartografia, e cujos valores calculados, no mapa se apresentam.

Mapa 8 – Carta de Silvicultura no âmbito do DFCl.



4.1.2. Planeamento das ações referentes ao 1.º eixo estratégico

4.1.2.1. Construção e manutenção de faixas de gestão de combustível

Nesta seção do PMDFCI são apresentadas as intervenções preconizadas para realizar, anualmente e por FGC, RVF e RPA para os anos de vigência do PMDFCI - 2019 a 2028.

O planeamento foi efetuado tendo como base a identificação de locais de maior perigosidade. Os aglomerados do concelho ainda apresentam na sua área envolvente alguma ocupação agrícola, mas existem já alguns aglomerados que estão já situados num contexto mais florestal, onde a carga combustível é mais elevada. Esses locais foram identificados como sendo dos primeiros a intervencionar. Outra questão que foi tida em consideração para o planeamento foi o facto dos incêndios no concelho de Ansião virem na sua maioria dos concelhos vizinhos. Historicamente as nossas zonas de fronteira com outros concelhos são as áreas onde se verifica maior área ardida pelo que os aglomerados localizados perto do limite de concelho foram planificados para serem efetuados já no primeiro ano de execução do mesmo.

O planeamento foi elaborado com a premissa de se fazer operações de manutenção de 3 em 3 anos. Assim sendo, as faixas foram divididas em 3 “blocos de intervenção”, que são intervencionados a cada triénio.

Toda a rede de faixas de gestão de combustíveis definidas serve os interesses de defesa da floresta, no entanto, algumas manchas já cumprem naturalmente este propósito, pelo facto de apresentarem cargas combustíveis reduzidas e não necessitarem, por isso de intervenção; outras terão de ser intervencionadas no sentido de proporcionarem a continuidade das faixas ao longo do território.

Como já foi anteriormente referido o PMDFCI é um documento dinâmico, pelo que a quantificação da área a intervencionar poderá sofrer as adaptações necessárias, durante a fase de execução da obra e após as verificações efetuadas em trabalho de campo.

Os critérios de gestão de combustível que deverão ser seguidos pelos responsáveis pela implementação das faixas são os definidos no Decreto-Lei n.º 10/2018 de 14 de Fevereiro. Este mesmo diploma prevê a possibilidade de em certos casos, os critérios serem diferentes e **definidos em Comissão** de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Uma vez que grande parte do concelho está inserido em Rede Natura, podendo verificar-se a existência de habitats que importam proteger, poderá a CMDFCI decidir novos critérios de gestão de combustível nesses locais.

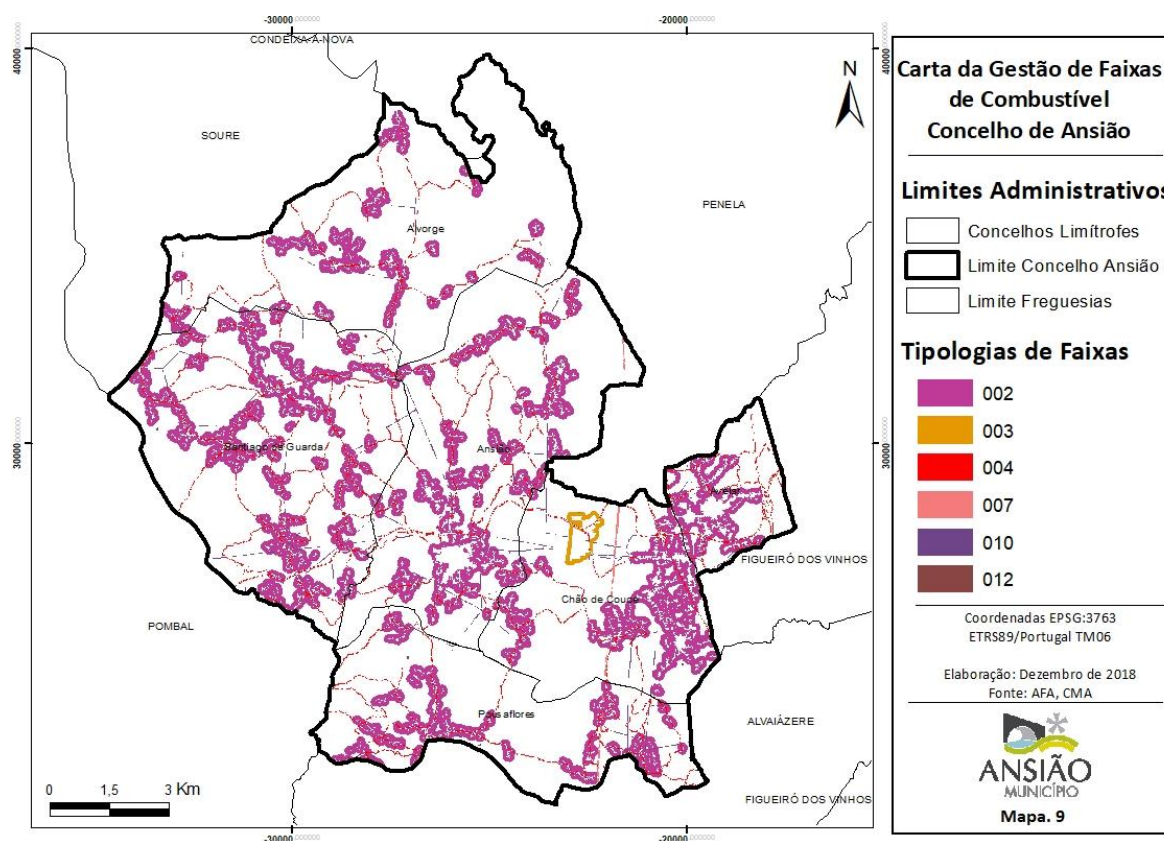
Os responsáveis pela RVF são as entidades gestoras das vias, nomeadamente, IP – Infraestruturas de Portugal, SA., ASCENDI e Câmara Municipal de Ansião.

O financiamento das ações aqui apresentadas para FGC, MPGC, RVF e RPA, compete à entidade responsável pela sua execução, podendo ser por meio próprios ou oriundos de aprovação de candidaturas a apoios para o efeito, sejam elas no âmbito de programas nacionais ou comunitários. As entidades responsáveis pela implementação das fgc podem utilizar meios próprios ou contratar empresas prestadoras de serviços.

No mapa 9 encontra-se representada a distribuição espacial anual das ações sujeitas a intervenção, estando no quadro 14 apresentadas as intervenções nas faixas de combustível para o período de vigência do presente plano, 2019-2028.

No anexo II encontram-se os mapas com a distribuição por ano das ações sujeitas a intenção para as faixas de combustível nas faixas de gestão combustível para o período de vigência do presente plano, 2019-2028.

Mapa 9 – FGC a implementar no período de vigência do plano



Quadro 14 – Apresentação da área de fgc com e sem intervenção, e dos responsáveis, para o período de vigência do plano9

Freguesia	Código da descrição da faixa	Descrição da faixa	Responsáveis	Área total das FGC	Área total com necessidade de intervenção (Ha)	Área total sem necessidade de intervenção (Ha)	DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL COM NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO (HA)																			
							2019		2020		2021		2022		2023		2024		2025		2026		2027		2028	
							C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.
Alvorge	2	Aglomerados Populacionais	Proprietários	419,9	113,99	305,91	113,99	305,91	0	419,9	0	419,9	113,99	305,91	0	419,9	0	419,9	113,99	305,91	0	419,9	0	419,9	113,99	305,91
	4	Rede Viária Florestal	Município	64,84	37,85	26,99	8,25	56,59	10,53	54,31	19,07	45,77	8,25	56,59	10,53	54,31	19,07	45,77	8,25	56,59	10,53	54,31	19,07	45,77	8,25	56,59
	10	Rede Elétrica de Média Tensão	EDP	8,87	8,32	0,55	0	8,87	4,7	4,17	2,49	6,38	1,12	7,75	0	8,87	4,7	4,17	2,49	6,38	1,12	7,75	0	8,87	4,7	4,17
	12	Pontos de água	Município	0,99	0,99	0	0	0,99	0,99	0	0	0,99	0	0,99	0,99	0	0	0,99	0	0,99	0,99	0	0	0,99	0	0,99
	Sub-Total				494,6	161,15	333,45	122,24	372,36	16,22	478,38	21,56	473,04	123,36	371,24	11,52	483,08	23,77	470,83	124,73	369,87	12,64	481,96	19,07	475,53	126,94
Ansião	2	Aglomerados Populacionais	Proprietários	803,59	298,03	505,56	0	803,59	92,46	711,13	205,57	598,02	0	803,59	92,46	711,13	205,57	598,02	0	803,59	92,47	711,12	205,57	598,02	0	803,59
	4	Rede Viária Florestal	Município	97,99	61,28	36,71	19,84	78,15	10,55	87,44	30,89	67,1	19,84	78,15	10,55	87,44	30,89	67,1	19,84	78,15	10,55	87,44	30,89	67,1	19,84	78,15
	4	Rede Viária Florestal	IP	9,35	7,51	1,84	0	9,35	0	9,35	7,51	1,84	0	9,35	0	9,35	7,51	1,84	0	9,35	0	9,35	7,51	1,84	0	9,35
	7	Rede Elétrica de Muito Alta Tensão	REN	3,57	3,57	0	0	3,57	0	3,57	3,57	0	0	3,57	0	3,57	3,57	0	0	3,57	0	3,57	3,57	0	0	3,57
	10	Rede Elétrica de Média Tensão	EDP	23,09	22,9	0,19	1,93	21,16	9,52	13,57	4,11	18,98	7,32	15,77	1,93	21,16	9,52	13,57	4,11	18,98	7,32	15,77	1,93	21,16	9,52	13,57
	12	Pontos de água	Município	1,7	1,7	0	0	1,7	1,7	0	0	1,7	0	1,7	1,7	0	0	1,7	0	1,7	1,7	0	0	1,7	0	1,7
	Sub-Total				939,29	394,99	544,3	21,77	917,52	114,23	825,06	251,65	687,64	27,16	912,13	106,64	832,65	257,06	682,23	23,95	915,34	112,04	827,25	249,47	689,82	29,36
Avelar	2	Aglomerados Populacionais	Proprietários	232,06	67,24	164,82	0	232,06	67,24	164,82	0	232,06	0	232,06	67,24	164,82	0	232,06	0	232,06	67,24	164,82	0	232,06	0	232,06
	4	Rede Viária Florestal	Município	26,04	18,82	7,22	6,99	19,05	11,83	14,21	0	26,04	6,99	19,05	11,83	14,21	0	26,04	6,99	19,05	11,83	14,21	0	26,04	6,99	19,05
	4	Rede Viária Florestal	IP	7,28	6,8	0,4	0	7,28	0	7,28	6,8	0,48	0	7,28	0	7,28	6,8	0,48	0	7,28	0	7,28	6,8	0,48	0	7,28
	4	Rede Viária Florestal	Ascendi	10,02	10,02	0	0	10,02	0	10,02	10,02	0	0	10,02	0	10,02	10,02	0	0	10,02	0	10,02	10,02	0	0	10,02
	10	Rede Elétrica de Média Tensão	EDP	3,65	3,65	0	0	3,65	3,16	0,49	0,49	3,16	0	3,65	0	3,65	3,16	0,49	0,49	3,16	0	3,65	0	3,65	3,16	0,49
	Sub-Total				279,05	106,53	172,44	6,99	272,06	82,23	196,82	17,31	261,74	6,99	272,06	79,07	199,98	19,98	259,07	7,48	271,57	79,07	199,98	16,82	262,23	10,15

Chão de Couce	2	Aglomerados Populacionais	Proprietários	551,93	104,14	447,79	0	551,93	104,14	447,79	0	551,93	0	551,93	104,14	447,79	0	551,93	0	551,93	104,14	447,79	0	551,93	0	551,93
	3	Parques e Polígonos Industriais	Município	43,48	15,5	27,98	15,5	27,98	0	43,48	0	43,48	15,5	27,98	0	43,48	0	43,48	15,5	27,98	0	43,48	0	43,48	15,5	27,98
	4	Rede Viária Florestal	Município	28,76	20,89	7,87	3,94	24,82	6,18	22,58	10,76	18	3,94	24,82	6,18	22,58	10,76	18	3,94	24,82	6,18	22,58	10,76	18	3,94	24,82
	4	Rede Viária Florestal	IP	19,47	17,18	2,29	0	19,47	0	19,47	17,18	2,29	0	19,47	0	19,47	17,18	2,29	0	19,47	0	19,47	17,18	2,29	0	19,47
	7	Rede Elétrica de Muito Alta Tensão	REN	11,78	11,78	0	0	11,78	0	11,78	11,78	0	0	11,78	0	11,78	11,78	0	0	11,78	0	11,78	11,78	0	0	11,78
	10	Rede Elétrica de Média Tensão	EDP	19,56	18,53	1,03	12,49	7,07	4,48	15,08	0	19,56	1,25	18,31	12,49	7,07	4,48	15,08	0	19,56	1,25	18,31	12,49	7,07	4,48	15,08
	12	Pontos de água	Município	0,69	0,69	0	0	0,69	0,69	0	0	0,69	0	0,69	0,69	0	0	0,69	0	0,69	0,69	0	0	0,69	0	0,69
	Sub-Total			675,67	188,71	486,96	31,93	643,74	115,49	560,18	39,72	635,95	20,69	654,98	123,5	552,17	44,2	631,47	19,44	656,23	112,26	563,41	52,21	623,46	23,92	651,75
Pousaflores	2	Aglomerados Populacionais	Proprietários	486,12	187,11	299,01	187,11	299,01	0	486,12	0	486,12	187,11	299,01	0	486,12	0	486,12	187,11	299,01	0	486,12	0	486,12	187,11	299,01
	4	Rede Viária Florestal	Município	89,44	58,89	30,55	41,19	48,25	6,85	82,59	10,83	78,61	41,19	48,25	6,85	82,59	10,83	78,61	41,19	48,25	6,85	82,59	10,83	78,61	41,19	48,25
	7	Rede Elétrica de Muito Alta Tensão	REN	5,61	5,61	0	0	5,61	0	5,61	5,61	0	0	5,61	0	5,61	5,61	0	0	5,61	0	5,61	5,61	0	0	5,61
	10	Rede Elétrica de Média Tensão	EDP	13,09	12,11	0,98	7,1	5,99	2,63	10,46	0,57	12,52	1,8	11,29	7,1	5,99	2,63	10,46	0,57	12,52	1,8	11,29	7,1	5,99	2,63	10,46
	12	Pontos de água	Município	1,72	1,72	0	0	1,72	1,72	0	0	1,72	0	1,72	1,72	0	0	1,72	0	1,72	1,72	0	0	1,72	0	1,72
	Sub-Total			595,98	265,44	330,54	235,4	360,58	11,2	584,78	17,01	578,97	230,1	365,88	15,67	580,31	19,07	576,91	228,87	367,11	10,37	585,61	23,54	572,44	230,93	365,05
Santiago da Guarda	2	Aglomerados Populacionais	Proprietários	1024,38	392,59	631,79	177,1	847,28	0	1024,38	216,37	808,01	177,1	847,28	0	1024,38	216,37	808,01	177,1	847,28	0	1024,38	216,37	808,01	177,1	847,28
	4	Rede Viária Florestal	Município	133,97	64,62	69,35	14,86	119,11	26,21	107,76	23,55	110,42	14,86	119,11	26,21	107,76	23,55	110,42	14,86	119,11	26,21	107,76	23,55	110,42	14,86	119,11
	4	Rede Viária Florestal	IP	7,81	6,48	1,33	0	7,81	0	7,81	6,48	1,33	0	7,81	0	7,81	6,48	1,33	0	7,81	0	7,81	6,48	1,33	0	7,81
	10	Rede Elétrica de Média Tensão	EDP	27,41	26,32	1,09	3,77	23,64	0	27,41	15,68	11,73	6,87	20,54	3,77	23,64	0	27,41	15,68	11,73	6,87	20,54	3,77	23,64	0	27,41
	12	Pontos de água	Município	2,46	2,46	0	0	2,46	2,46	0	0	2,46	0	2,46	2,46	0	0	2,46	0	2,46	2,46	0	0	2,46	0	2,46
	Sub-Total			1196,0	492,47	703,56	195,73	1000,3	28,67	1167,36	262,08	933,95	198,83	997,2	32,44	1163,59	246,4	949,63	207,64	988,39	35,54	1160,49	250,17	945,86	191,96	1004,07

Responsáveis	Área total das FGC	Área total com necessidade de intervenção (ha)	Área total sem necessidade de intervenção (ha)	DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL COM NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO (HA)																			
				2019		2020		2021		2022		2023		2024		2025		2026		2027		2028	
				C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.
IP	43,91	37,97	5,94	0	43,91	0	43,91	37,97	5,94	0	43,91	0	43,91	37,97	5,94	0	43,91	0	43,91	37,97	5,94	0	43,91
ASCENDI	10,02	10,02	0	0	10,02	0	10,02	10,02	0	0	10,02	0	10,02	10,02	0	0	10,02	0	10,02	10,02	0	0	10,02
EDP	95,67	91,83	3,84	25,29	70,38	24,49	71,18	23,34	72,33	18,36	77,31	25,29	70,38	24,49	71,18	23,34	72,33	18,36	77,31	25,29	70,38	24,49	71,18
REN	20,96	20,35	0	0	20,96	0	20,96	20,96	0	0	20,96	0	20,96	20,96	0	0	20,96	0	20,96	20,96	0	0	20,96
Total Geral	4180,62	1608,68	2571,33	614,06	3564,84	366,32	3812,58	609,33	3569,57	607,13	3571,77	367,12	3811,78	610,48	3568,42	612,11	3566,79	360,2	3818,7	611,28	3567,62	613,26	3565,64

4.1.2.2.Construção e manutenção da rede viária florestal

Os mapas das intervenções preconizadas para a rede viária florestal do Concelho de Ansião no período de vigência 2019-2028, encontram-se no Anexo III. O quadro 15 apresenta as intervenções propostas da rede viária florestal, por tipologia, para ao período de 2019-2028.

Quadro 15 - Intervenções (manutenção) da rede viária para o período de 2019-2028.

Rede viária	2019		2020		2021		2022		2023		2024		2025		2026		2027		2028	
	C.I	S.I	C.I	S.I	C.I	S.I	C.I	S.I	C.I	S.I	C.I	S.I	C.I	S.I	C.I	S.I	C.I	S.I	C.I	S.I
1ºOrdem	0,00	183,10	0,00	183,10	0,00	183,10	0,00	183,10	0,00	183,10	0,00	183,10	0,00	183,10	0,00	183,10	0,00	183,10	0,00	183,10
2º Ordem	0,00	399,50	0,00	399,50	0,00	399,5	4,00	395,5	3,98	395,52	4,25	395,25	6,58	392,92	3,89	395,61	5,35	394,15	4,98	394,52
Complementar- 3º Ordem	5,99	276,4	8,36	274,0	6,67	275,7	4,18	278,2	3,86	270,14	4,97	277,43	2,14	280,26	2,51	279,89	4,51	277,89	3,26	279,14
Total (km)	5,99	859,0	8,36	856,6	6,67	858,3	8,18	856,8	7,84	848,76	9,22	855,78	8,72	856,28	6,40	858,6	9,86	855,14	8,24	856,76

4.1.3.Construção e manutenção da rede de pontos de água

O quadro seguinte apresenta as intervenções (manutenções) na rede de ponto de água no período de vigência do plano, mais especificamente nos reservatórios DFCI, visto que na restante rede de PA não se consegue prever as intervenções.

Quadro 16 - Intervenções (manutenção) da rede de pontos de água (Reservatórios DFCI), por freguesia para o período 2019-2028

Freguesias	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (max)	Tipo de Intervenção									
Alvorge					2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
	1	111	Reservatório DFCI	150		M			M			M		
	2	111	Reservatório DFCI	150		M			M			M		
	131	111	Reservatório DFCI	240		M			M			M		
	130	111	Reservatório DFCI	150		M			M			M		
Sub-Total		4	690											
Ansião	9	111	Reservatório DFCI	150		M			M			M		
	108	111	Reservatório DFCI	150		M			M			M		
	99	111	Reservatório DFCI	240		M			M			M		
	6	111	Reservatório DFCI	240		M			M			M		
	14	111	Reservatório DFCI	240		M			M			M		
Sub-Total		5	1020											
Chão de Couce	179	111	Reservatório DFCI	150		M			M			M		
	138	111	Reservatório DFCI	240		M			M			M		
	Sub-Total		2	390										
Pousaflores	181	111	Reservatório DFCI	150		M			M			M		
	7	111	Reservatório DFCI	150		M			M			M		
	120	111	Reservatório DFCI	240		M			M			M		
	121	111	Reservatório DFCI	240		M			M			M		
	126	111	Reservatório DFCI	240		M			M			M		
Sub-Total		5	1020											
Santiago da Guarda	10	111	Reservatório DFCI	150		M			M			M		
	182	111	Reservatório DFCI	150		M			M			M		
	11	111	Reservatório DFCI	150		M			M			M		
	66	111	Reservatório DFCI	150		M			M			M		
	127	111	Reservatório DFCI	240		M			M			M		
	129	111	Reservatório DFCI	240		M			M			M		
	132	111	Reservatório DFCI	240		M			M			M		
Sub-Total		7	1320											
Total			23	4140		23			23			23		

- O concelho encontra-se coberto por uma rede de pontos de água significativa cumprindo o estipulado na Portaria n.º133/2007, de 26 de Janeiro. Neste sentido, propõe-se a manutenção de 23 pontos de água.

4.1.4. Metas e indicadores

Quadro 17 – Metas e Indicadores para a rede DFCI, para o período de vigência do plano

Rede DFCI		Responsável	Meta	un	TOTAL	Indicadores									
						2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
	Aglomerados Populacionais	Proprietários	Execução das fgc previstas, através da implementação das medidas de gestão de combustíveis adequadas	ha	1163,98	478,20	263,84	421,94	478,20	263,84	421,94	478,20	263,85	421,94	478,20
	Polígonos industriais	Município			15,50	15,50	0,00	0,00	15,50	0,00	0,00	15,50	0,00	0,00	15,50
	Rede Viária Florestal	Município			260,60	95,07	70,43	95,10	95,07	70,43	95,10	95,07	70,43	95,10	110,57
		Infraestruturas de Portugal			37,97	0,00	0,00	37,97	0,00	0,00	37,97	0,00	0,00	37,97	0,00
		Ascendi			10,02	0,00	0,00	10,02	0,00	0,00	10,02	0,00	0,00	10,02	0,00
	Rede Elétrica de Muito Alta Tensão	REN			20,96	0,00	0,00	20,96	0,00	0,00	20,96	0,00	0,00	20,96	0,00
	Rede Elétrica de Média Tensão	EDP			91,48	25,29	24,49	23,34	18,36	25,29	24,49	23,34	18,36	25,29	24,49
	Pontos de água	Município			7,56	0,00	7,56	0,00	0,00	7,56	0,00	0,00	7,56	0,00	0,00
Rede Viária Florestal		Município	Beneficiação/ Manutenção da rede viária florestal	km	79,48	5,99	8,36	6,67	8,18	7,84	9,22	8,72	6,40	9,86	8,24
Rede de pontos de água		Município	Manutenção dos pontos de água	un	23,00	0,00	23,00	0,00	0,00	23,00	0,00	0,00	23,00	0,00	0,00

4.1.5. Orçamento e responsáveis

Quadro 18 – Orçamento e responsáveis para a rede DFCI, para o período de vigência do plano

Rede DFCI		Responsável	Orçamento previsional									
			2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
FGC	Aglomerados Populacionais	Proprietários	454 290,00 €	250 648,00 €	400 843,00 €	454 290,00 €	250 648,00 €	400 843,00 €	454 290,00 €	250 657,50 €	400 843,00 €	454 290,00 €
	Polígonos industriais	Município	26 788,81 €	- €	- €	14 725,00 €	- €	- €	14 725,00 €	- €	- €	14 725,00 €
	Rede Viária Florestal	Município	164 310,43 €	121 724,87 €	90 345,00 €	90 316,50 €	66 908,50 €	90 345,00 €	90 316,50 €	66 908,50 €	90 345,00 €	105 041,50 €
		Infraestruturas de Portugal	- €	- €	36 071,50 €	- €	- €	36 071,50 €	- €	- €	36 071,50 €	- €
		Ascendi	- €	- €	9 519,00 €	- €	- €	9 519,00 €	- €	- €	9 519,00 €	- €
	Rede Elétrica de Muito Alta Tensão	REN	- €	- €	19 912,00 €	- €	- €	19 912,00 €	- €	- €	19 912,00 €	- €
	Rede Elétrica de Média Tensão	EDP	24 025,50 €	23 265,50 €	22 173,00 €	17 442,00 €	24 025,50 €	23 265,50 €	22 173,00 €	17 442,00 €	24 025,50 €	23 265,50 €
	Pontos de água	Município	- €	7 182,00 €	- €	- €	7 182,00 €	- €	- €	7 182,00 €	- €	- €
Rede Viária Florestal		Município	5 541,95 €	7 738,37 €	6 171,08 €	7 568,14 €	7 253,57 €	8 530,34 €	8 067,74 €	5 921,28 €	9 122,47 €	7 623,65 €
Rede de pontos de água		Município	- €	11 500,00 €	- €	- €	11 500,00 €	- €	- €	11 500,00 €	- €	- €
TOTAL			674 956,68 €	422 058,75 €	585 034,58 €	584 341,64 €	367 517,57 €	588 486,34 €	589 572,24 €	359 611,28 €	589 838,47 €	604 945,65 €

4.2. 2.º Eixo estratégico: Redução da incidência dos incêndios

O elevado número de ocorrências leva à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida como um conjunto das atividades que têm por objetivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, atuando em duas vertentes, o controlo das ignições e o controlo da propagação.

Considerando que o objetivo do controlo das ignições consiste em evitar que se dê início a um incêndio e que a maioria dos incêndios são causados por atividade humana, é sobre a alteração dos comportamentos humanos relativos ao uso do fogo que se deverá atuar.

Torna-se imperativo educar os diferentes segmentos populacionais no sentido de reconhecerem na floresta um património coletivo, com valor económico, social e ambiental e assumirem a responsabilidade do seu legado às suas gerações futuras, minimizando comportamentos de risco.

A grande maioria dos incêndios florestais ocorrem devido a causas humanas, quer por negligência ou acidente, quer por ações criminosas, sendo que raramente lhes são imputadas causas naturais. Por este motivo, a redução do número de ocorrências passa necessariamente por uma mudança de atitudes e comportamentos da população em geral, incidindo no estrato etário onde as ações de sensibilização são mais facilmente apreendidas, ou seja, a população escolar.

A sensibilização da população é por isso, uma das principais ações de prevenção, entendida como o conjunto das atividades que tem por objetivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, atuando em duas vertentes, o controlo das ignições e o controlo da propagação. Nos últimos anos, têm-se verificado resultados importantes nas ações de sensibilização desenvolvidas, com uma redução significativa das queimas de sobrantes realizadas durante o período crítico, com o aumento de ações de gestão de combustíveis junto a edificações, com a quase extinção do lançamento de foguetes durante o período crítico, no fundo com uma maior preocupação da população relativamente à problemática dos incêndios florestais.

Assim sendo, é importante sensibilizar toda a comunidade para que adotem comportamentos de menor risco, para que atuem nos seus terrenos de forma a diminuir a perigosidade, e também para que valorizem a floresta existente, reconhecendo a importância da sua preservação.

Neste sentido foi desenhado o projeto Ansião: comunidade consciente, floresta resiliente que tem os seguintes pilares: FGC Aglomerados populacionais; Uso do fogo; Património Florestal.

De seguida descrevem-se os principais objetivos e respetivas ações a desenvolver.

Quadro 19 - *Objetivos e ações para a redução da incidência dos incêndios*

Objetivos Estratégicos
•Sensibilizar e educar as populações •Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações
Objetivos Operacionais
•Sensibilização da população em geral •Sensibilização e educação escolar •Fiscalização
Ações
•Desenvolvimento de programas de sensibilização ao nível local, dirigidos a grupos alvo em função dos comportamentos de risco identificados na fase de avaliação •Desenvolvimento de programas de sensibilização e educação escolar •Definição de áreas prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação dos principais comportamentos de risco, o valor dos espaços florestais e a susceptibilidade à ignição.

4.2.1. Avaliação

Neste eixo torna-se prioritário atuar junto da população na consciencialização e alerta para os reais perigos que representam algumas práticas, muitas vezes aliadas ao uso do fogo, particularmente nas alturas do ano mais propensas à existência de incêndios florestais.

4.2.1.1. Comportamento de risco

A sensibilização da população assume um papel fundamental na estratégia de diminuição do número de ignições e de incentivo do sentido de alerta.

Estas ações de sensibilização para o risco de incêndio, tem como objetivo específico envolver as populações na problemática dos incêndios florestais, reduzir o número de

ignições, reduzir a área ardida e informar os cidadãos acerca das causas e consequências dos incêndios e legislação vigente.

Por outro lado, em relação às causas dolosas onde exista a intencionalidade de prejudicar o património, por iniquidade, por demência, ou para obter benefícios, só cumprimento da lei e/ou a vigilância, poderão ser persuasivas na sua prevenção – quadro seguinte:

Quadro 20 – Comportamentos de Risco

GRUPO-ALVO	COMPORTAMENTO DE RISCO			
	O quê?	Como?	Onde?	Quando?
POPULAÇÃO EM GERAL	Realização de queima de sobrantes	Sem respeitarem a legislação	Concelho	Ao longo de todo o ano. No entanto, torna-se mais importante no período crítico e em dias com condições meteorológicas adversas
COMISSÃO DE FESTAS	Lançamento de foguetes	Sem respeitarem a legislação		
AUTOMOBILISTAS	Fumar	Projeção de cigarros incandescentes		
AGRICULTOR / PRPRIETÁRIO FLORESTAL	Realização de queima de sobrantes	Sem respeitarem a legislação		
PASTOR	Realização de queima de sobrantes	Sem respeitarem a legislação		
CAÇADOR	Realização de fogueiras	Nas ZCM e ZCA		
COMUNIDADE ESCOLAR	Diminuir a ocorrência de futuros comportamentos de risco	Uso incorreto do fogo		
APICULTOR	Realização de fumigação	Sem respeitarem a legislação		
OPERADOR DE MÁQUINAS	Utilização de máquinas	Lançamento de faíscas ou faúlhas, devido à ausência de dispositivos de retenção		

Da análise da informação sobre as causas das ocorrências de incêndio no concelho de Ansião (Caderno I), realça-se o valor de 39% nas ocorrências de causas negligentes, 29% de causa intencional, e 25% de causa indeterminada.

Apesar de a causa indeterminada/desconhecida não ter a maior percentagem para o concelho de Ansião, é necessário aumentar o conhecimento na investigação de causas para diminuir a percentagem destas causas, bem como atuar nas áreas da educação, sensibilização e formação da população para diminuir a percentagem de ocorrências por causas negligentes (maior percentagem).

As ocorrências de causa intencional também têm expressão significativa pelo que o reforço da vigilância móvel e vigilância armada como efeito dissuasor da adoção de comportamentos de risco.

Esta caracterização, vinculada no caderno I, apresenta também na relação com as horas de ignição de incêndios florestais e no fim-de-semana como período da semana com maior número de ocorrências, indicadores de que o uso do fogo de forma negligente em períodos de maior perigosidade está na origem das ocorrências verificadas no concelho de Ansião.

Apesar de estarmos num concelho com poucas ocorrências e pouca área ardida, considera-se necessária mais do que uma ação fiscalizadora, uma atuação sensibilizadora por parte dos agentes de promoção da defesa da floresta contra incêndio.

Assim é necessário atuar de forma consistente em todas as freguesias do concelho tentando consciencializar para o uso do fogo com prudência e precaução sem descurar a população mais jovem na prevenção de futuros comportamentos de risco.

4.2.1.2. Fiscalização

Para além da sensibilização, a prevenção passa obrigatoriamente por ações de fiscalização nas áreas em risco.

O quadro seguinte define o número de autos dos processos de contraordenações por freguesia para o período de 2014 a 2018, em incumprimento da legislação, nomeadamente no âmbito do DL n.º 124/2006.

Quadro 21 . Fiscalização – Processos de contraordenação efetuados pelo Município no ano de 2018

Freguesias	N.º de processos de contraordenação					Total
	2014	2015	2016	2017	2018	
Alvorge	0	0	0	1	1	2
Ansião	6	0	1	2	6	15
Avelar	4	1	1	2	1	9
Chão de Couce	1	1	2	1	4	9
Pousaflores	4	1	1	3	14	23

Santiago da Guarda	8	4	3	1	4	20
Total	23	7	8	10	30	78

Fonte: Município de Ansião

Como se pode verificar ao longo do período de 2014-2018 foram elaborados 78 processos de contraordenação. O ano de 2018 foi o ano em que se registaram mais contraordenações. As freguesias de Pousaflores e Santiago da Guarda foram as que apresentaram maior número, com 23 e 20 autos, respetivamente.

4.2.2. Planeamento das ações

4.2.2.1. Sensibilização

A sensibilização da população é identificada como uma das ações fundamentais para a criação de uma floresta resiliente e comunidades melhor preparadas para a ocorrência de eventos extremos. Assim, importa sensibilizar toda a comunidade para que adotem comportamentos de menor risco, para que atuem nos seus terrenos de forma a diminuir a perigosidade, e também para que valorizem a floresta existente, reconhecendo a importância da sua preservação.

Neste sentido foi desenhado o projeto Ansião: comunidade consciente, floresta resiliente que tem os seguintes pilares:

1. FGC Aglomerados populacionais;
2. Uso do fogo;
3. Património Florestal

No entanto, para este plano apenas se faz referência aos 2 primeiros pilares.

Devido à freguesia do Alvorge ser considerada de risco no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, a localidade de Vale Florido está abrangida pelo programa “Aldeia Segura e Pessoas Seguras”. Os objetivos principais deste programa são: criar na freguesia a função de Oficial de Segurança, que tem como missão transmitir avisos à população, organizar a evacuação do aglomerado em caso de necessidade e fazer ações de sensibilização junto da população. Este programa pretende ainda sinalizar caminhos de evacuação nos aglomerados populacionais, definir locais de refúgio nas aldeias, sensibilizar populações para o que fazer em caso de incêndio e como evitar comportamentos de risco.

No quadro seguinte, apresenta-se a proposta de ações de sensibilização e educação a realizar durante a vigência deste plano.

Quadro 22 – Proposta de ações de sensibilização e educação a realizar na vigência deste Plano

GRUPO-ALVO	OBJECTIVOS	AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
PROPRIETÁRIOS	Divulgar as FGC	Colocar no site do Município as FGC de proteção aos aglomerados populacionais, em formato imagem e disponibilizar ficheiro kml.	Anualmente
		Colocar mapas na sede/local de divulgação de cada Junta de Freguesia com a delimitação das FGC de proteção aos aglomerados populacionais, da Freguesia respetiva.	Anualmente
		Dinamizar Reuniões de sensibilização em cada Freguesia para apresentação das FGC, e esclarecimento das obrigações dos proprietários.	Anualmente (Março/Abril)
POPULAÇÃO EM GERAL	Divulgar cuidados no uso do fogo	Desenvolver um regulamento/procedimento para a realização de queimas de sobrantes.	Anualmente
		Colocar no site do Município e página do Facebook, indicações sobre os cuidados a ter nas queimas de sobrantes.	Anualmente
		Publicitar nos Jornais do concelho a informação publicada no site do Município.	Anualmente
		Divulgar os cuidados no uso do fogo na Junta de Freguesia, e nas reuniões a efetuar em cada freguesia.	Anualmente
COMISSÕES DE FESTAS	Reduzir o risco associado ao lançamento e armazenamento de artefactos pirotécnicos	Sessões de esclarecimento da legislação aplicada ao uso e armazenamento de artefactos pirotécnicos	Anualmente (Março/Abril)

COMUNIDADE ESCOLAR	Promover uma cultura de segurança	Realizar ações de sensibilização nas escolas, adaptando o discurso a cada grau de ensino, divulgando a importância da floresta e da sua gestão.	Anualmente (Março e/ou Novembro)
OPERADORES FLORESTAIS	Divulgar as melhores práticas de gestão florestal	Realizar ações de sensibilização sobre as boas práticas florestais durante o período crítico e em dias com condições meteorológicas adversas	Anualmente (Abril)
POPULAÇÃO DA LOCALIDADE DE VALE FLORIDO-ALVORGE	Prevenir e diminuir os efeitos de incêndios rurais	Realizar ações de sensibilização/simulacros (Aldeias Seguras / Pessoas Seguras)	De 2 em 2 anos

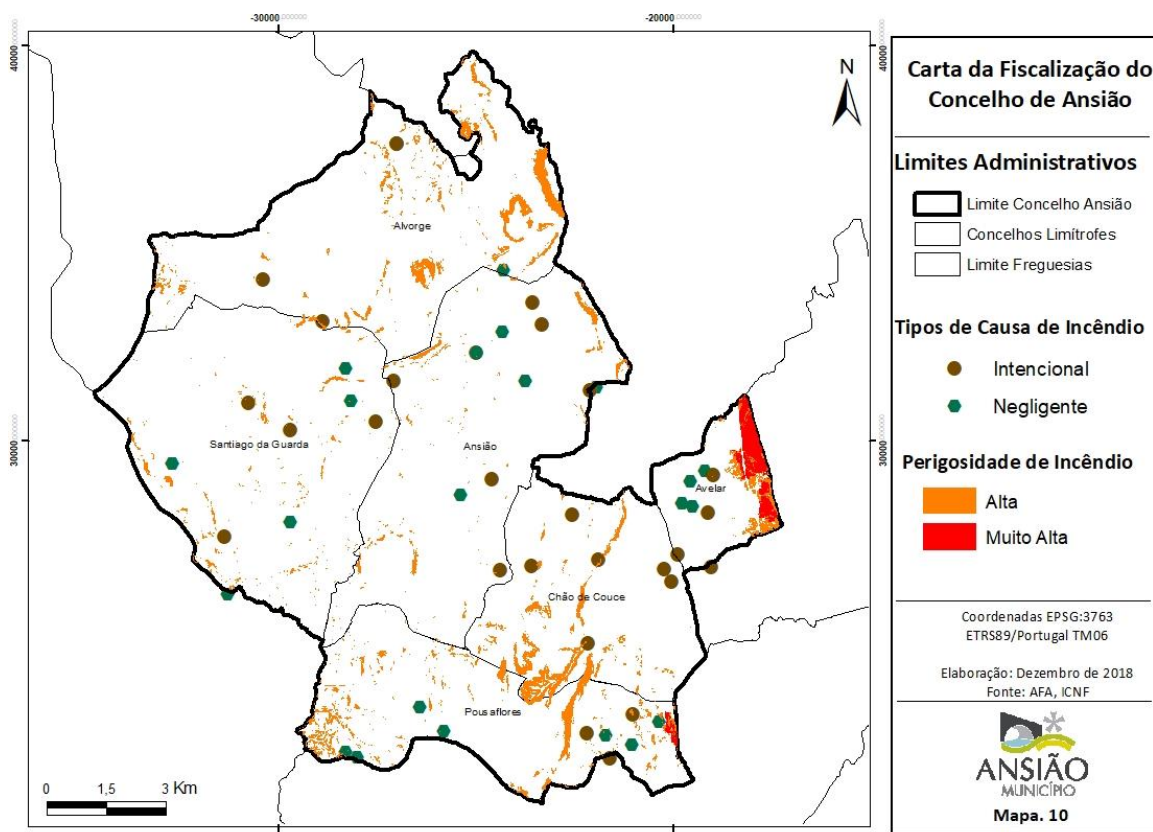
4.2.2.2. Fiscalização

As ações de fiscalização devem funcionar como uma ferramenta que permita verificar e tentar garantir que as recomendações e a legislação sejam cumpridas, nomeadamente no que toca à gestão de combustíveis florestais na rede secundária de FGC e no uso do fogo. As ações de fiscalização são da responsabilidade da Guarda Nacional Republicana, podendo ser também desenvolvidas pela Câmara Municipal, os Bombeiros ou mesmo pela população local, que muitas vezes assume uma importante função de denunciar ações e comportamentos de risco e situações irregulares.

No concelho de Ansião não estão definidas áreas de atuação específicas, sendo que a GNR faz o patrulhamento de todo o concelho. A maior parte das situações detetadas referem-se à falta de execução das ações de gestão de combustíveis junto a edificações, realização de queimas de sobrantes sem as necessárias condições de segurança e execução de ações de arborização sem a necessária licença camarária e sem o necessário cumprimento da legislação em vigor.

Tendo por base o cruzamento da informação das contraordenações e causas dos incêndios desde 2013, elaborou-se um mapa com a identificação de zonas prioritárias de dissuasão e fiscalização.

Mapa 10 – Carta de fiscalização do concelho de Ansião



4.2.3. Metas e indicadores

A atividade florestal assume um papel fundamental no desenvolvimento do país, não só pelo valor económico que encerra, mas também pelo valor social, como componente indispensável à manutenção da qualidade de vida. Os acontecimentos verificados ao longo dos últimos anos obrigam-nos a repensar a floresta e a promover medidas de carácter preventivo que possam evitar o desaparecimento deste património tão valioso.

A importância que a floresta assume nos nossos dias justifica a implantação de programas de sensibilização que despertem as pessoas para a sua significância.

Pretende-se com estas ações colmatar o vazio existente, neste âmbito, a nível municipal e, simultaneamente, mobilizar e envolver os agentes relevantes ligados à floresta bem como a população local.

A educação e sensibilização das populações têm grande importância uma vez que apresenta influência no comportamento das populações perante situações de possível risco de incêndio.

A sensibilização ao nível local é efetuada pela Câmara Municipal, Guarda Nacional Republicana, Proteção Civil, Bombeiros Voluntários e Associação de Produtores Florestais de Ansião.

As ações de sensibilização apresentam-se diferenciadas ao longo do ano cumprindo objetivos distintos. Durante a época de Inverno, pretende-se principalmente informar a população da necessidade de efetuar a limpeza de matos e povoamentos e a importância que apresenta a beneficiação das infraestruturas de defesa da floresta. Esta sensibilização da população é efetuada no decorrer do trabalho de campo, nos jornais locais, bem como através de painéis e placas informativas.

As ações de sensibilização que se pretendem realizar serão centradas no tema floresta e incêndios e na interdependência da sociedade com a mesma. Pretende-se a curto e médio prazo desenvolver projetos de sensibilização que informem e sensibilizem a população local para a importância da gestão florestal sustentada e integrada, centrada na prevenção e proteção contra incêndios. Importa pois aprofundar temas como a gestão pró-ativa da floresta e a promoção da defesa da floresta contra incêndios. A prevenção através da gestão de curto prazo planeada, constitui de facto a grande aposta desta campanha. A longo prazo, pretende-se contribuir para criar uma nova atitude e uma nova prática de gestão florestal sustentável.

Atendendo ao cariz das ações e aos objetivos que se pretendem atingir, será pertinente que a sua execução seja direcionada a toda a população. Assim sendo, envolverá o público em geral, sendo específica para proprietários florestais, agricultores, crianças e jovens e empresários florestais. As

ações de sensibilização não deverão ser impostas, procurando-se que sejam pretendidas pelos próprios intervenientes e serão efetuadas de acordo com o público-alvo.

Desta forma pretendem-se efetuar sessões de divulgação em conjunto com os Bombeiros Voluntários de Ansião e Guarda Nacional Republicana, em todas as Juntas de Freguesias para sensibilização direta junto da população.

Prevê-se o desenvolvimento de uma ação de sensibilização específica com os presidentes das Juntas de Freguesia, cujo propósito será informar e sensibilizar a opinião pública para a defesa da floresta contra incêndios bem como para a necessidade de gestão dos espaços florestais. As sessões públicas assentam nos seguintes pressupostos: Alertar para as medidas de segurança na realização de queimadas, informar do perigo de incêndio

existente e danos causados, cumprimento da legislação em vigor, comportamento dos cidadãos perante os incêndios e efetuar a divulgação de códigos de boas práticas florestais. Nestas sessões pretende-se efetuar a distribuição de algum material informativo. Deste modo, prevê-se a elaboração de cartazes e folhetos informativos ligados à temática dos incêndios. Os folhetos serão distribuídos nas Juntas de Freguesia e durante a época de incêndios irá proceder-se à distribuição e afixação de cartazes que advirtam para o perigo dos incêndios florestais.

Relativamente à população jovem do concelho pretendem-se efetuar ações educativas nas escolas em parceria com o ICNF e com a Guarda Nacional Republicana, tendo por base conteúdos programáticos e material de divulgação específicos para a população escolar.

A realização destas ações têm como objetivo fomentar e alertar os jovens para a importância que os espaços florestais assumem e qual o seu papel na sociedade relativamente à problemática dos incêndios. Pretende-se que adquiram conhecimentos relativos à importância da floresta e qual a melhor forma de a proteger.

Pretende-se a realização de atividades lúdicas e de natureza pedagógica visando proporcionar novos conhecimentos acerca da proteção da floresta, dar a conhecer às crianças a importância da floresta, o perigo dos incêndios florestais e os cuidados a ter com o uso do fogo. A interação entre o tema e os intervenientes poderá ser feita através de visitas efetuadas a alguns formações vegetais com elevado valor paisagístico existentes no concelho, bem como a trabalhos efetuados nas escolas para o Dia da Árvore. Estas ações serão realizadas, no 21 de Março, Dia Mundial da Floresta e Dia da Árvore.

No quadro 23 apresentam-se as metas e indicadores, relativos às ações de sensibilização e ações de fiscalização.

4.2.4. Orçamento e responsáveis

No quadro 24, encontra-se uma estimativa de orçamento e os responsáveis pela execução de cada ação. As ações de sensibilização da população e as ações educativas compreendem diversos tipos de investimento, entre os quais material de divulgação, recursos humanos e deslocações. Os valores apresentados foram estimados tendo em conta projetos efetuados neste âmbito de trabalho. Para as ações de fiscalização não será apresentado uma estimativa dos custos pois as despesas efetuadas nas ações de patrulhamento são decorrentes da missão geral destas equipas.

Quadro 24 – Orçamento e responsáveis – Sensibilização da população e Fiscalização

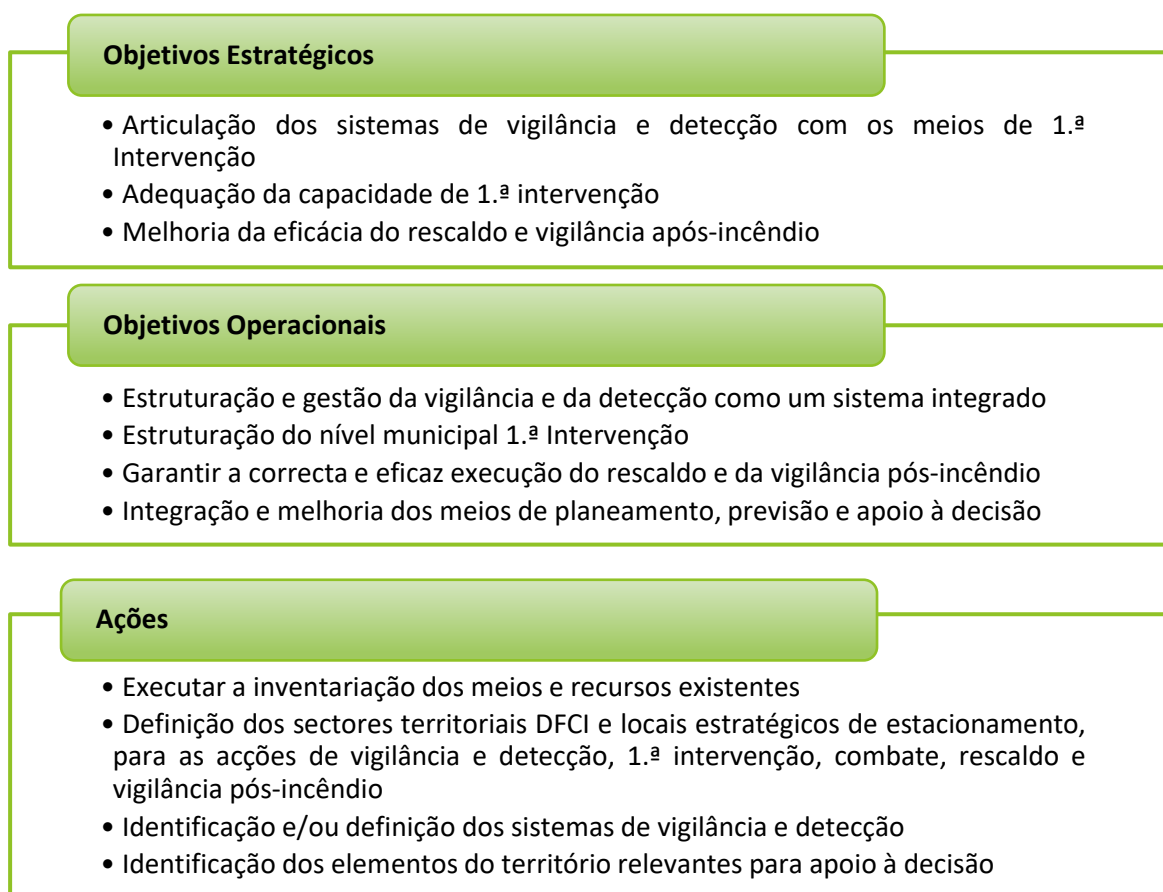
Estimativa orçamental													
	Metas	Responsável	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Total
Sensibilização	Realização de ações de sensibilização e esclarecimento nas Juntas de Freguesia	Associação Florestal de Ansião	3200€	3200€	3200€	3200€	3200€	3200€	3200€	3200€	3200€	3200€	32000€
		Bombeiros Voluntários de Ansião											
		GNR/SEPNA											
		Município de Ansião											
	Realização de ações de sensibilização junto da comunidade escolar (inclui-se a comemoração do dia internacional das florestas e/ou do dia da floresta autóctone)	Associação Florestal de Ansião	1000€	1000€	1000€	1000€	1000€	1000€	1000€	1000€	1000€	1000€	10000€
		Bombeiros Voluntários de Ansião											
		GNR/SEPNA											
	Realização de ações de sensibilização/simulacros (Aldeias Seguras / Pessoas Seguras)	Município de Ansião	500€		500€		500€		500€		500€		2500€
		Bombeiros Voluntários de Ansião											
		GNR/SEPNA											
Distribuição de folhetos informativos por CTT	Município de Ansião	500€	500€	500€	500€	500€	500€	500€	500€	500€	500€	5000€	
Total Sensibilização			5200€	4700€	5200€	4700€	5200€	4700€	5200€	4700€	5200€	4700€	49500€
Fiscalização	Realização de ações de fiscalização do cumprimento da legislação referente à gestão de combustível nas redes secundárias	GNR/SEPNA	3000€	3000€	3000€	3000€	3000€	3000€	3000€	3000€	3000€	3000€	30000€
		Município de Ansião											
	Total Fiscalização			3000€	3000€	3000€	3000€	3000€	3000€	3000€	3000€	3000€	3000€
Total Sensibilização e Fiscalização			8200€	7700€	8200€	7700€	8200€	7700€	8200€	7700€	8200€	7700€	79500€

4.3. 3º Eixo estratégico: Melhoria na eficácia de ataque e de gestão dos incêndios

A dicotomia entre a prioridade dada à defesa de vidas e edifícios e a prioridade à defesa da floresta obriga a uma redefinição operacional e requer nova uma abordagem na ótica do planeamento e estratégia do combate. Pretende-se deste modo a organização de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios deve ter em conta a disponibilidade do pessoal, dos meios terrestres e aéreos e todos os outros passíveis de se agregarem como reforço e apoio, cujas regras de empenhamento devem ser perfeitamente claras e do conhecimento de toda a estrutura.

No quadro seguinte estão definidos os objetivos e ações a concretizar neste eixo de atuação.

Quadro 25 – Objetivos e ações para a melhoria da eficácia do ataque e gestão dos incêndios



4.3.1. Avaliação

Como forma de otimizar as contribuições dos diversos agentes de Defesa da Floresta Contra Incêndios efetuou-se um levantamento dos meios existentes de forma a integrar as diferentes

entidades com responsabilidade nesta vertente, sobretudo em relação às ações a desenvolver. Apresenta-se uma descrição dos meios existentes no concelho em termos de ações de prevenção, vigilância e deteção, primeira intervenção, combate e rescaldo.

- **Prevenção**

O concelho de Ansião conta, em matéria de prevenção com duas equipas de sapadores florestais (Equipa SF-02-164, Equipa SF-15-164), pertencentes à Associação Florestal do Concelho de Ansião. Estas equipas constituídas por 5 elementos cada, foram criadas em 2001 e 2002, respetivamente e o seu território de incidência abrange toda a área do concelho.

Em termos de equipamentos/ ferramentas para trabalhos de prevenção as equipas de sapadores estão providas com o seguinte material: 1 Toyota Hilux 4x4, 1 Mitsubishi L200 4x4, 6 motosserras, 10 motorroçadoras, serrotes, machados, forquilha, ancinhos e todo o material de proteção individual.

A atividade das equipas de sapadores é na sua maioria direcionada para os proprietários florestais privados, efetuado também serviço público e desenvolvem também algumas ações a requisito da Câmara Municipal. As ações incidem normalmente na roça de matos, limpeza de povoamentos, poda de árvores, beneficiação de caminhos, pontos de água e limpeza de bermas.

De acordo com o relatório de atividades de 2017 estas equipas realizaram:

- ✓ Deteção e supressão de incêndios – 108 dias
- ✓ Formação – 1 dia
- ✓ Plantações florestais – 17 dias
- ✓ Gestão de combustíveis (povoamentos + matos) – 68ha

Para o ano de 2018 estão previstos 92ha de gestão de combustíveis e povoamentos (serviço público e privado), 55 dias de vigilância, 2 dias em ações de sensibilização e 5 dias de formação.

Além das equipas de sapadores, a Associação Florestal tem dois tratores equipados com limpa-bermas, corta-mato, pulverizador e estilhaçador.

No âmbito da sensibilização, a GNR, o Município de Ansião e a Associação Florestal de Ansião efetuaram ações de sensibilização e formação, em todas as freguesias do concelho, durante o ano de 2018.

4.3.2. Vigilância e deteção

A vigilância e deteção de incêndios são operações fundamentais em qualquer sistema de DFCI, na medida em que possibilitam a rápida deteção de incêndios e o seu combate numa fase inicial. Diminui-se assim a probabilidade de um incêndio assumir maiores proporções, vindo posteriormente a traduzir-se numa diminuição da área ardida e na redução dos meios envolvidos nas operações de combate.

A organização do sistema de vigilância e deteção deve assentar numa eficaz e abrangente rede fontes de vigilância e complementada com a vigilância móvel, assegurando-se assim uma cobertura efetiva do concelho.

No concelho de Ansião não existe nenhum posto de vigia que se insira na rede de postos de vigia. Contudo, existem quatro postos de vigia nos concelhos vizinhos que, devido à área que conseguem cobrir, são utilizados na deteção de incêndios no concelho.

A vigilância para além de uma função de deteção deverá desempenhar uma importante função preventiva.

De seguida serão descritos os meios existentes ao nível do concelho no que diz respeito à vigilância fixa e vigilância móvel.

A vigilância fixa, assenta na Rede Nacional de Postos de Vigia, no entanto o concelho é vigiado por quatro postos de vigia que se encontram nos concelhos limítrofes de Pombal, Alvaiázere e Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pêra. De seguida é apresentado o quadro seguinte com a descrição dos postos de vigia adjacentes ao concelho e no mapa seguinte, pode observar-se a carta de localização dos postos de vigia e respetivas bacias de visibilidade.

Quadro 26 – Postos de Vigia

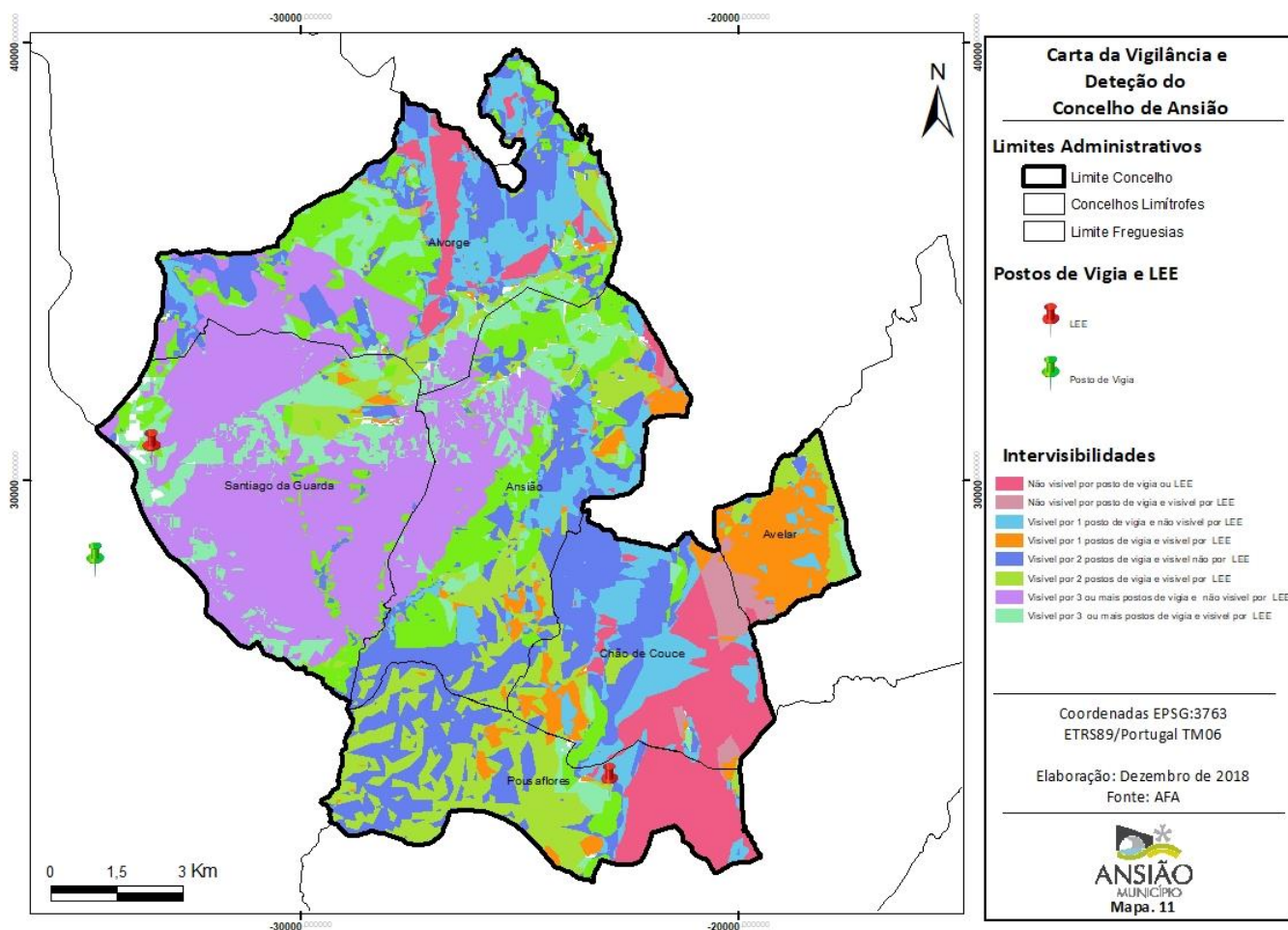
Designação	Indicativo	Concelho	Coordenadas (Gauss Militar)		Altitude (m)
			X	Y	
Alto do Pião	42-03	Figueiró dos Vinhos	187577	326805	545
Ortiga	42-04	Castanheira de Pêra	191085	336289	779
Serra de Alvaiázere	42-07	Alvaiázere	176106	317830	626
Sicó	44-07	Pombal	165192	328086	553

Estes postos de vigia apresentam uma elevada área de visibilidade, sendo que cerca de 15557,33ha da área do concelho é visível, representando cerca de 88% da área total. Apenas 2057,87ha se encontram em zonas de sombra, o que equivale a 12% da área total do concelho, mas compensados pela vigilância das equipas de Sapadores Florestais.

No quadro seguinte (quadro 27), podemos observar a relação entre os incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção afetas ao concelho, para os anos de 2016, 2017 e 2018. Verificamos que a fase Charlie é aquela que justifica atenção redobrada, em virtude de registar o maior número de ignições e coincidindo com a época mais seca e quente do ano.

De realçar que a partir de 2018, as fases de combate a incêndios vão ser substituídas por níveis de prontidão, passando o dispositivo a estar permanente ao longo do ano, que é reforçado entre 15 de maio e 31 de outubro. Também a partir deste ano, muda o nome do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF), que passa a chamar-se Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR), segundo a Diretiva Operacional Nacional (DON).

Mapa 11 – Carta de Vigilância e Deteção no concelho de Ansião



Quadro 27 – Índice entre o número de incêndios e equipas de vigilância e deteção (2016-2018)

FASES			2016			2017			2018		
DECIR	DECIF	PERÍODO	N.º equipas	N.º ocorrências	Índice	N.º equipas	N.º ocorrências	Índice	N.º equipas	N.º ocorrências	Índice
Permanente – Nível I	ALFA	01jan-14mai	0	0	0,0	0	8	0,0	0	6	0,0
Reforçado – Nível II	BRAVO	15mai-31mai	6*	2	0,3	6*	2	0,3	6*	1	0,2
Reforçado – Nível III		1jun-31jun	6*	0	0,0	6*	2	0,3	6*	1	0,2
Reforçado – Nível IV	CHARLIE	1jul-30set	6*	6	1,0	6*	12	2,0	6*	10	1,7
Reforçado – Nível III	DELTA	1out-15out	6*	5	0,8	6*	2	0,3	6*	1	0,2
Reforçado – Nível II		16out-31out	6*	3	0,5	6*	1	0,2	6*	3	0,5
Permanente – Nível I	ECHO	1nov-31dez	0	2	0,0	6*	0	0,0	0	0	0,0

***As equipas de sapadores florestais só efetuam vigilância e deteção quando estão em alerta amarelo, laranja ou vermelho.**

4.3.3. 1ª Intervenção

A vigilância móvel surge como complemento da rede de vigilância fixa e deve ter em conta a articulação entre as diversas entidades envolvidas. Cada entidade interveniente assegura a vigilância da sua área de atuação encontrando-se no entanto em permanente ligação com as restantes equipas que se encontram no terreno. A descrição dos recursos em termos de vigilância móvel e 1.ª intervenção é feita simultaneamente, no entanto os meios afetos a cada atividade são diferenciados pelos diferentes sectores existentes no concelho.

De seguida serão descritos os meios existentes no concelho ao nível da vigilância, deteção e 1.ª intervenção.

As duas equipas de sapadores florestais contam com os mesmos recursos humanos descritos na prevenção. Em meios materiais, além dos descritos anteriormente e especificamente para as ações de

vigilância e 1.ª intervenção, estas equipas estão fornecidas com rádios, telemóveis, binóculos, bússola e os veículos estão equipados com Kit's de 1.ª intervenção.

Nestes últimos anos as equipas têm efetuado ações de vigilância sempre que as condições meteorológicas o justificam, sendo normalmente efetuadas as ações em coordenação com os bombeiros e a GNR. O horário de trabalho das equipas realiza-se entre as 8 horas e as 17 horas, no entanto nos dias de vigilância armada o horário é reajustado de acordo com as condições verificadas.

Quadro 28 - Equipas de sapadores florestais afetas à vigilância móvel

EQUIPA	VIATURA	CHEFE DE EQUIPA	CONTACTO
SF-02-164	Toyota Hilux 4x4	João Sá	916994100
SF-15-164	Mitsubishi L200 4x4	Orlando Avelar	918058772

Os bombeiros contam com uma ou três brigadas, nas fases permanente ou reforçado, respetivamente, compostas por cinco elementos cada, efetuando 2 turnos por dia. Normalmente abrangem a totalidade da área do concelho nestas ações, no entanto não estão afetas a nenhum sector para a ação de vigilância. De acordo com as necessidades verificadas durante o período crítico, recebem indicação do CDOS e posteriormente são estabelecidos locais específicos de vigia prioritários.

Através do Decreto-Lei 22/2006 de 2 de Fevereiro procedeu-se à consolidação institucional do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e é criado o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS). O GIPS tem como missão específica a execução de ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves.

A GNR conta com uma equipa, constituída por 2 elementos, no mínimo, na realização da vigilância. Esta equipa efetua a vigilância móvel todos os dias, sempre que se verifique necessário, não tendo também estabelecido sectores específicos, cumprindo esta atividade conjuntamente com a patrulha efetuada diariamente.

Quadro 29 - Índice entre o número de incêndios e equipas de 1ª intervenção (2016-2018)

FASES			2016			2017			2018		
DECIR	DECIF	PERÍODO	N.º equipas	N.º Ocorrências	Índice	N.º equipas	N.º Ocorrências	Índice	N.º equipas	N.º Ocorrências	Índice
Permanente – Nível I	ALFA	01jan-14mai	1	0	0,0	1	8	8,0	1	6	6,0
Reforçado – Nível II	BRAVO	15mai-31mai	6*	2	0,3	6*	2	0,3	6*	1	0,2

Reforçado – Nível III		1jun- 31jun	6*	0	0,0	6*	2	0,3	6*	1	0,2
Reforçado – Nível IV	CHA RLIE	1jul- 30set	6*	6	1,0	6*	12	2,0	6*	10	1,7
Reforçado – Nível III	DELT A	1out- 15out	6*	5	0,8	6*	2	0,3	6*	1	0,2
Reforçado – Nível II		16out- 31out	6*	3	0,5	6*	1	0,2	6*	3	0,5
Permanente – Nível I	ECH O	1nov- 31dez	0	2	0,0	6*	0	0,0	0	0	0,0
2 Equipas de Sapadores Florestais + 3 equipas dos Bombeiros + 1 equipa GIPS/SEPNA											

O mapa seguinte representa o valor médio, por freguesia, do tempo de chegada para a 1.ª intervenção nas diferentes fases.

O gráfico seguinte apresenta o valor médio, por freguesia, do tempo de chegada para a 1.ª intervenção nas diferentes fases. E, como podemos observar, esse valor médio é sempre inferior a 20 minutos.

Mapa 12 – Carta da 1.ª intervenção terrestre no concelho de Ansião

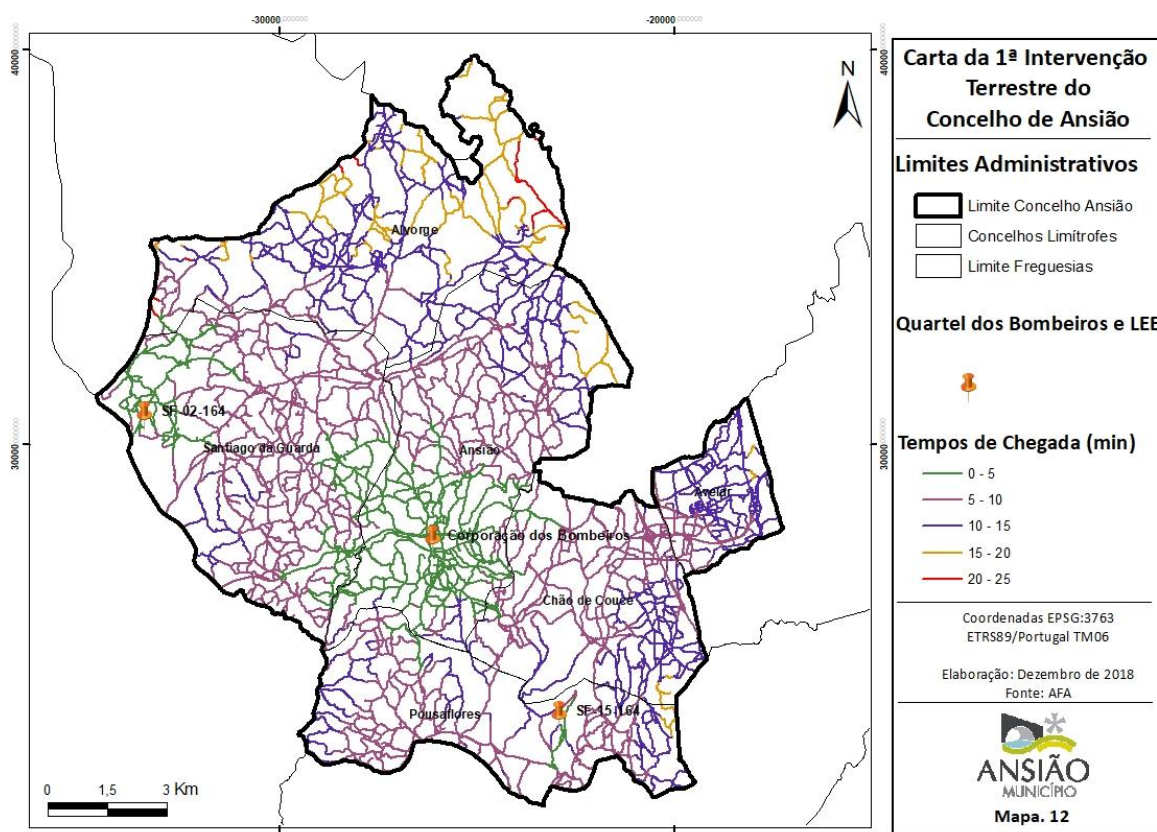
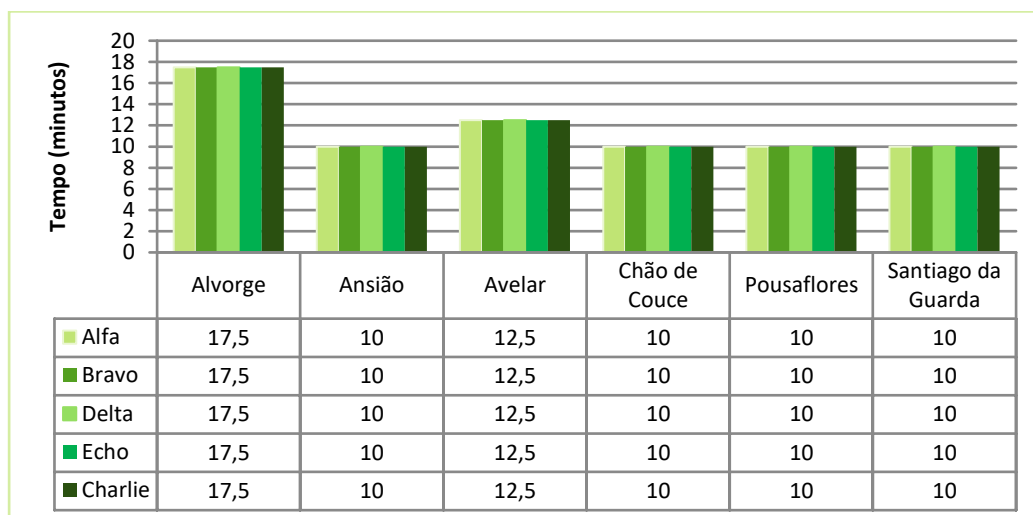


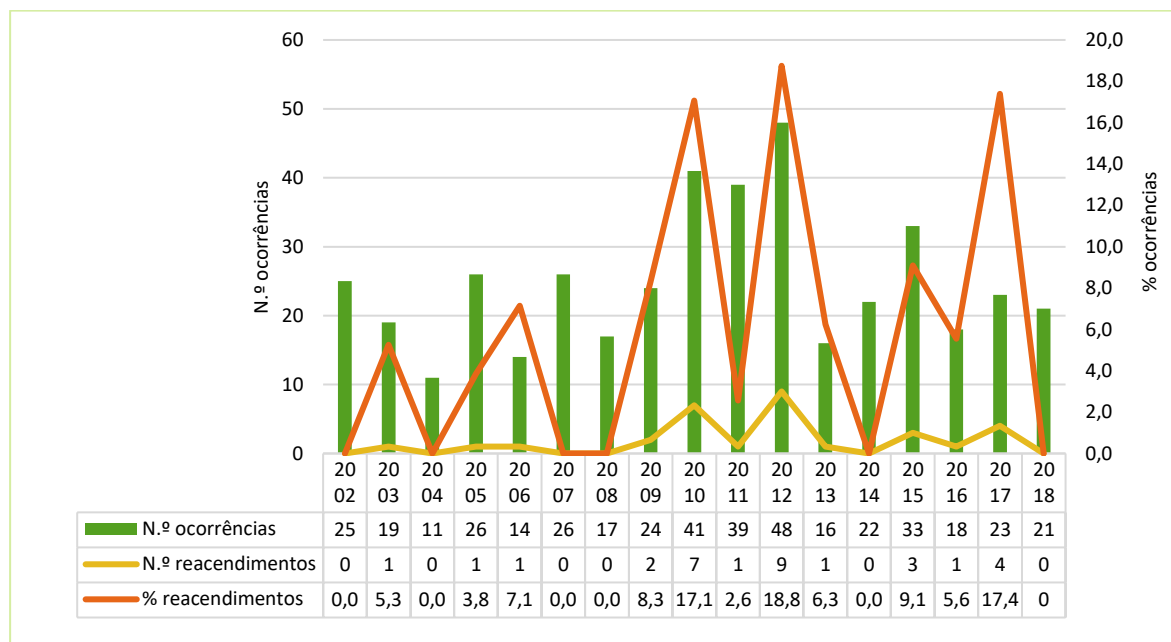
Gráfico 1 – Valor médio do tempo de chegada da 1.ª intervenção, por freguesia



4.3.4. Rescaldo e vigilância pós incêndio

No gráfico 2 identificam-se os reacendimentos para o período entre 2002 e 2018, sendo um dos objetivos definidos neste plano, a redução do número de reacendimentos dos incêndios florestais.

Gráfico 2 - Número de reacendimentos, por ano desde 2002



Fonte: ICNF

Verifica-se pela análise estatística aos dados apresentados, que nos anos de 2012, 2017 e 2010, o número de reacendimentos registou maior valor, com 18,8%, 17,4% e 17,1%, respetivamente.

4.3.5. Planeamento das ações referentes ao 3.º eixo estratégico

4.3.5.1. Metas e indicadores

A necessidade de assegurar uma ação concentrada entre as entidades com responsabilidades nas ações de vigilância e deteção, 1.ª intervenção e combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio, torna necessário a definição das ações a implementar durante a vigência do PMDFCI, procurando otimizar a eficiência do ataque e a gestão dos incêndios. Definem-se assim, metas e indicadores (Quadro n.º 30), de forma a planificar a atividade da CMDF relativamente à melhoria da eficácia do ataque e gestão dos incêndios e ainda, facilitar o acompanhamento da operacionalização das diferentes ações

4.3.5.2. Orçamentos e responsáveis

A identificação dos responsáveis pelo cumprimento das metas definidas para otimização das ações de vigilância e detecção, 1.ª intervenção e combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio, assim como a estimativa de orçamento de execução das mesmas, estão descritos no quadro n.º 31.

Quadro 30 – Metas e indicadores para a melhoria da eficácia do ataque e gestão dos incêndios, para o período de 2019-2028

[illegible]

Quadro 31 – Estimativa de orçamento para a melhoria da eficácia do ataque e gestão dos incêndios, para o período de 2019-2028

Ação	Metas	Entidades	Orçamento										Total
			2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	
Elaboração do POM	Elaboração do POM de modo a prever a operacionalidade de todos os meios	CMA - Gabinete Técnico Florestal	2000€	2000€	2000€	2000€	2000€	2000€	2000€	2000€	2000€	2000€	20000€
Manutenção das Equipas de Sapadores Florestais	Melhorar o desempenho das equipas de intervenção	Associação Florestal de Ansião	40000€	40000€	40000€	40000€	40000€	40000€	40000€	40000€	40000€	40000€	400000€
Manutenção das Equipas EIP e ECIN	Melhorar o desempenho das equipas de intervenção	Bombeiros Voluntários de Ansião	35000€	35000€	35000€	35000€	35000€	35000€	35000€	35000€	35000€	35000€	350000€
Melhorar a 1.ª Intervenção	Garantir a 1.ª intervenção em menos de 20 minutos após o alerta	Bombeiros Voluntários de Ansião/ Associação Florestal de Ansião	25000€	25000€	25000€	25000€	25000€	25000€	25000€	25000€	25000€	25000€	250000€
Rescaldo	Garantir que o incêndio seja extinto e não ocorram reacendimentos	Bombeiros Voluntários de Ansião											

4.4. 4.º Eixo estratégico: Recuperar e reabilitar ecossistemas

A recuperação de áreas ardidas é o primeiro passo para tornar os ecossistemas mais resilientes aos incêndios florestais. A recuperação e reabilitação dos espaços rurais pressupõem dois níveis de atuação:

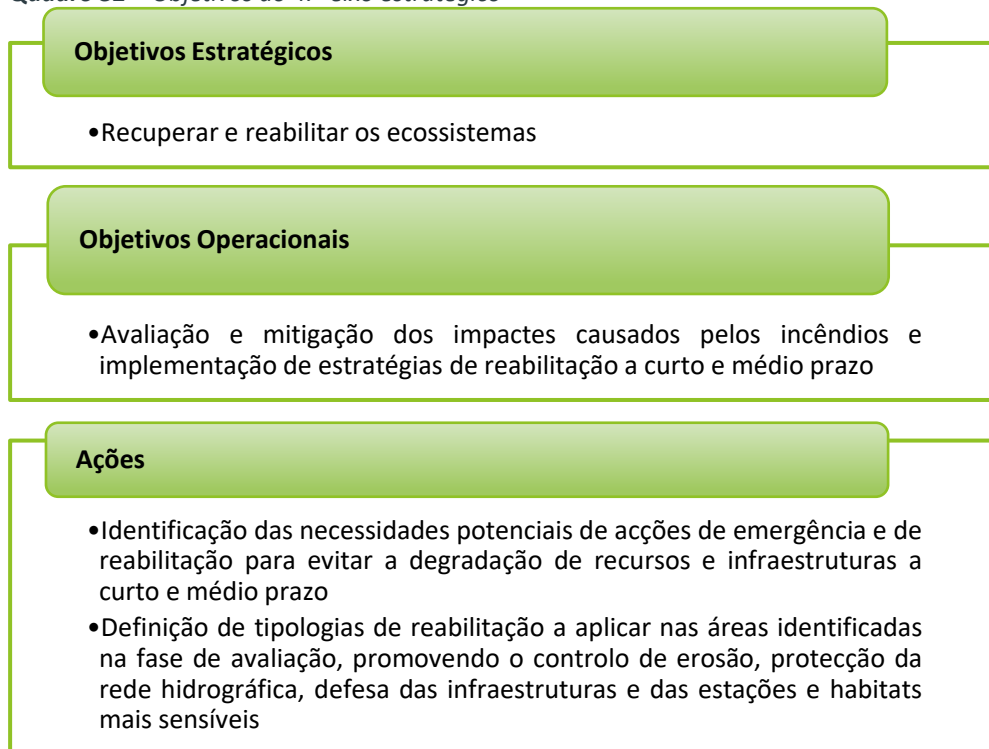
- Intervenções de curto prazo, designadas por estabilização de emergência, cujo objetivo é evitar a degradação dos recursos (água e solo) e das infraestruturas (rede viária florestal e passagens hidráulicas);

- Intervenções de médio prazo, denominadas por reabilitação de povoamentos e habitats florestais, que têm por objetivo o restabelecimento do potencial produtivo e ecológico dos espaços florestais afetados por incêndios ou por agentes bióticos na sequência dos mesmos.

Nas intervenções de estabilização de emergência há sobretudo que estabelecer prioridades e tipos de intervenção, especialmente vocacionadas para o controlo de erosão, em função dos elementos fisiográficos mais relevantes (declives e extensão das encostas), e da cobertura do solo. Nestas situações deve ser avaliada a necessidade, ou não, de intervenção sobre os três elementos mais importantes: encostas, linhas de água e rede viária florestal.

No quadro seguinte estão definidos os objetivos e ações a concretizar neste eixo de atuação.

Quadro 32 – Objetivos do 4.º eixo estratégico



4.4.1. Avaliação

4.4.1.1. Estabilização de emergência

Na estabilização de emergência, é necessário intervir no curto prazo após a ocorrência de incêndio, realizando operações com objetivos de conservação dos recursos naturais, nomeadamente da água e do solo. Estas operações devem ser desencadeadas preferencialmente no primeiro mês após a ocorrência de incêndio.

Os critérios utilizados no estabelecimento das necessidades de intervenção deverão ter por base a previsão de resposta dos ecossistemas ardidos, sendo prioritário a intervenção nos espaços que apresentem uma escassa regeneração espontânea e que tendam, por isso, para uma degradação irreversível ou muito lenta.

As ações devem ser estruturadas de acordo com os objetivos pretendidos para as áreas afetadas sendo estas, de acordo com o PROFPIN, as seguintes:

- Conservação do solo e da água;
- Manutenção da resiliência dos espaços florestais;
- Manutenção da integridade dos ecossistemas e da qualidade da paisagem.

Deverá ainda ser considerado o disposto nas alíneas do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com nova redação dada pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, que prevê a recuperação e reabilitação das áreas ardidas:

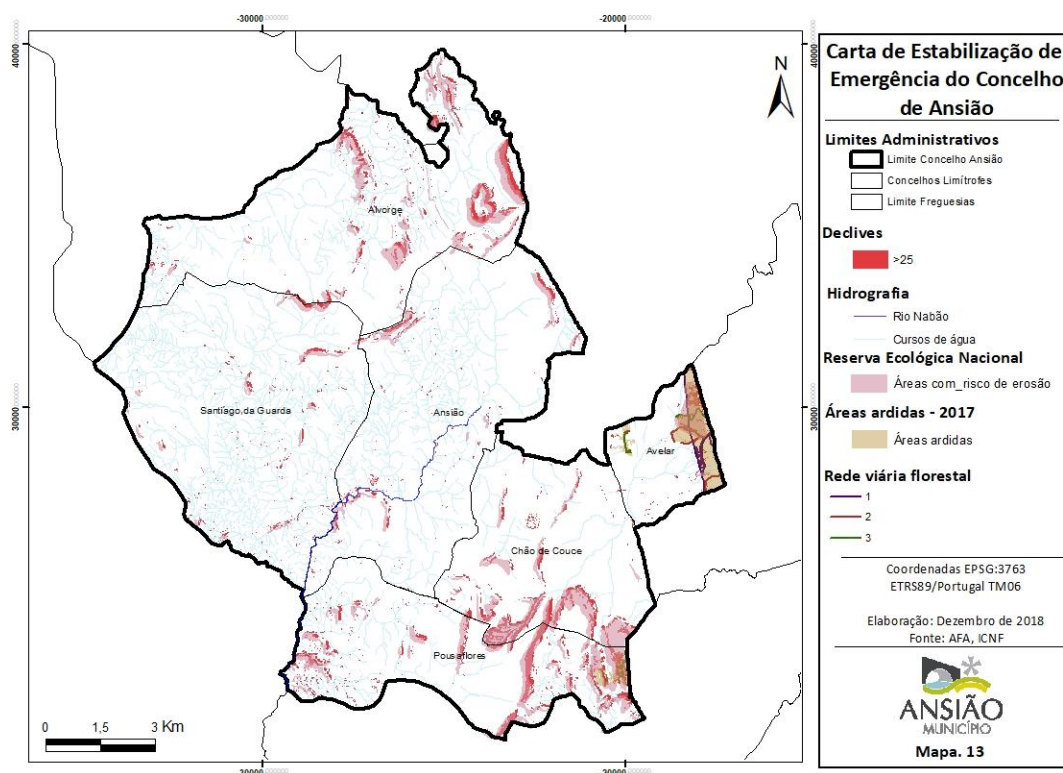
- 1 – “Em áreas atingidas por incêndios florestais, e de forma a criar condições de circulação rodoviária em segurança, os proprietários devem remover materiais queimados nos incêndios;”
- 2 – “Os materiais devem ser removidos numa faixa mínima de 25 m para cada lado das faixas de circulação rodoviária;”
- 3 – “No pós-incêndio, antes da época das chuvas, devem ser tomadas medidas de mitigação de impactos ambientais, adequadas a cada caso em concreto, nomeadamente de combate à erosão, de correção torrencial e impedimento de contaminação das linhas de água por detritos, de acordo com despacho do membro do Governo competente pela área das florestas.”

No mapa 13 visualiza-se as áreas onde a ocorrer um incêndio florestal, terão uma maior necessidade de intervenção, sendo essas áreas a de maiores declives, maior risco de erosão e áreas ardidas.

A ocorrência de um incêndio de grandes dimensões levará a que o Município implemente o mais rapidamente possível, algumas das medidas aqui descritas, adequando as intervenções às necessidades verificadas no momento. O financiamento para estas intervenções, passará por fundos comunitários que

são disponibilizados normalmente pelo Governo (Programa Desenvolvimento Rural, Fundo Ambiental, Poseur, são exemplos de Programas que garantem o apoio a estas intervenções)

Mapa 13 – Carta de Estabilização de Emergência no concelho de Ansião



4.4.1.2. Reabilitação de povoamentos e habitats florestais

No caso de ocorrência de incêndios cada proprietário florestal ou entidade pública, deve seguir boas práticas de gestão pós fogo de modo a mitigar os seus efeitos negativos.

Estas boas práticas passam por:

- Promover a recuperação da vegetação ripícola dos cursos de água, em áreas atingidas pelos incêndios, através da propagação, por estacaria ou recorrendo à plantação, de espécies autóctones arbóreas ou arbustivas e efetuar sementeira de herbáceas. Deste modo estaremos a repor a capacidade de retenção de
- sedimentos nas margens, evitando o assoreamento das linhas de água e consequentemente o risco de cheias.
- Promover, nas encostas com declives acentuados, nomeadamente junto às linhas de água e albufeiras, uma gestão adequada que conduza a vegetação, através da sucessão ecológica e de

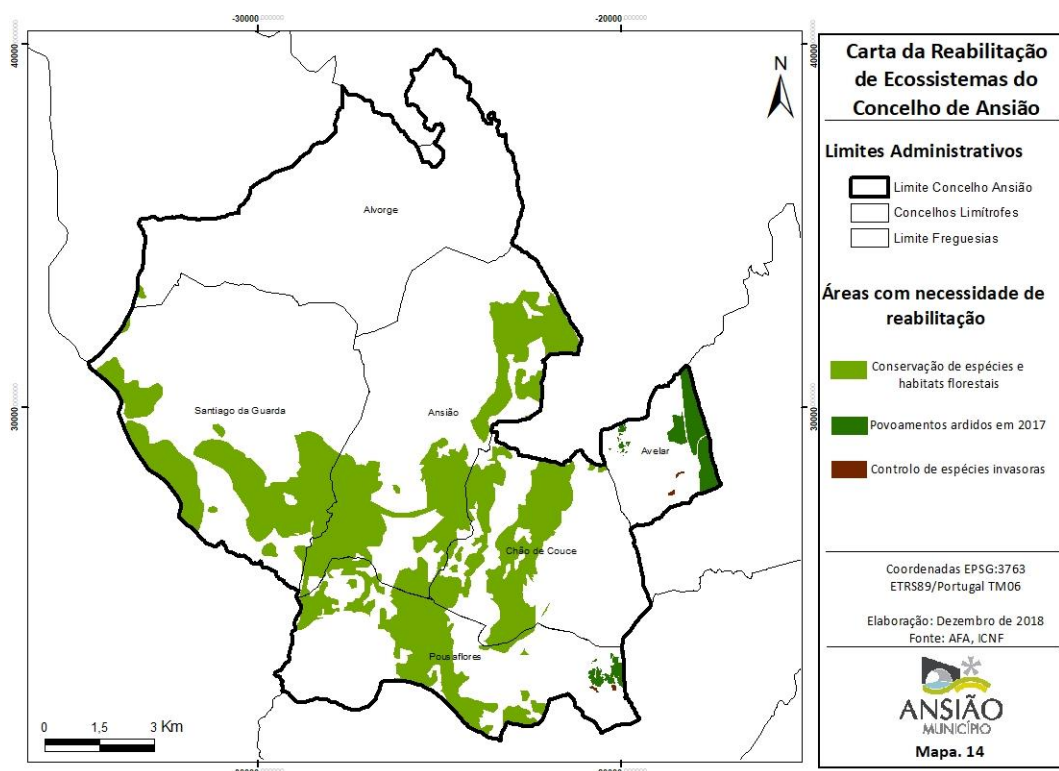
sementeiras ou plantações à cova, ao desenvolvimento da floresta autóctone, mais resistente a esta calamidade.

- No caso de espécies invasoras as medidas utilizadas são frequentemente o corte seguido da pintura do cepo com herbicida com o objetivo de inibir o desenvolvimento de gomos de crescimento.
- No caso dos pinhais é, normalmente, feito entre os 3 e os 6 meses após o fogo. É sempre aconselhável esperar alguns meses para se poder fazer uma avaliação de modo a determinar que árvores têm ainda capacidade de recuperar antes de avançar com o corte. Por outro lado, esta espera para a realização do corte permite ao solo começar a sua estabilização, diminuindo de alguma forma os danos causados pela erosão.
- Já os carvalhais não são, frequentemente, cortados após o fogo, o que se pode dever aos poucos danos sofridos, ao seu valor cultural e natural, ou simples desinteresse. Quando se opta pelo corte é usualmente, efectuado entre os 3 e os 6 meses depois do incêndio, quando já foi feita uma correcta avaliação dos danos sofridos e o solo já começou a restabelecer-se. A técnica de corte mais comum é o raso seguido de extracção no entanto não é a mais correcta visto que pode provocar graves danos na regeneração vegetativa que entretanto surgiu devido ao arraste dos troncos.
- No caso de um incêndio num eucaliptal a remoção das toijas deverá ser realizada apenas no verão seguinte, de modo garantir uma cobertura vegetal mínima que reduza a perda de solo.

Na reabilitação de povoamentos e habitats florestais foi tida em conta a área ardida no ano de 2017 para sinalizar a área com mais necessidade de intervenção no âmbito da reabilitação de ecossistemas florestais (Mapa 14), isto é, em termos de preservação da regeneração natural, protecção da rede hidrográfica, controlo da vegetação exótica invasora e possibilidade de conversão da funcionalidade dos ecossistemas florestais.

Para além desta área foram ainda identificadas áreas de conservação de espécies e habitats florestais e áreas com necessidade de controlo de espécies invasoras.

Mapa 14 – Carta de Reabilitação de Ecossistemas no concelho de Ansião



4.5. 5.º Eixo estratégico: Adotar uma estrutura orgânica funcional e eficaz

O objetivo estratégico, deste eixo, é operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDf). Esta comissão é a estrutura de articulação entre as diferentes entidades e tem como missão a coordenação de ações, no que se refere à definição de políticas e orientações no âmbito da DFCI. O PMDFCI é o instrumento orientador do planeamento integrado dessas ações.

A concretização dos eixos estratégicos caracterizados anteriormente não será possível se não for assegurada a integração dos esforços das diversas entidades envolvidas. Esta integração requer uma estrutura que assegure a capacidade de desenvolvimento das atividades de que cada entidade é responsável e, portanto, será necessário assegurar que cada instituição adote um mecanismo interno que facilite a execução das ações a

desenvolver, bem como a sua interligação com os restantes agentes com responsabilidades na defesa da floresta contra incêndios, de modo a que o sistema funcione eficazmente. Nesta ótica considera-se que o nível municipal de estruturação deverá ser o alicerce de toda a política de prevenção e proteção e socorro. O planeamento municipal de defesa da floresta contra incêndios deve avaliar e identificar, a vulnerabilidade dos ecossistemas face aos incêndios florestais, com base na capacidade potencial de

regeneração da vegetação após o fogo, no potencial de degradação do solo e na prioridade territorial para execução das ações em caso de incêndio florestal.

No quadro seguinte estão definidos os objetivos e ações a concretizar neste eixo de atuação.

Quadro 33 – *Objetivos do 5º eixo estratégico*

Objetivos Estratégicos
• Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios
Objetivos Operacionais
• Fomentar as operações de DFCI e garantir o necessário apoio técnico e logístico
Ações
• Identificar as entidades intervenientes no SDFCI, explicando as suas competências na implementação das diferentes ações • Planificação da formação das entidades intervenientes no SDFCI • Promover a articulação entre as entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM • Programar a harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira entre concelhos • Elaborar cronograma de reuniões de CMDF • Estabelecer a data de aprovação do POM, até 15 de Abril • Explicitar o período de vigência, devendo o mesmo estar em conformidade com o definido no regulamento

4.5.1. Necessidades de formação

O objetivo da formação consiste em que os recursos humanos tenham mais conhecimentos e competências para as funções a desempenhar, melhorando a eficácia da ação conjunta, no quadro seguinte identificam-se as necessidades de formação e do n.º de elementos de cada entidade, cumprindo uma filosofia de melhoria contínua.

Quadro 34 – Necessidades de Formação

Tipo de Formação	Entidade a Formar	Nº de elementos
Coordenação	Câmara Municipal de Ansião	2
Vigilância, deteção e 1ª intervenção	Câmara Municipal de Ansião	2
	Sapadores Florestais	10
	Juntas de Freguesia	6
	Bombeiros	10
Combate	Bombeiros	60
Rescaldo e vigilância pós incendio	Sapadores Florestais	10
	Juntas de Freguesia	6
	Bombeiros	10

4.5.2. Competências das entidades do SDFCI

A coordenação entre os vários intervenientes na execução deste plano é da responsabilidade da CMDFCI que é composta por:

- Presidente da Câmara Municipal de Ansião
- Representante do ICNF, IP
- Associação Humanitários dos Bombeiros Voluntários de Ansião
- Associação Florestal do Concelho de Ansião
- Guarda Nacional Republicana
- REN – Rede Elétrica Nacional
- EDP Distribuição – Energia, S. A.
- Juntas de Freguesia (2 representantes)
- IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.
- ASCENDI

A constituição da CMDF assegura a articulação das entidades com responsabilidades na gestão do território, vigilância e combate a incêndios e nas ações a desenvolver no âmbito do PMDFCI. Assegura uma Ação concertada ao nível do município e integra diferentes competências, experiências e conhecimentos. À CMDF caberá estabelecer um circuito de comunicação entre as diferentes entidades que a compõem, de forma a tornar eficiente a partilha de informação e otimizar as várias operações a realizar. A garantia de que as forças responsáveis pelas ações de 1.ª intervenção, combate e rescaldo desenvolverão eficientemente a sua atividade e passará pela colaboração anual, do plano operacional municipal (POM) que permitirá otimizar a distribuição dos meios materiais e humanos pelas diferentes atividades de defesa, assim como apoiar a coordenação das diferentes entidades envolvidas. Em caso de emergência, caberá à CMDF prestar todo o apoio necessário à Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) que terá por função garantir a coordenação das operações de combate, socorro e assistência às populações e grupos operacionais (definidos no Plano Municipal de Emergência), bem como estabelecer a ligação com o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS). O Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) é aprovado pela Comissão, seguindo-se um período de consulta pública e aprovação final em Assembleia Municipal.

4.5.3. Planeamento das ações

4.5.3.1. Entidades responsáveis pelas ações

Quadro 36 – Entidades responsáveis pelas ações definidas para cada eixo

[illegible]

4.5.3.2. Reuniões da CMDFCI

O cronograma anual de reuniões previsto é o seguinte:

Quadro 37 – cronograma anual de reuniões da CMDF

Período	Objetivo da reunião
1 a 15 de Abril	Aprovação do plano operacional municipal e alteração do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios sempre que se justifique
Julho	Reunião de acompanhamento
Novembro	Reunião de monitorização

A CMDF poderá reunir noutras datas, sempre que tal se justifique.

4.5.3.3. Aprovação do Plano Operacional Municipal e do PMDFCI

O POM é parte integrante deste plano constituindo o seu III caderno. Este caderno é atualizado anualmente e aprovado em sede de Comissão (CMDF), tendo que ser aprovado até 15 de abril.

O plano municipal de defesa da floresta contra incêndios terá um prazo de vigência de dez anos (2019-2020). Tratando-se de um documento com carácter dinâmico, será revisto sempre que necessário na 1.^a quinzena de Abril, quando a comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios procede à aprovação do plano operacional municipal (POM). Caso exista um motivo que o justifique, o PMDFCI poderá ser revisto e alterado em qualquer outra data.

5. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI

Quadro 38 – Estimativa orçamental para a implementação do PMDFCI

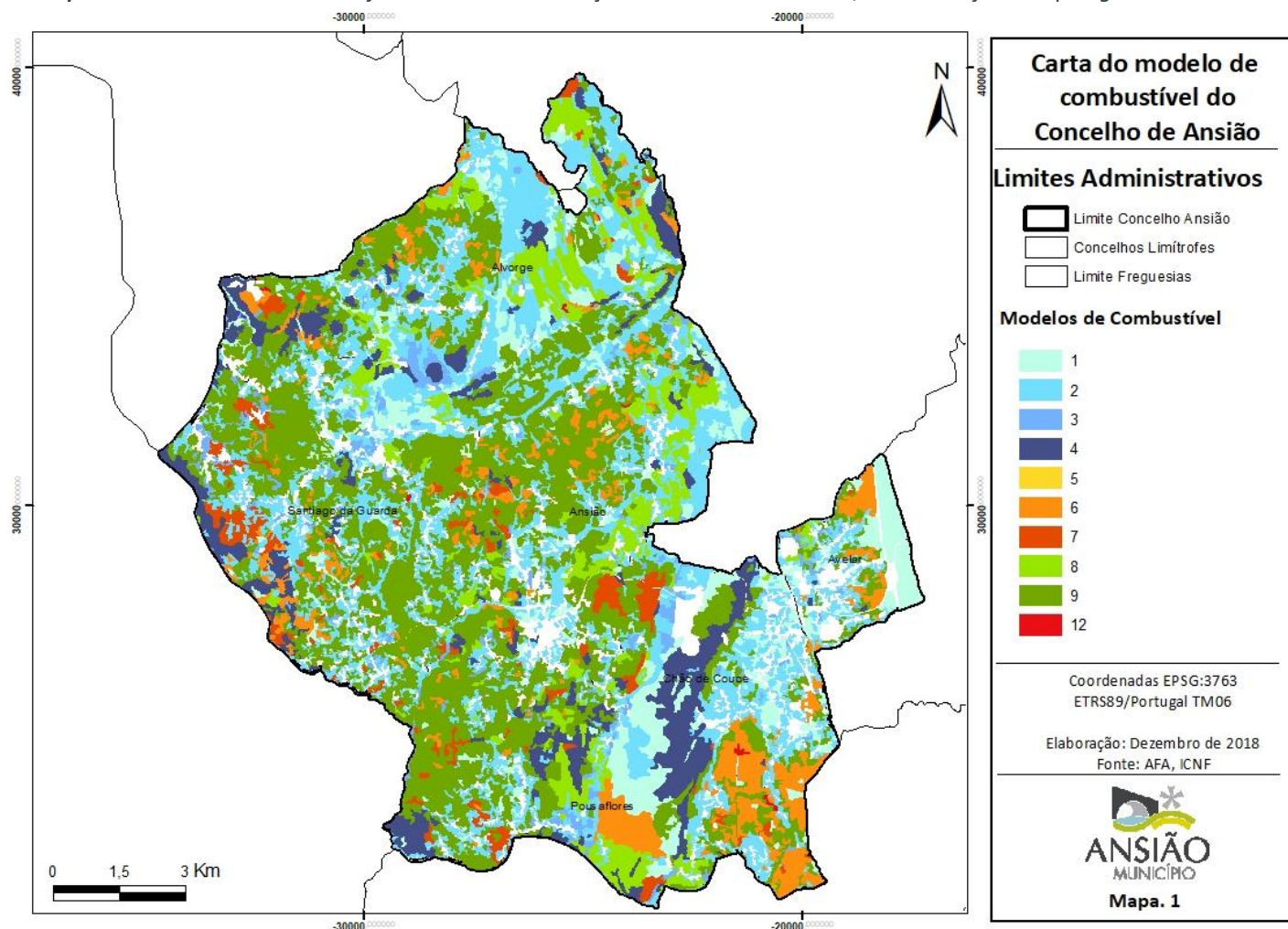
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
1º Eixo	Execução de Redes de DFCl	674 956,68 €	422 058,75 €	585 034,58 €	584 341,64 €	367 517,57 €	588 486,34 €	589 572,24 €	359 611,28 €	589 838,47 €	604 945,65 €
2º Eixo	Sensibilização da população e fiscalização	8 200 €	7 700 €	8 200 €	7 700 €	8 200 €	7 700 €	8 200 €	7 700 €	8 200 €	7 700 €
3º Eixo	Vigilância e deteção	102 000 €	102 000 €	102 000 €	102 000 €	102 000 €	102 000 €	102 000 €	102 000 €	102 000 €	102 000 €
4º Eixo	Recuperação de ecossistemas	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
5º Eixo	Organização do SDFCl	23 400,00 €	23 400,00 €	23 400,00 €	23 400,00 €	23 400,00 €	23 400,00 €	23 400,00 €	23 400,00 €	23 400,00 €	23 400,00 €
Total anual		808 556,68 €	555 158,75 €	718 634,58 €	717 441,64 €	501 117,57 €	721 586,34 €	723 172,24 €	492 711,28 €	723 438,47 €	738 045,65 €
	Total PMDFCl (2019-2028)	6 699 863,21 €									

6. BIBLIOGRAFIA

AFN, 2012. Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) - Guia Técnico. Direção de Unidade de Defesa da Floresta. Autoridade Florestal Nacional. 93p.

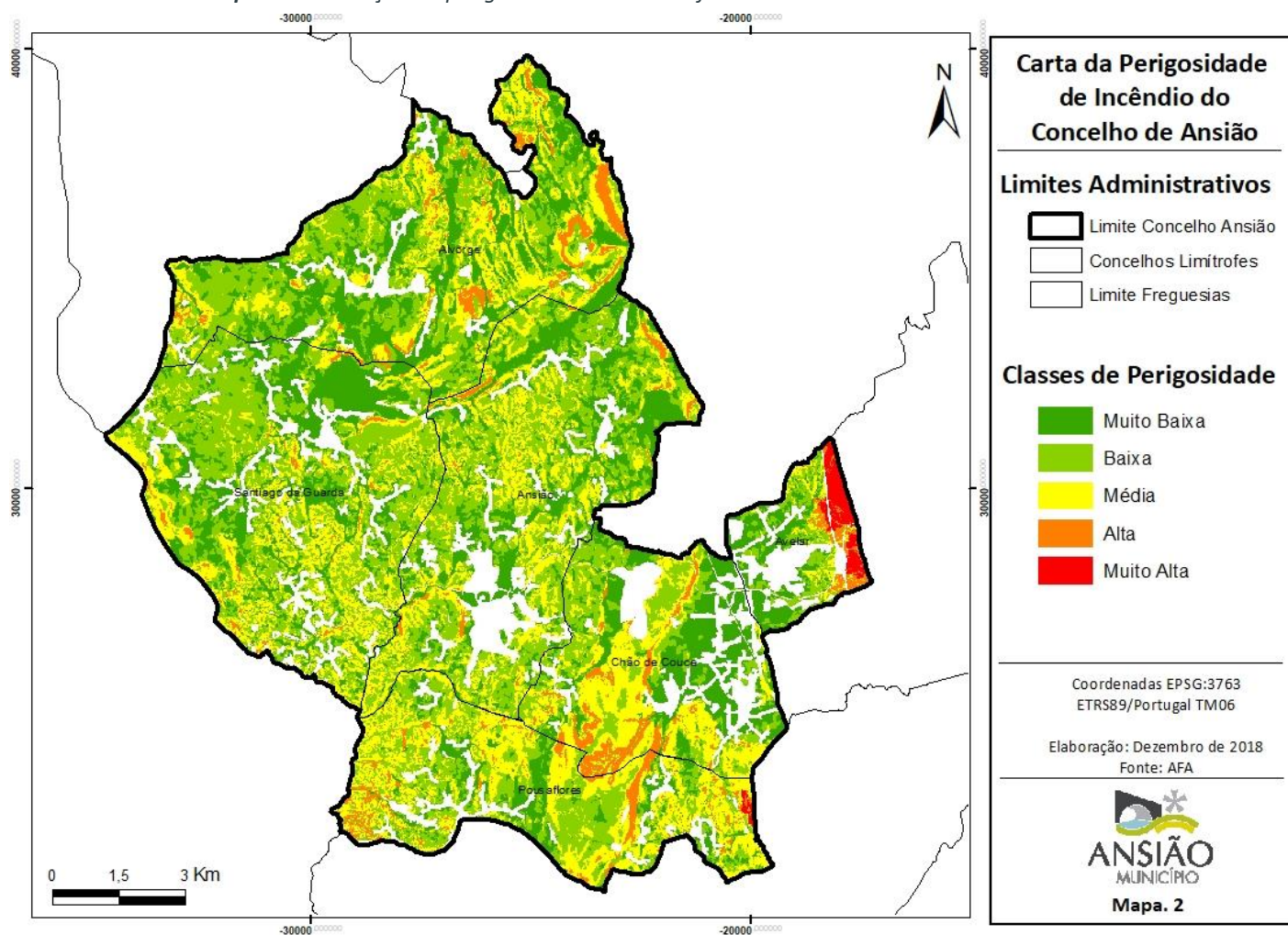
ANEXOS I

Mapa 1- Modelos de combustível florestal e sua distribuição no concelho de Ansião, com descrição da tipologia de

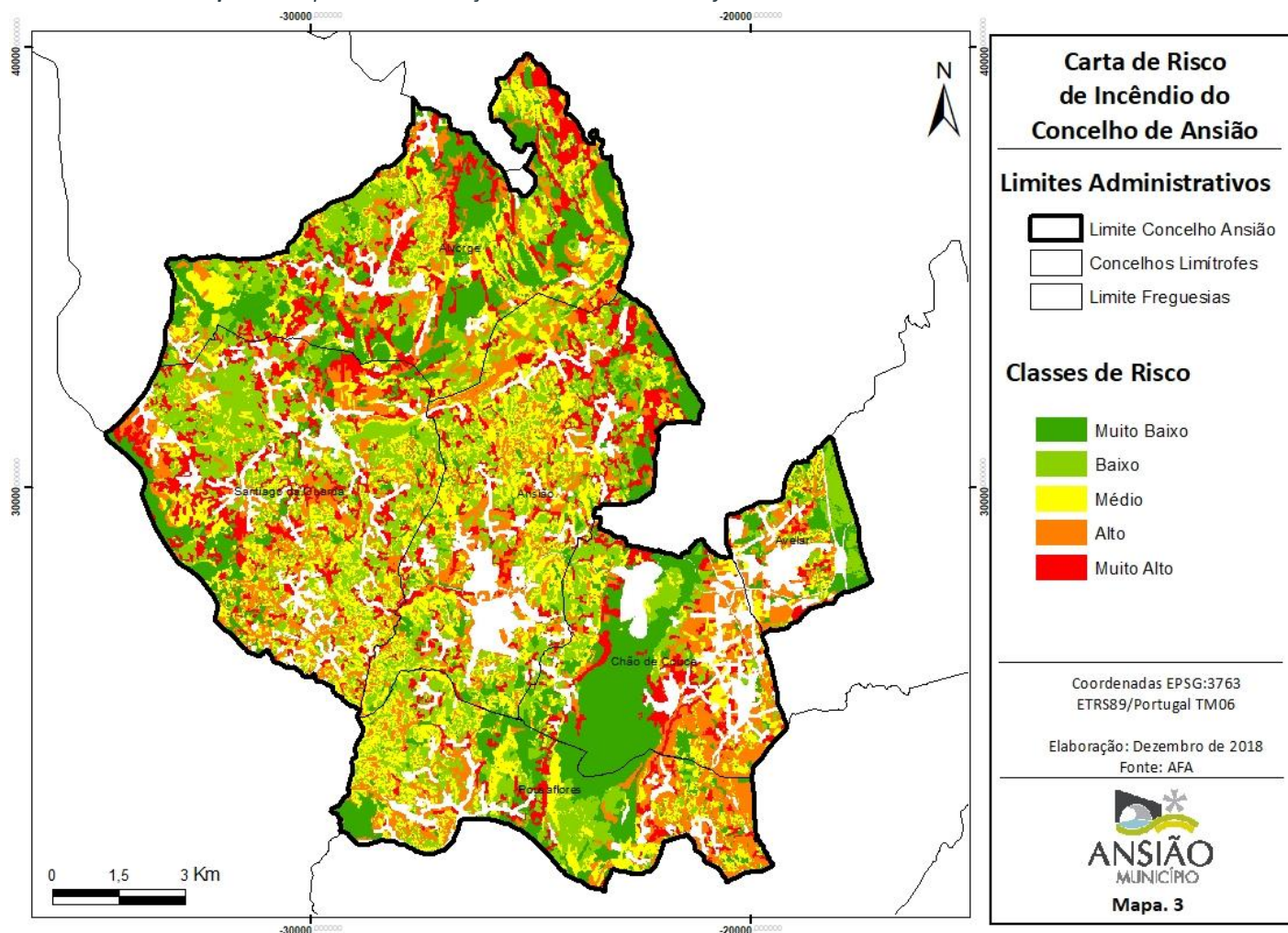


combustível responsável pela sustentação da propagação

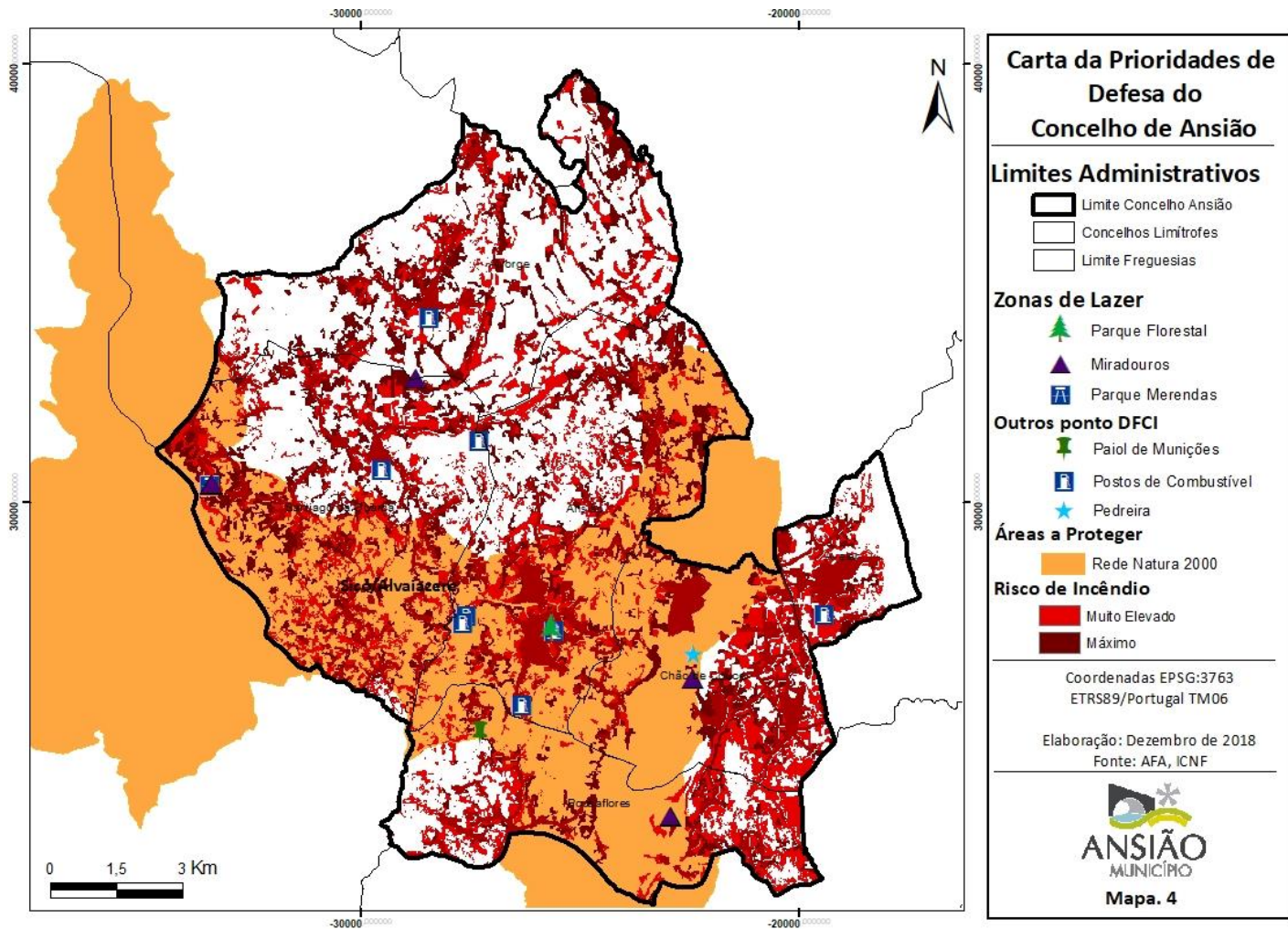
Mapa 2- Distribuição da perigosidade de incêndio florestal no concelho de Ansião



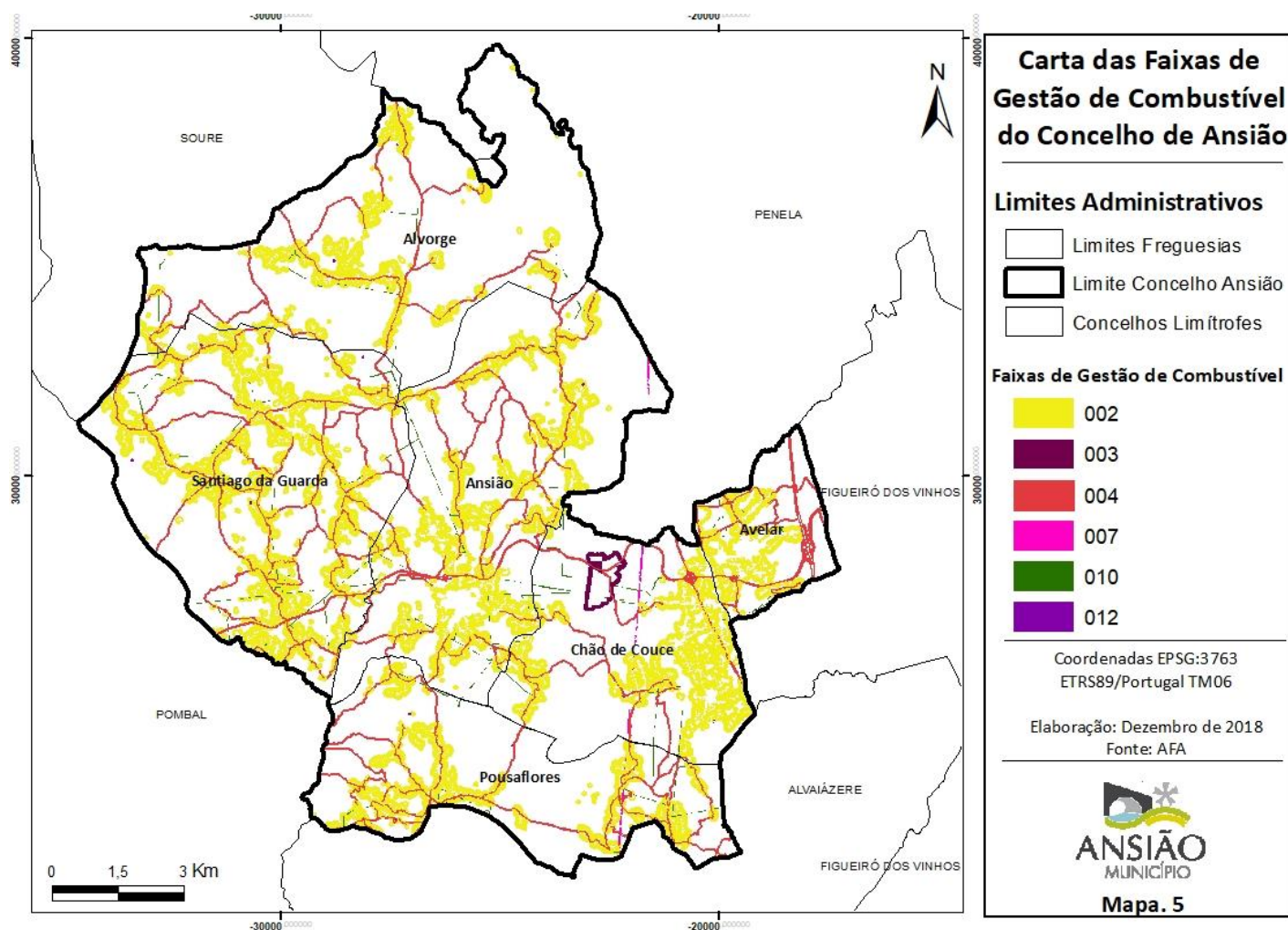
Mapa 3 - Mapa com distribuição do risco de incêndio florestal no concelho de Ansião



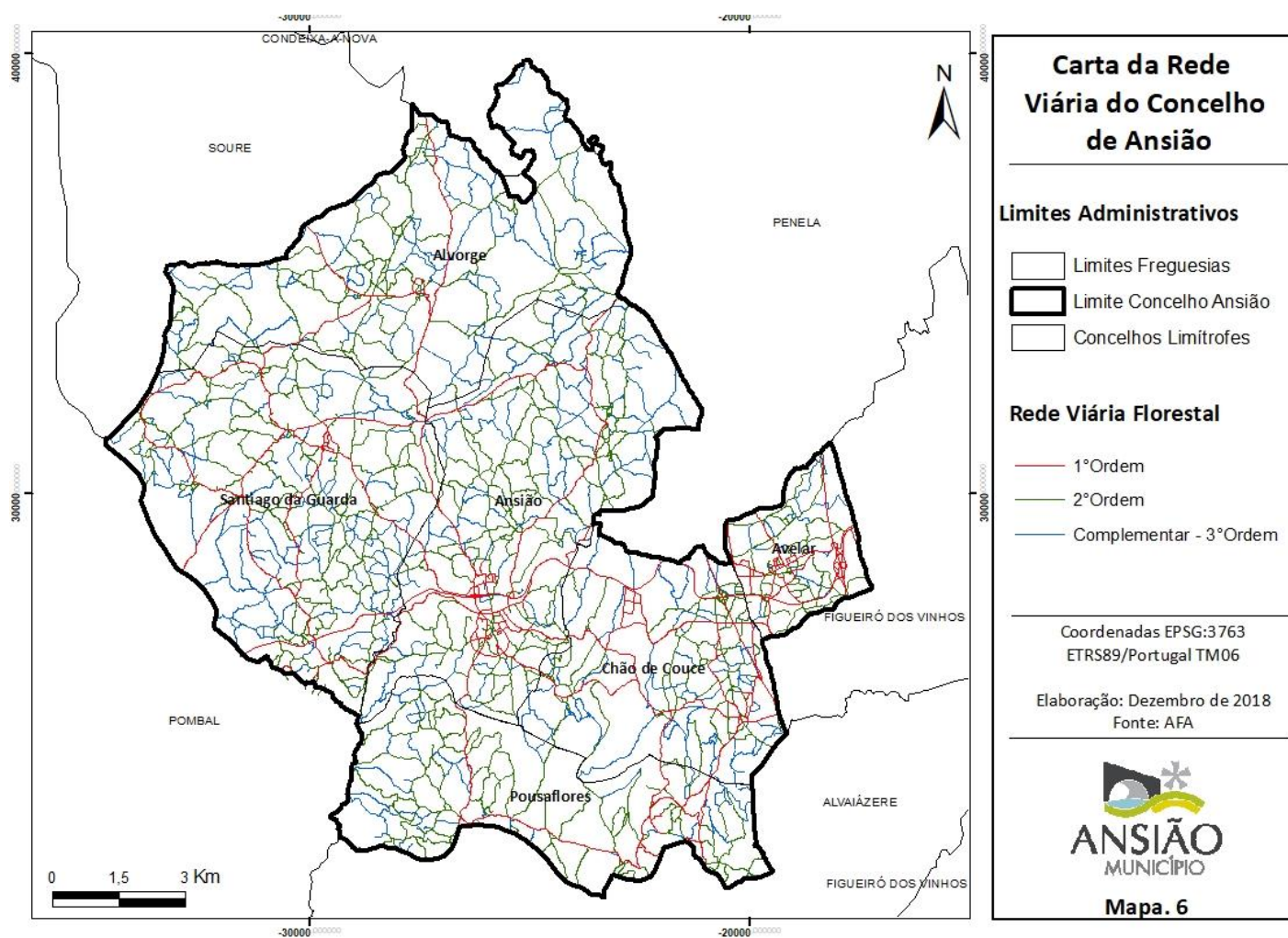
Mapa 4 - Mapa com as Prioridades de Defesa do Concelho de Ansião



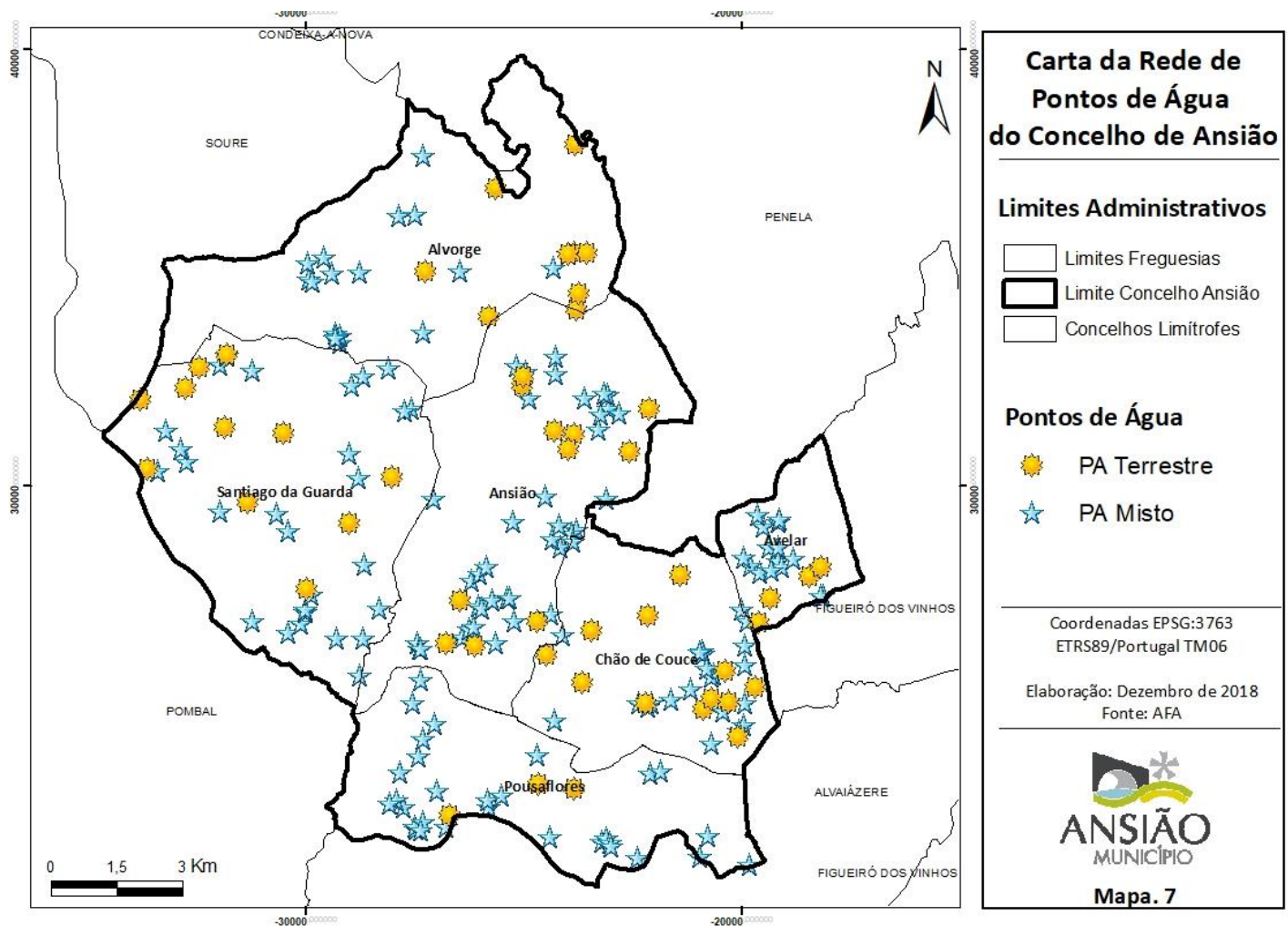
5– Mapa das Faixas de Gestão de Combustível



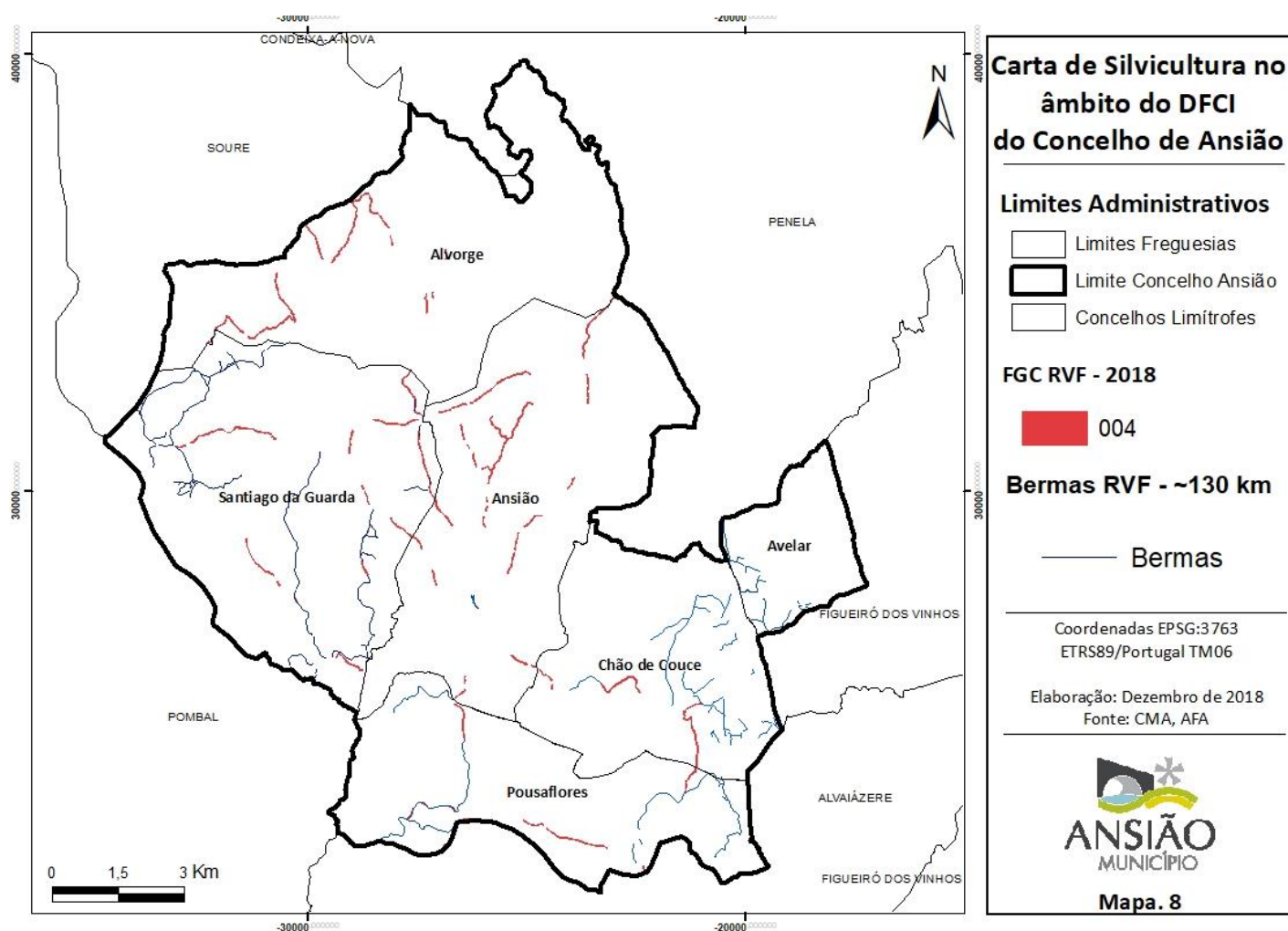
Mapa 6- Mapa com a rede viária florestal do Concelho de Ansião



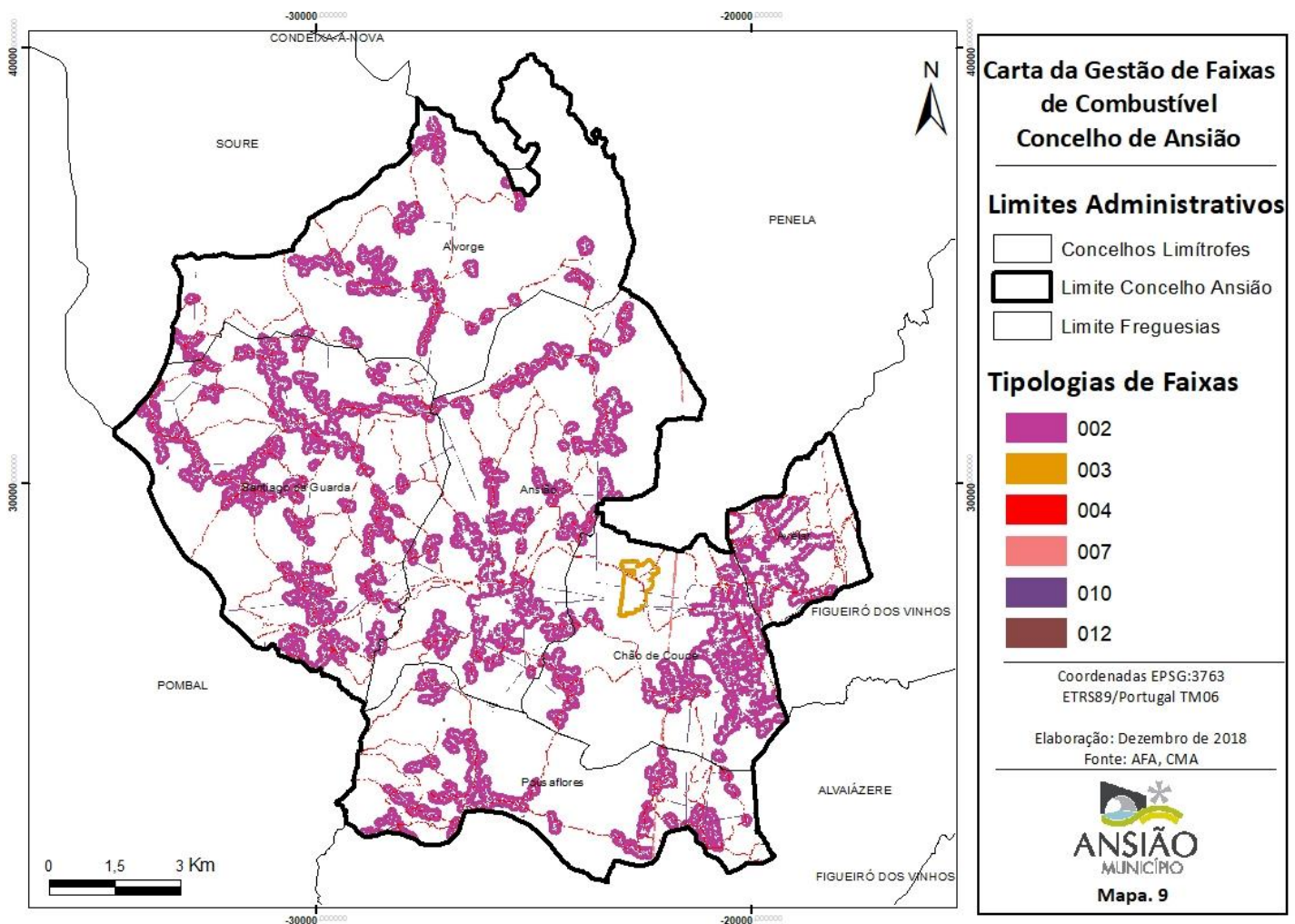
Mapa 7 - Mapa com a rede de pontos de água do Concelho de Ansião.



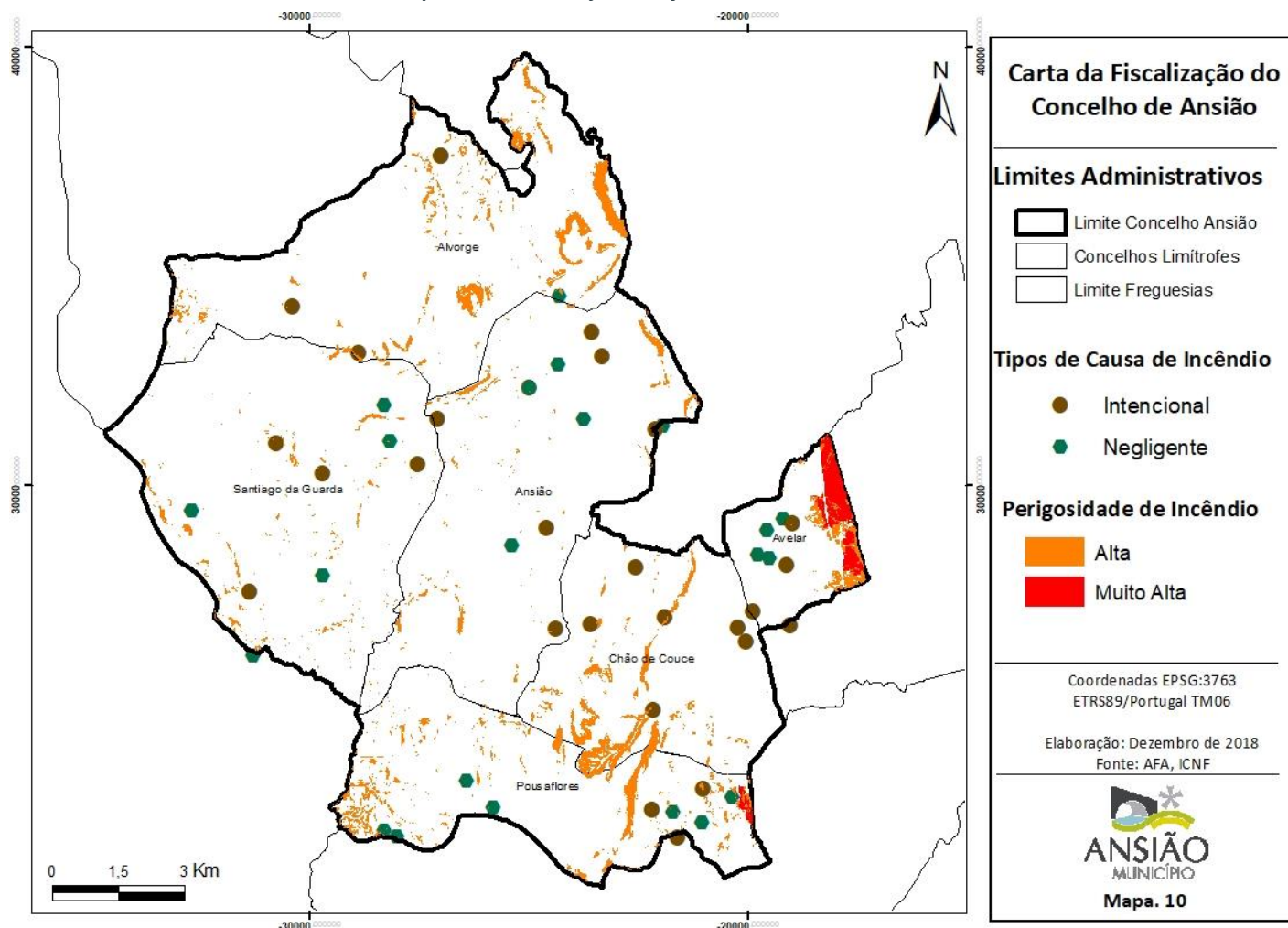
Mapa 8– Carta de Silvicultura no âmbito do DFCI.



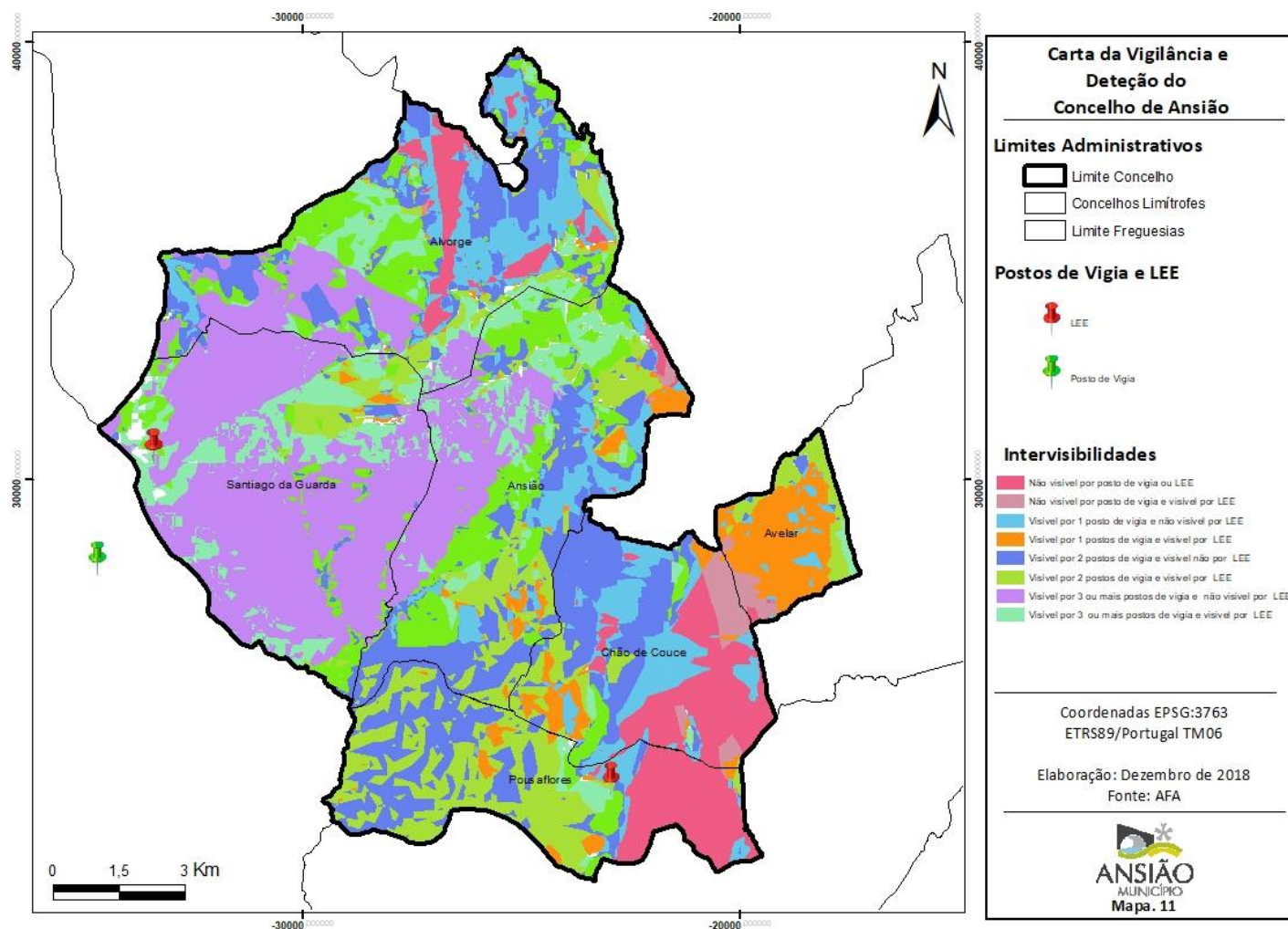
Mapa 9 – FGC a implementar no período de vigência do plano



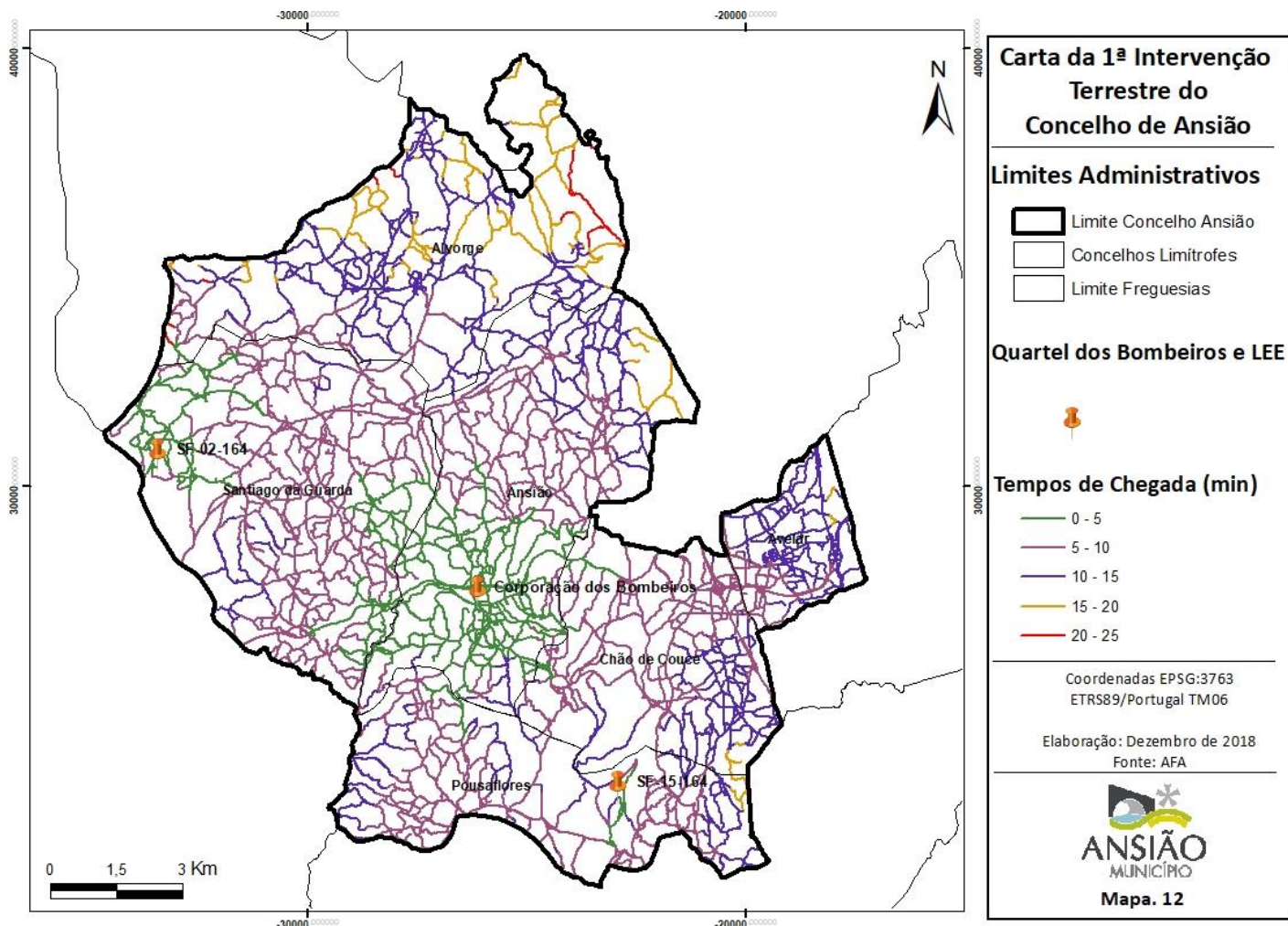
Mapa 10 – Carta de fiscalização do concelho de Ansião



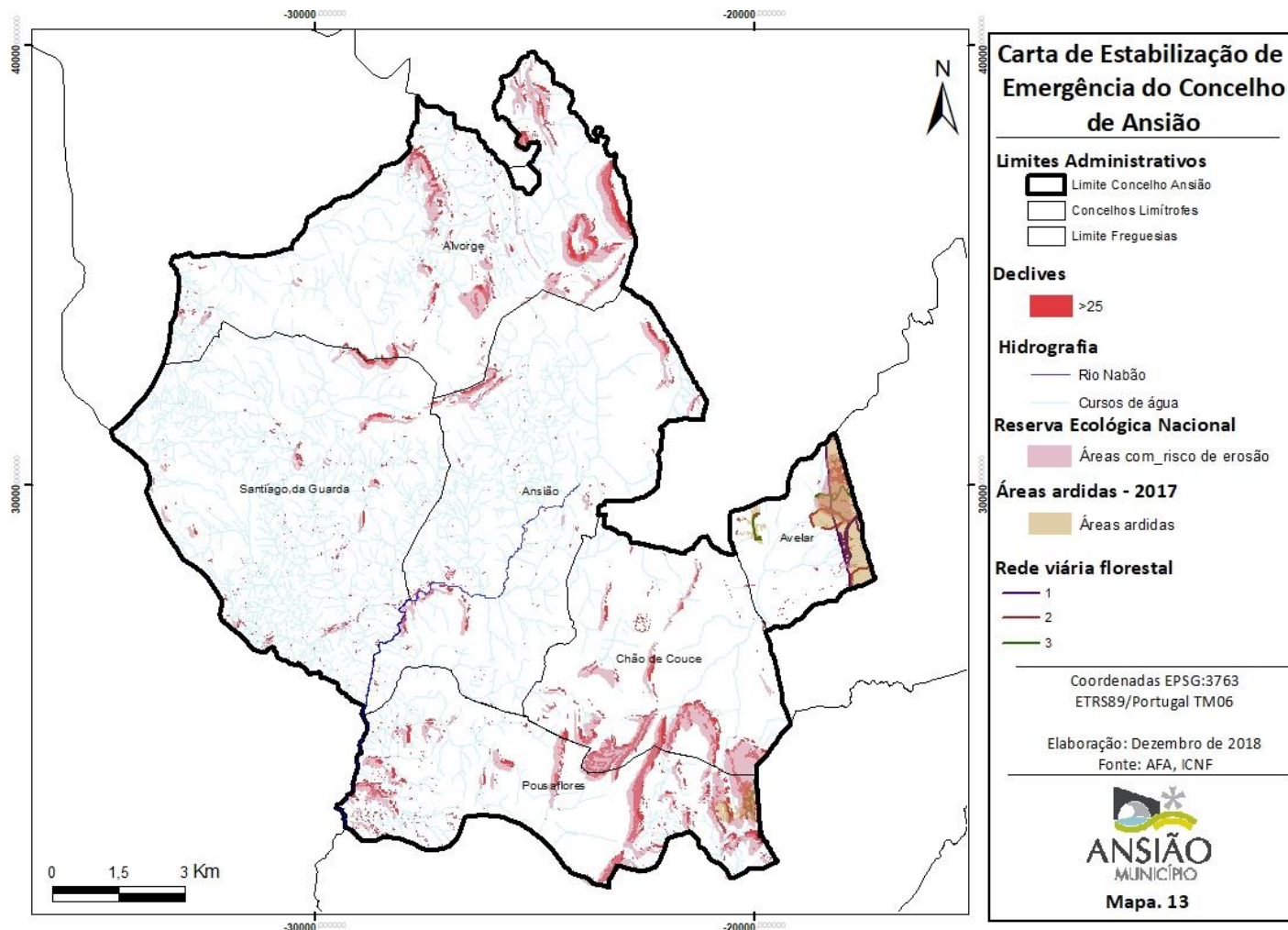
Mapa 11 – Carta de Vigilância e Detecção no concelho de Ansião



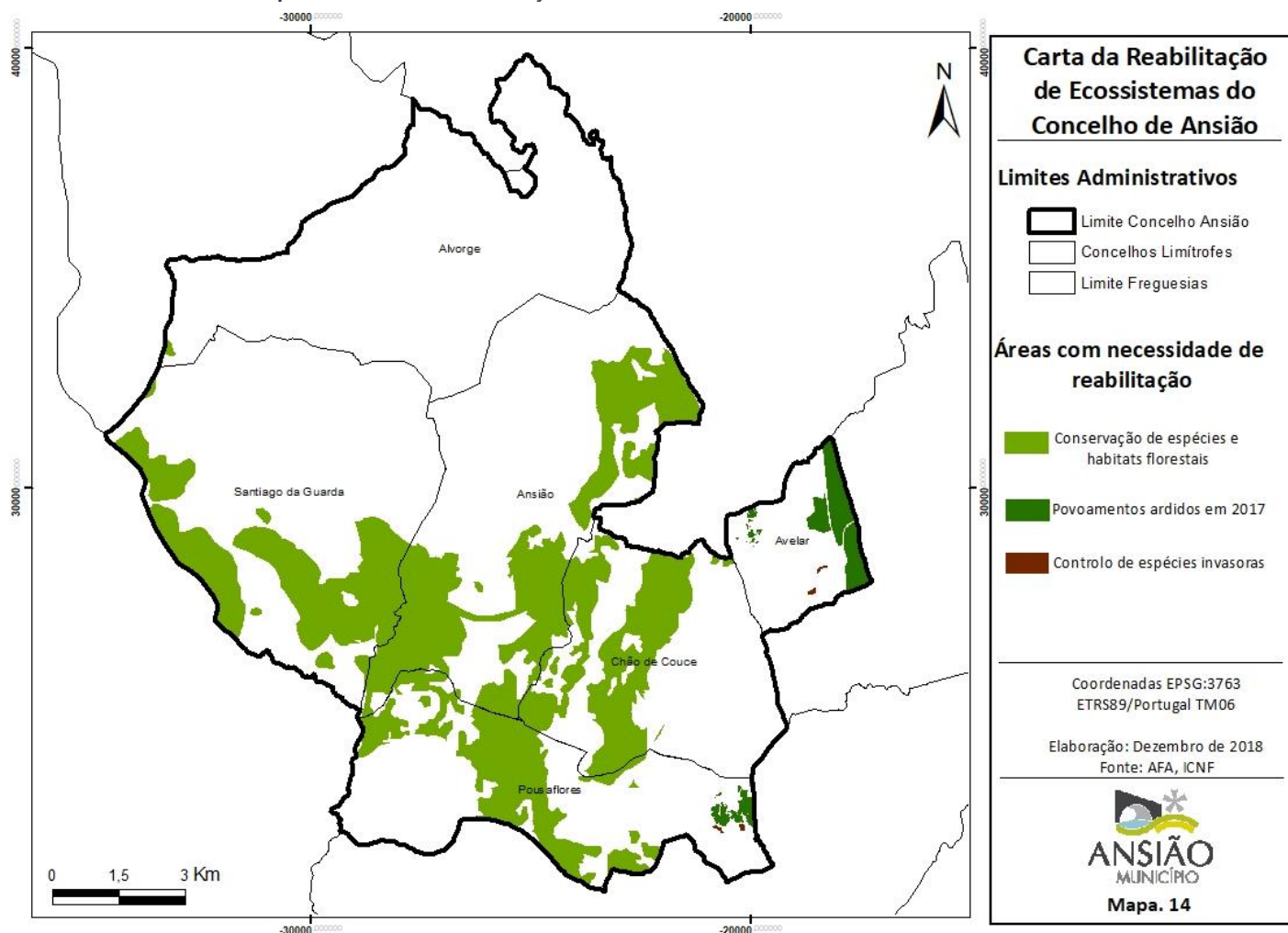
Mapa 12 – Carta da 1.ª intervenção terrestre no concelho de Ansião



Mapa 13 – Carta de Estabilização de Emergência no concelho de Ansião

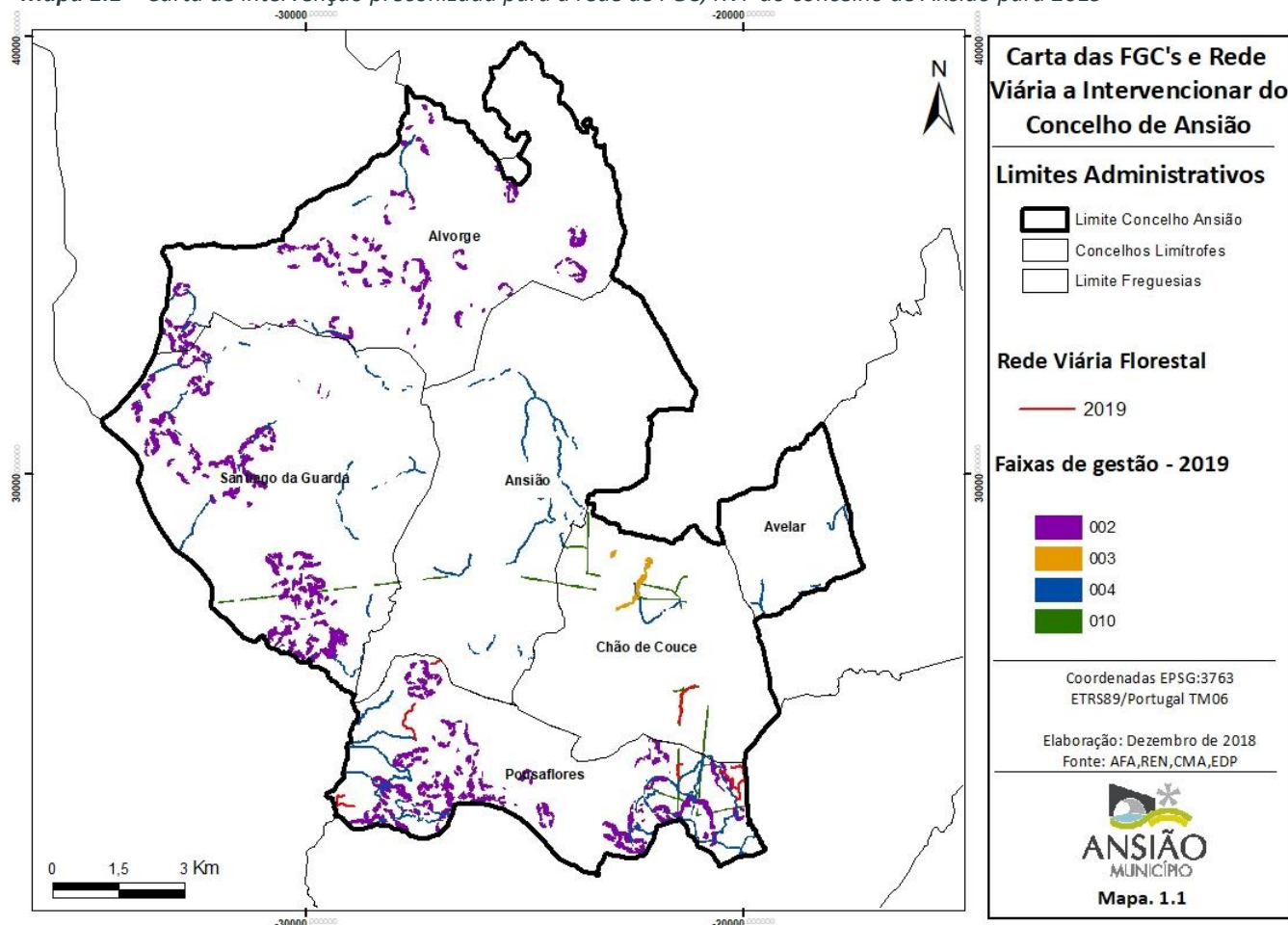


Mapa 14 – Carta de Reabilitação de Ecossistemas no concelho de Ansião

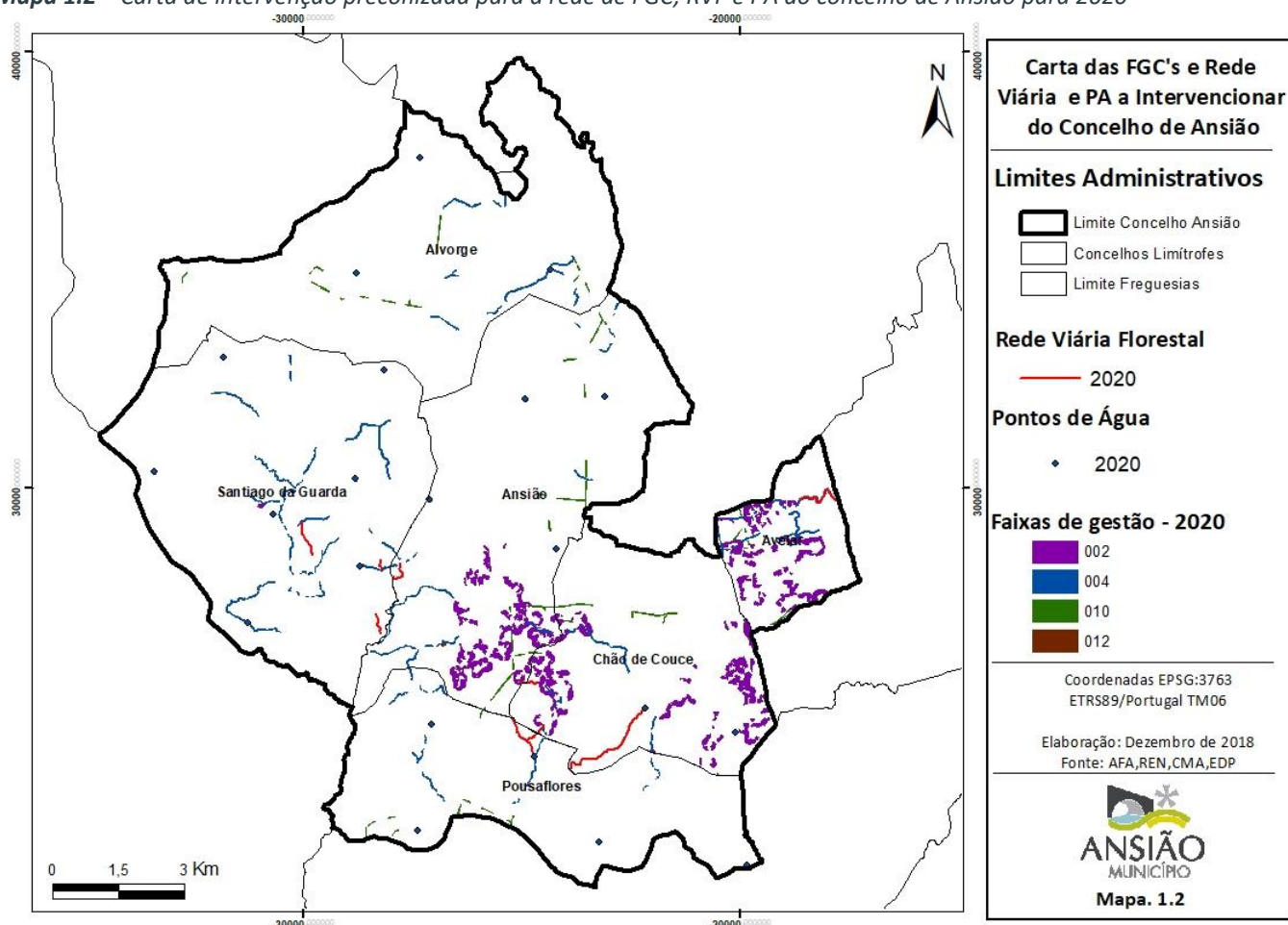


ANEXOS II

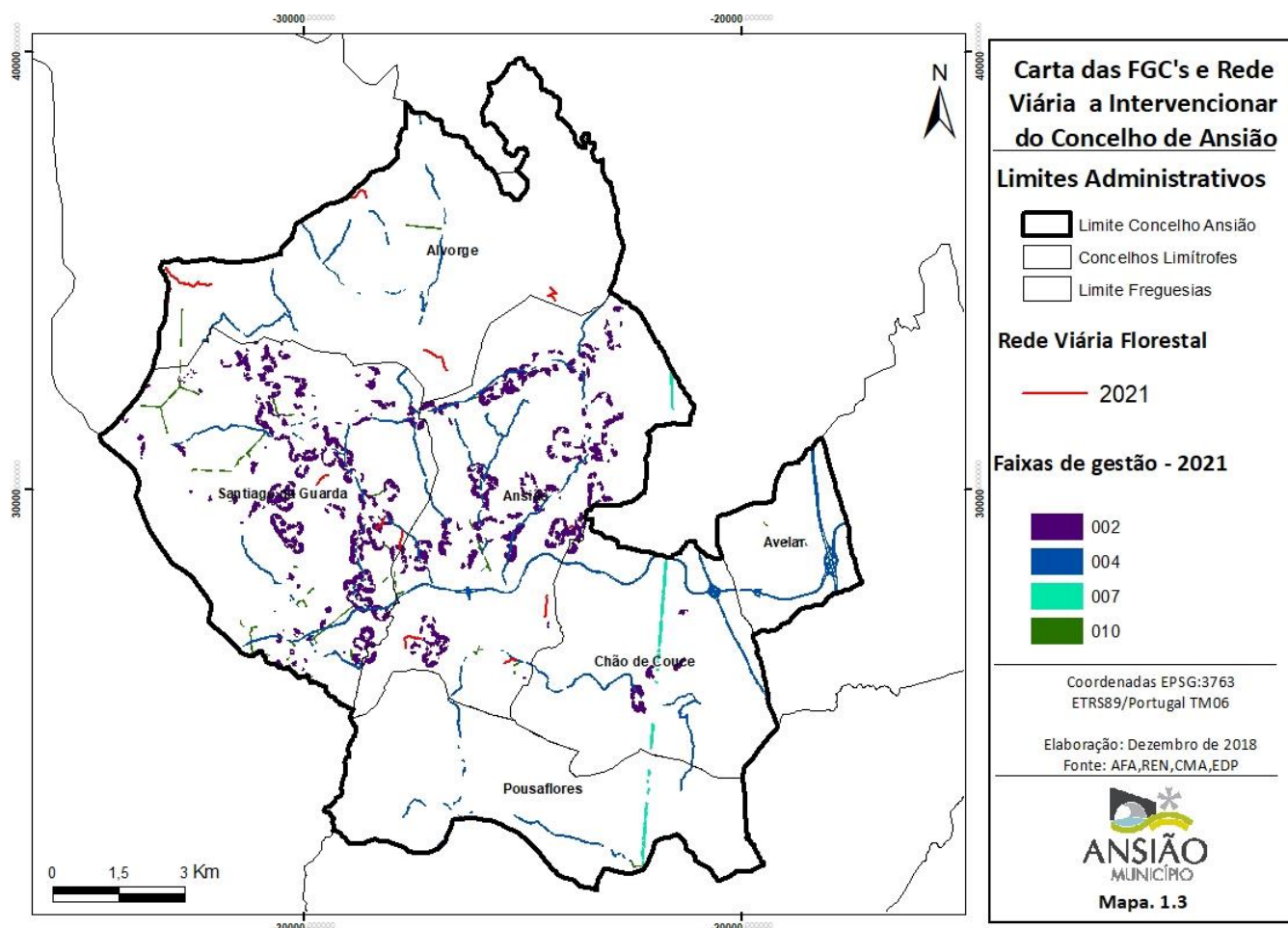
Mapa 1.1 – Carta de intervenção preconizada para a rede de FGC, RVF do concelho de Ansião para 2019



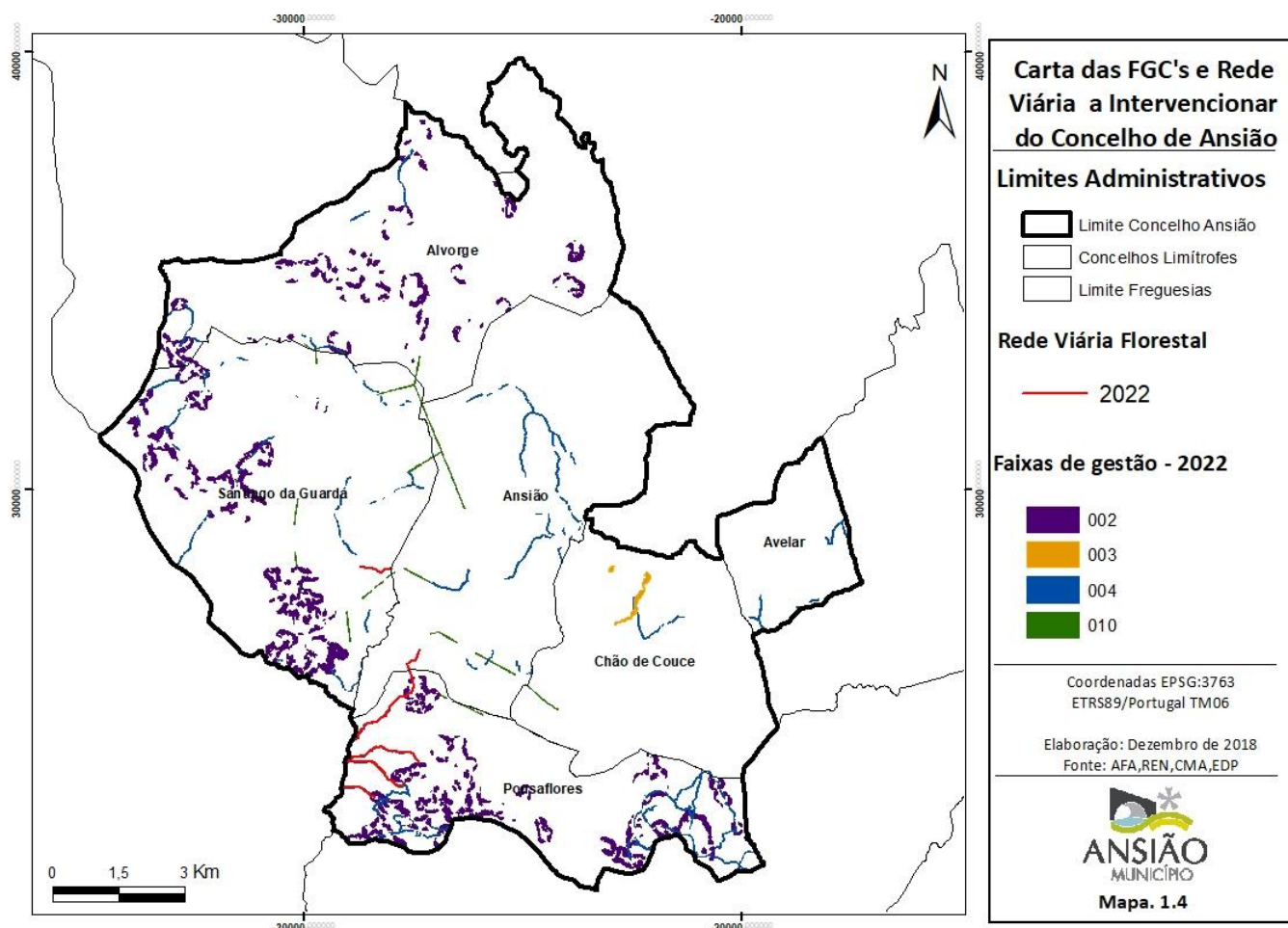
Mapa 1.2 – Carta de intervenção preconizada para a rede de FGC, RVF e PA do concelho de Ansião para 2020



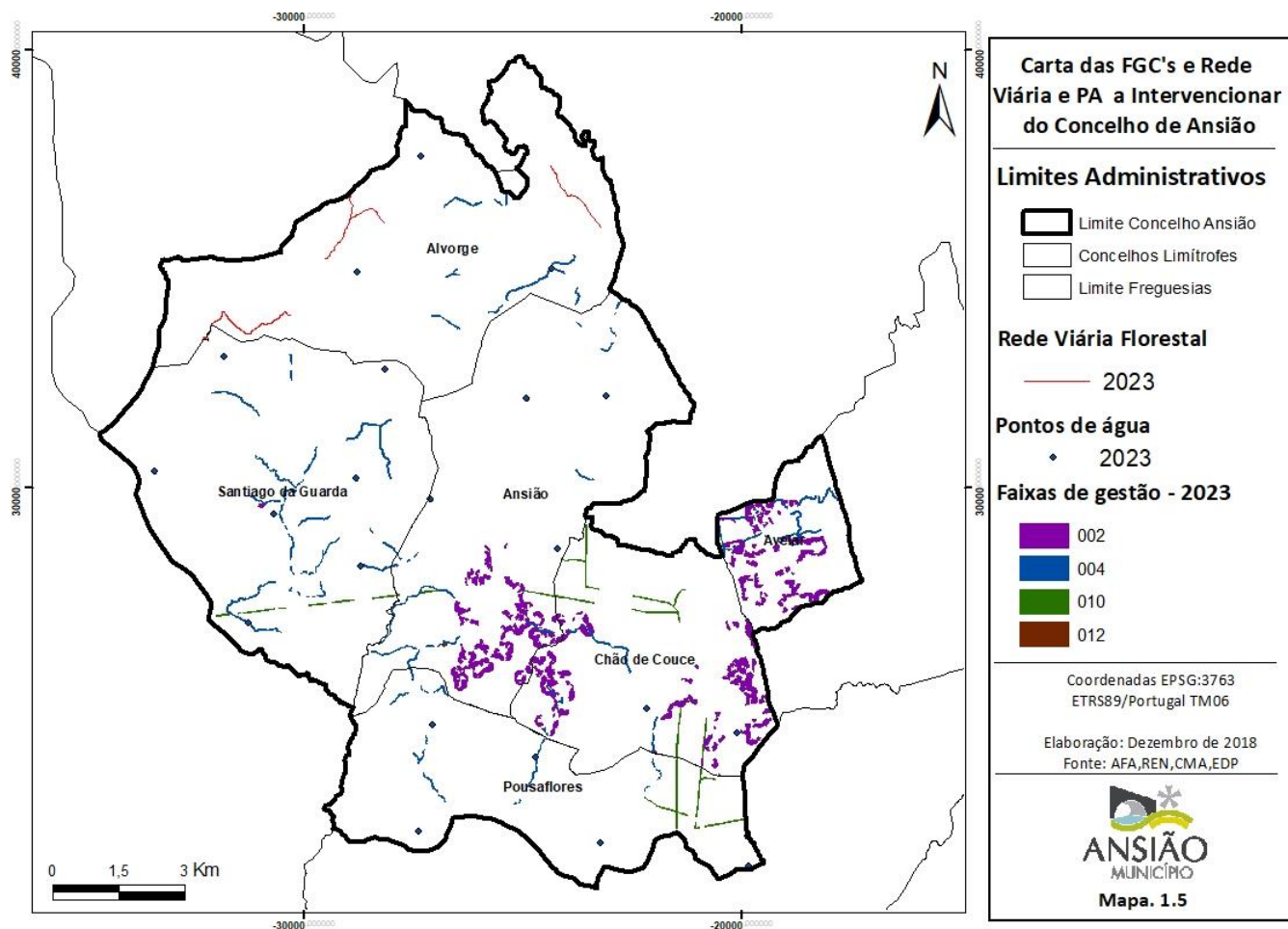
Mapa 1.3 – Carta de intervenção preconizada para a rede de FGC, RVF do concelho de Ansião para 2021



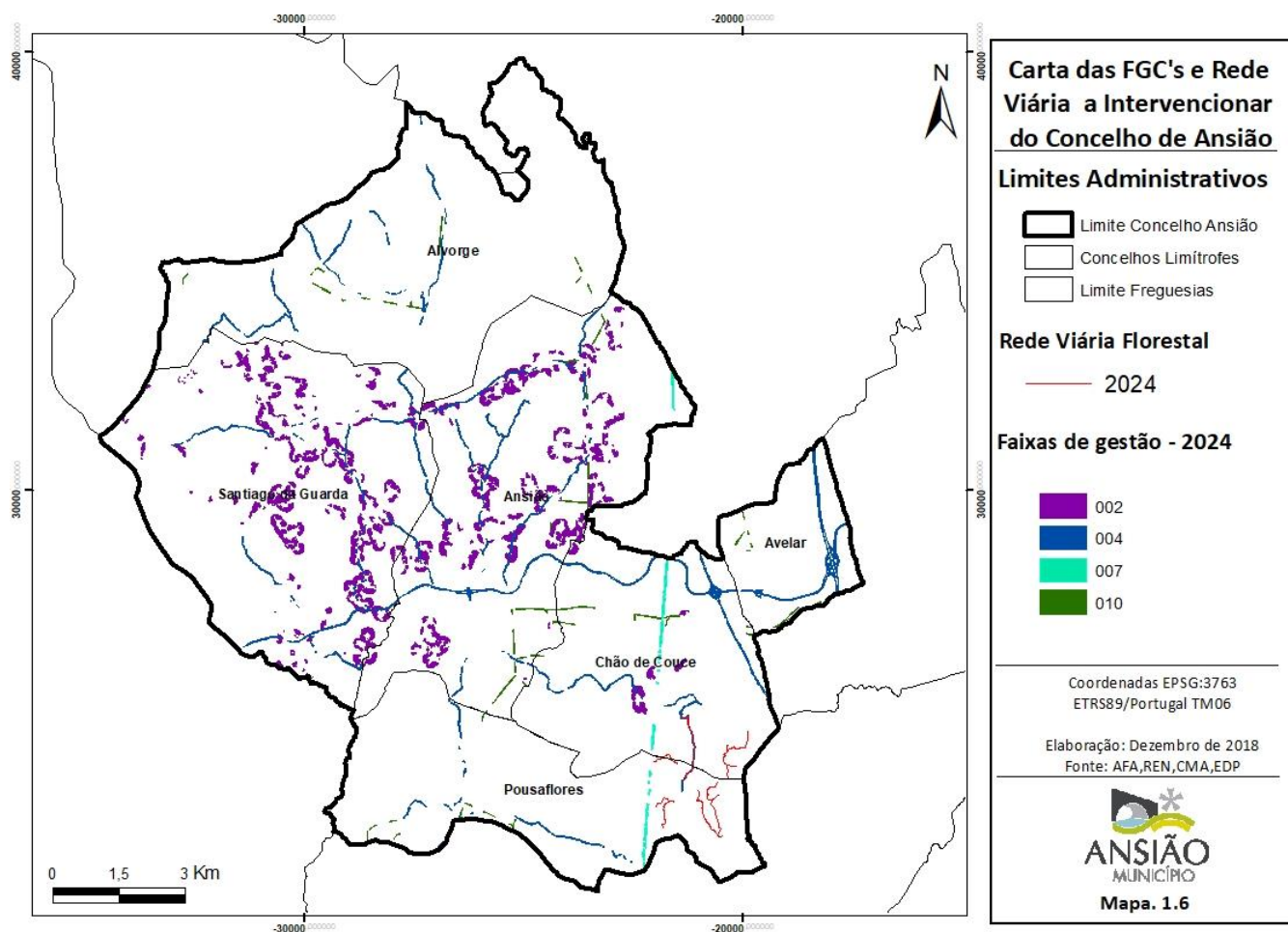
Mapa 1.4 – Carta de intervenção preconizada para a rede de FGC, RVF do concelho de Ansião para 2022



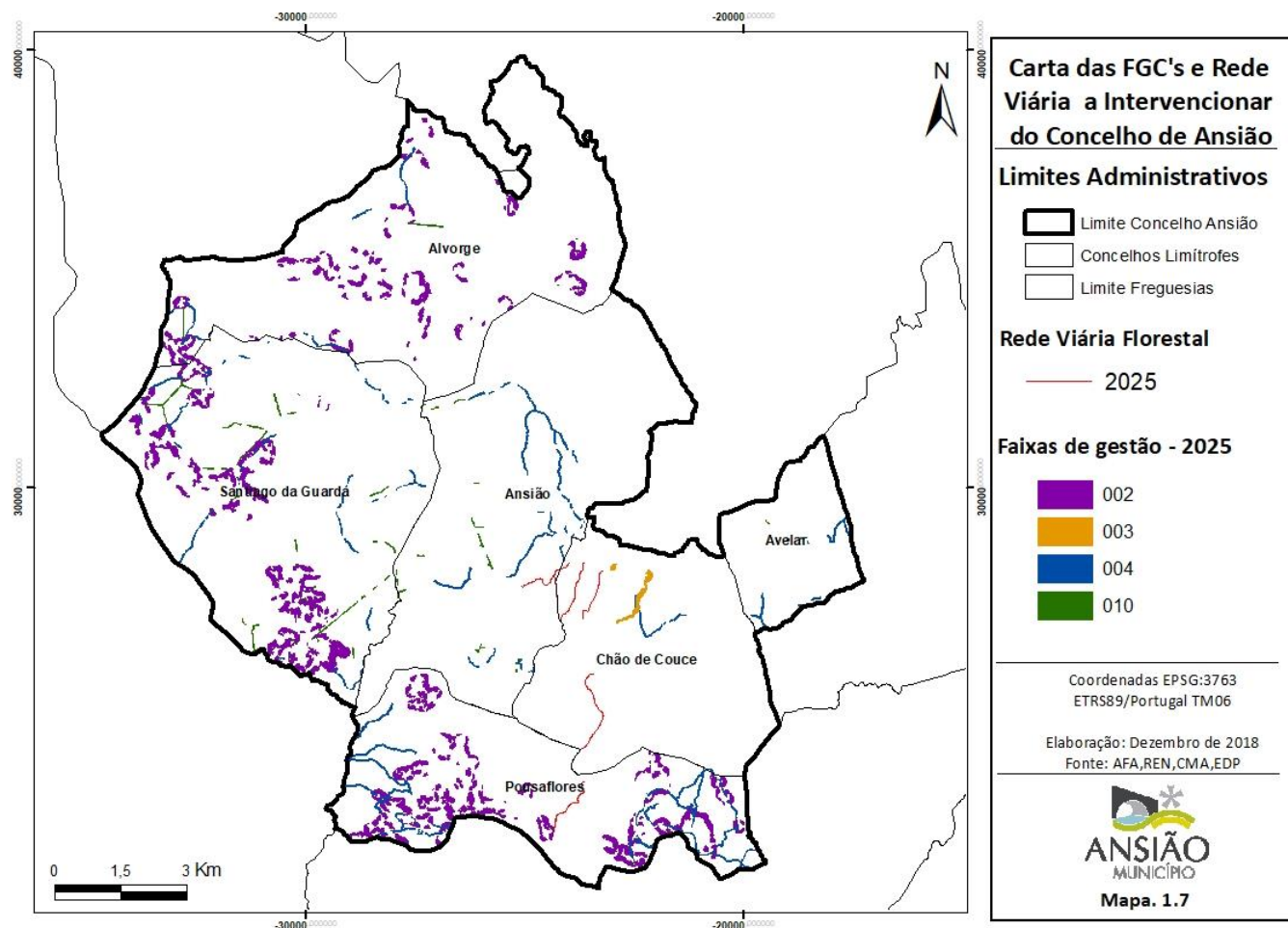
Mapa 1.5 – Carta de intervenção preconizada para a rede de FGC, RVF e PA do concelho de Ansião para 2023



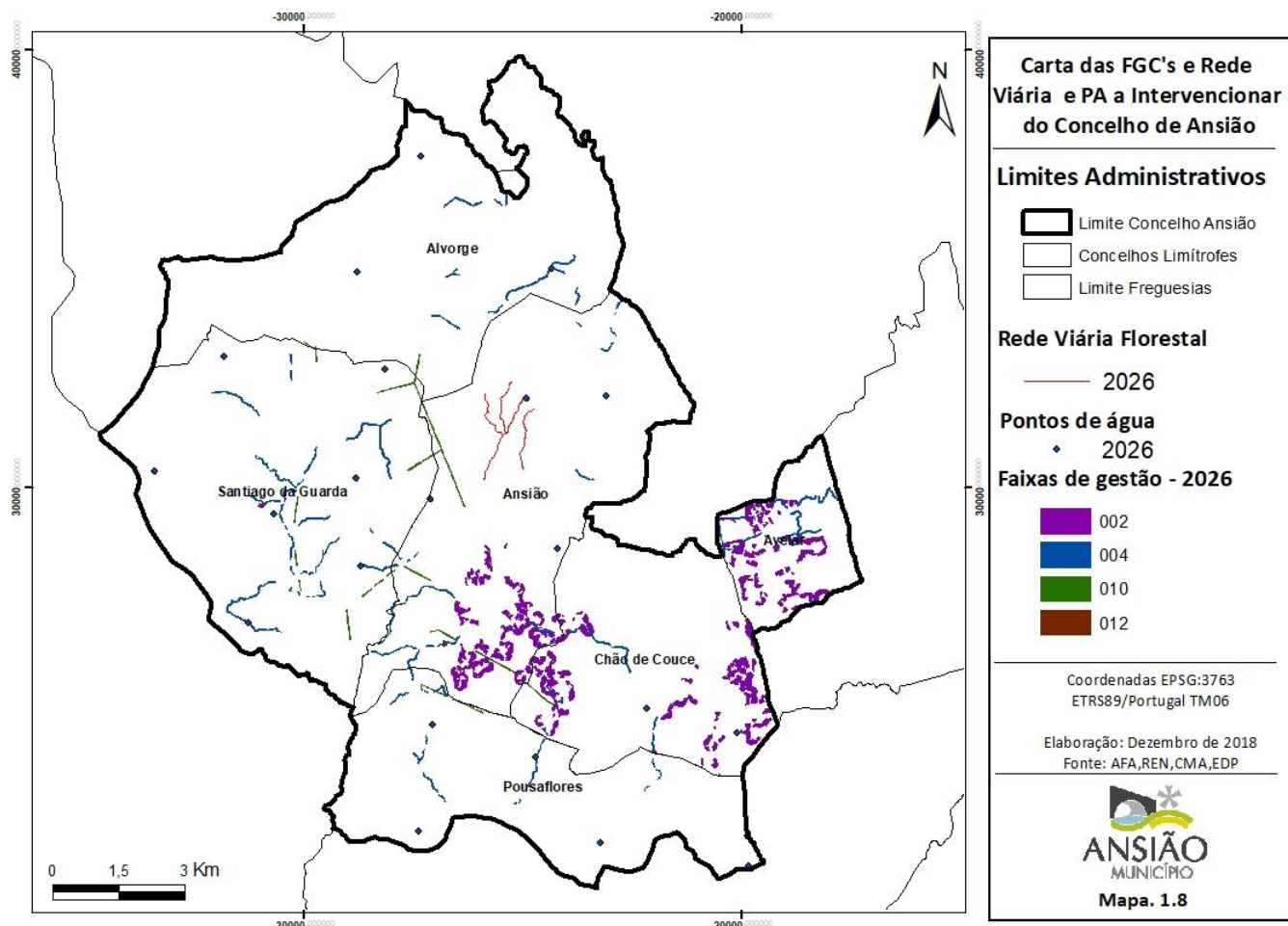
Mapa 1.6 – Carta de intervenção preconizada para a rede de FGC, RVF do concelho de Ansião para 2024



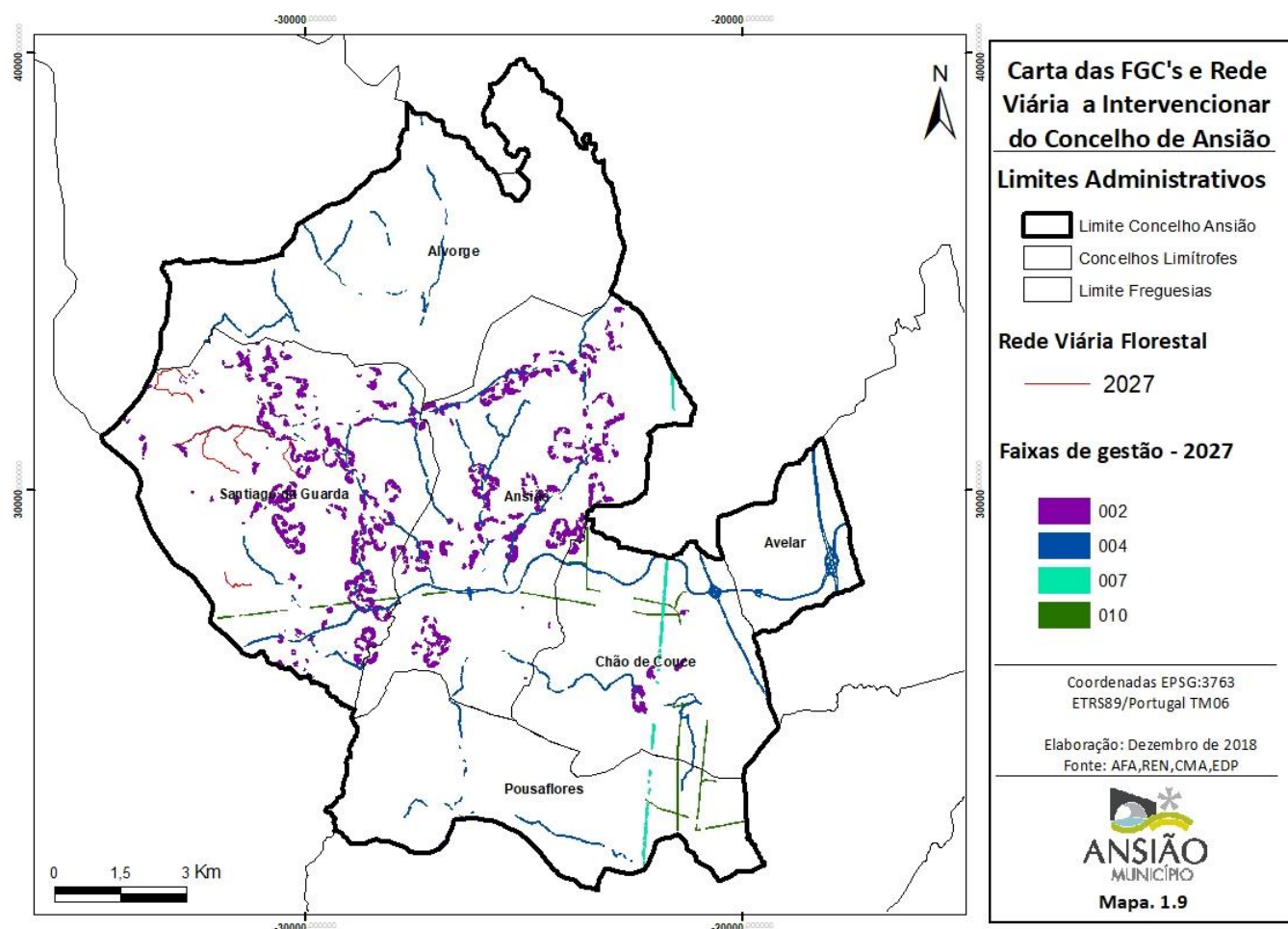
Mapa 1.7 – Carta de intervenção preconizada para a rede de FGC, RVF do concelho de Ansião para 2025



Mapa 1.8 – Carta de intervenção preconizada para a rede de FGC, RVF e PA do concelho de Ansião para 2026



Mapa 1.9 – Carta de intervenção preconizada para a rede de FGC, RVF do concelho de Ansião para 2027



Mapa 1.10 – Carta de intervenção preconizada para a rede de FGC, RVF do concelho de Ansião

